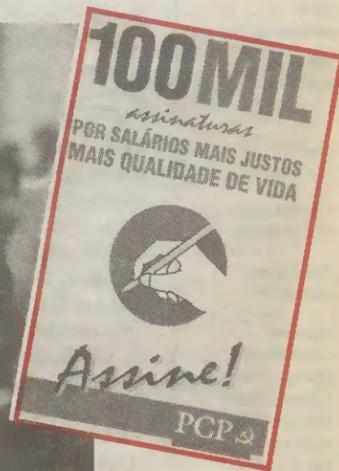
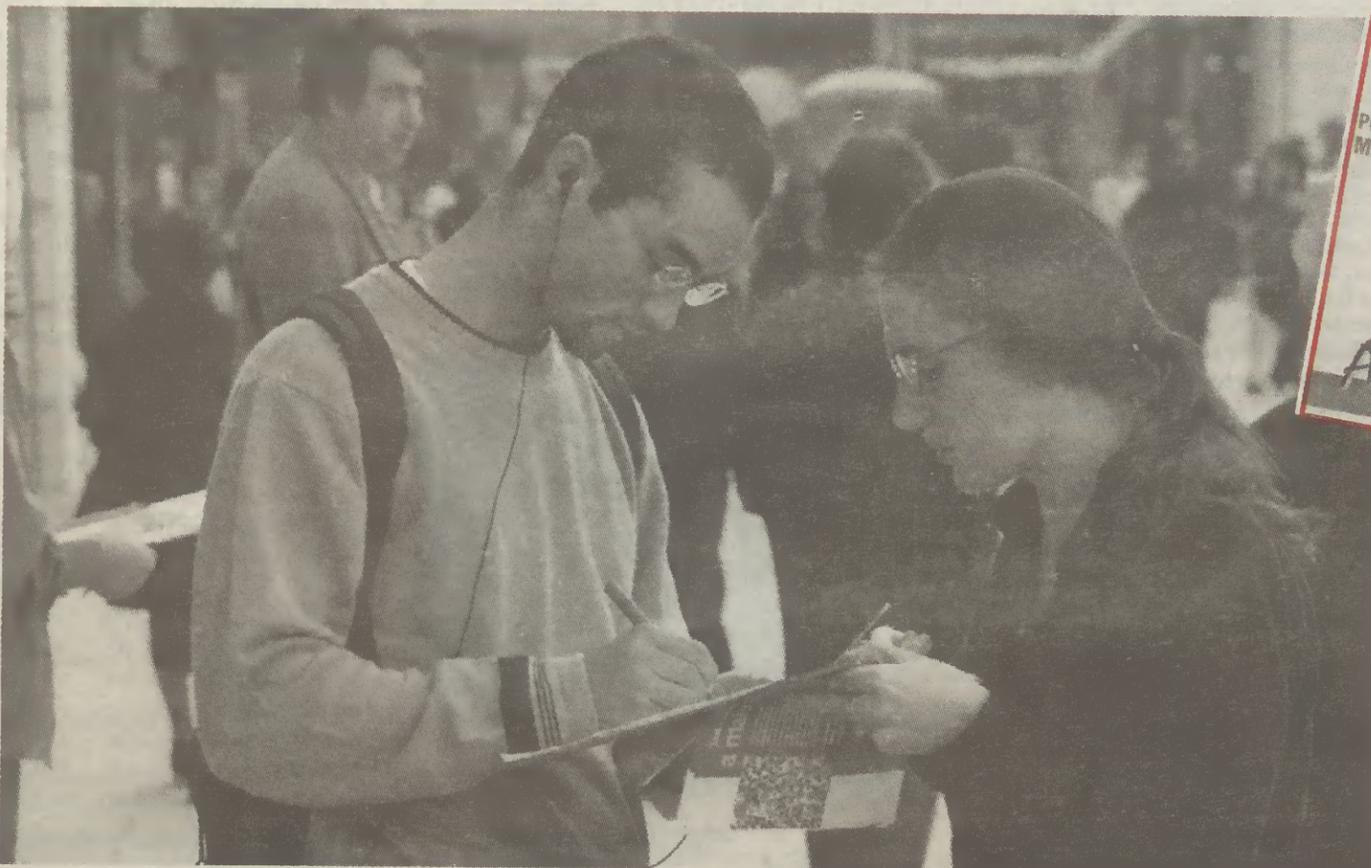


Sessão pública de encerramento da Campanha

Vamos ultrapassar as 100 mil!



A Campanha de recolha das 100 mil assinaturas «Por salários mais justos e mais qualidade de vida», lançada pelo PCP na festa do *Avante!*, vai ser encerrada numa sessão pública marcada para o próximo sábado, às 16 horas, na Academia Almadense. Intervêm Jerónimo de Sousa, Bernardino Soares e Carlos Carvalhas.

Pág. 5

Comício em Setúbal

É para ganhar!

O Pavilhão do Vitória de Setúbal encheu-se para o primeiro grande comício da CDU realizado no concelho no quadro da preparação das eleições autárquicas. A confiança de conquistar o município é grande.

Pág. 7

Adão Barata em Loures

Metas ambiciosas

Com o mandato a terminar e as autárquicas já próximas, Adão Barata fala ao *Avante!* de um concelho cada vez melhor, com grandes obras realizadas e metas ambiciosas.

Págs. 24 e 25

Avante!

Por ser feriado na próxima quinta-feira, dia 1 de Novembro, o *Avante!* antecipa um dia a sua distribuição e estará nas bancas no próximo dia 31 de Outubro, quarta-feira.

Governo abandona processo de reestruturação da cristalaria

Trabalhadores querem produzir



O Tribunal de Opinião, realizado na passada sexta-feira na Marinha Grande, sobre as empresas Mandata e Mortensen, deu como provadas todas as acusações que ali foram feitas ao patronato e ao Governo e denunciou com veemência a intervenção policial sobre os trabalhadores.

Centrais

Terça-feira, 30 de Outubro, em Lisboa

Manifestação contra a guerra

Concentração, às 18 horas, no Largo Camões, com desfile até à Praça da Figueira

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.º A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rola
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44.90 euros
25 números: 4 600\$00
23.00 euros
EUROPA
50 números: 23 000\$00
114.75 euros
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164.60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Trabalhadores contra redução dos postos de trabalho no Alfeite

Resumo

17 Quarta-feira

O candidato da CDU à presidência da Câmara de Setúbal, Carlos de Sousa, afirma que a resolução dos problemas de trânsito da cidade é «muito complexa devido à falta de planeamento durante 16 anos de gestão socialista» • Cerca de 200 dirigentes e activistas sindicais afectos à CGTP manifestam, em Lisboa, a sua indignação pela política de contenção salarial do Governo • O encontro do Dakar, que reúne as delegações de trinta países africanos, adopta uma «declaração contra os terroristas» e «recomenda» que a Organização da Unidade Africana marque uma reunião extraordinária • Yasser Arafat ordena a procura e «detenção imediata» dos assassinos do ministro israelita do Turismo, Rehavam Zeevi.

18 Quinta-feira

A CGTP-IN exige ao primeiro-ministro que o salário mínimo de 2002 seja fixado acima dos 70 contos mensais e adverte de que haverá luta se o Governo cortar nos vencimentos da Administração Pública • O Governo aprova em Conselho de Ministros um decreto-lei que proíbe a venda e consumo de álcool a menores de 16 anos • O exército israelita inicia em Ramallah uma incursão numa zona controlada totalmente por palestinianos • Os presidentes dos EUA e da Rússia, George W. Bush e Vladimir Putin, respectivamente, chegam a Xangai para participar na cimeira anual da Cooperação Económica Ásia-Pacífico.

19 Sexta-feira

O PCP entrega na Assembleia da República um projecto de lei que proíbe e cobrança de comissões, custos, encargos, despesas, taxas ou qualquer outro tipo de encargo sobre as operações Multibanco • Centenas de trabalhadores do Arsenal do Alfeite desfilam desde o Laranjeiro até Almada, em protesto contra a intenção do Governo de desmantelar o estaleiro de reparação naval da Marinha • A Comissão de Utentes do IC19 inaugura um monumento ao «caracol», numa forma simbólica de protesto contra a falta de acessibilidades no concelho de Sintra • O presidente dos EUA e da China acordam uma cooperação entre os dois países na luta contra o terrorismo • A cidade de Kandahar é alvo de raids aéreos e de bombardeamentos com mísseis de cruzeiro.

20 Sábado

Milhares de pessoas manifestam o seu apoio no comércio de apresentação dos candidatos da CDU na Península de Setúbal • Milhares de veteranos da guerra

colonial participam numa marcha em Lisboa, em luta pelo que consideram ser os seus direitos: reforma dos 55 anos de idade, medicamentos e assistência médica gratuita nos hospitais militares • Uma bomba é colocada na sala VIP do aeroporto de Islamabad • As autoridades norte-americanas descobrem vestígios de antraz, num edifício de escritórios da Câmara dos Representantes que processa o correio para os legisladores.

21 Domingo

Xanana Gusmão chega a Portugal para uma visita de carácter privado, mas que inclui contactos com diversos responsáveis políticos portugueses • A Autoridade Palestiniana declara «fora da lei» o ramo armado da Frente Popular de Libertação da Palestina, que reivindica o assassinio do ministro do Turismo israelita, Rehavam Zeevi • Vários milhares de pessoas manifestam-se nas ruas de Islamabad, a capital do Paquistão, em protesto contra os EUA e a favor do regime talibã • O Iraque afirma ter disparado mísseis terra-ar contra aviões de combate norte-americanos e britânicos que sobrevoavam o norte do país.

22 Segunda-feira

Cerca 500 alunos da Faculdade de Belas-Artes de Lisboa iniciam uma semana de aulas numa tenda instalada no relvado da Cidade Universitária, em protesto pela falta de condições na faculdade • O Presidente da República convoca o Conselho Superior de Defesa Nacional com o objectivo de avaliar a situação internacional após os atentados terroristas nos Estados Unidos • Termina o prazo para a entrega nos tribunais das listas concorrentes às eleições autárquicas de 16 de Dezembro • Cerca de 70 doentes morrem num bombardeamento norte-americano contra um hospital de Herat, Oeste do Afeganistão.

23 Terça-feira

Os vidreiros das empresas Mortensen e Mandata, da Marinha Grande, acampam frente ao edifício da Câmara Municipal, exigindo uma intervenção do Governo nas duas fábricas • As estruturas sindicais dos médicos estão contra o fim do sistema de eleições para a escolha da direcção clínica dos hospitais e aplaudem a reunião pela Ordem dos Médicos para debater a questão • Bombardeamentos americanos atingem uma mesquita em Herat (Oeste do Afeganistão), provocando 15 mortes • As autoridades paquistanesas bloqueiam a localidade de Jacobabad para impedir os islamitas radicais de se manifestarem junto da base aérea utilizada pelas forças norte-americanas.

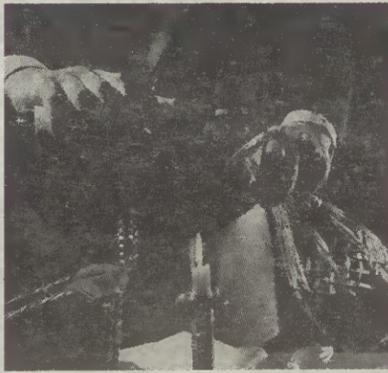
Aconteceu

Venda de álcool proibida a menores

O Conselho de Ministros aprovou na passada semana um decreto-lei que proíbe a venda de consumo de todos os produtos alcoólicos a menores de 16 anos e prevê pesadas sanções a quem infringir essa norma. O novo diploma determina também que os jovens entre os 16 e os 18 anos apenas poderão comparar produtos como cerveja ou vinho. Ficam-lhes proibidas as bebidas brancas e outras com alto teor alcoó-

lico. O Governo argumenta que estas medidas já estão em vigor em alguns países da UE, com bons resultados no combate ao alcoolismo juvenil.

Além do novo regime de coimas e sanções acessórias a pessoas singulares ou colectivas, o Executivo aprovou também um segundo decreto-lei que restringirá ainda os horários de publicidade radiofónica e televisiva de bebidas alcoólicas.



Itinerário do Caracol

A Comissão de Utentes do IC19 inaugurou sexta-feira um monumento com a forma de um caracol, em gesso, que simboliza a lentidão com que se circula na única via que liga o concelho de Sintra a Lisboa.

A cerimónia, que estava marcada para as 8 horas, acabou por atrasar-se um quarto de hora, uma vez que o «caracol» demorou cerca de uma hora a fazer o percurso do centro do Cacém até ao posto de abastecimento situado na via rápida IC19 - cerca de 500 metros. «Esta de-

mora em fazer um percurso tão reduzido só mostra que de facto no IC19 não se anda de outra maneira a não ser a passo de caracol», ironizou a porta-voz da comissão, Guadalupe Gonçalves.

A iniciativa serviu de protesto pelo estado «cada vez mais caótico» em que se encontram as acessibilidades no concelho de Sintra e tem como objectivo pressionar o poder político a resolver do problema das acessibilidades, considerado pela comissão de utentes, como o mais grave do município.

Eutanásia

A justiça britânica recusou na passada semana a uma mulher paralisada por uma degeneração nervosa incurável o direito de se suicidar com a ajuda do marido.

Diana Pretty, 42 anos, apoiada pela associação de defesa dos direitos civis Liberty e uma outra pelo direito à eutanásia, pretendia garantir que a justiça não perseguiria o marido caso este a ajudasse a morrer.

O Supremo Tribunal de

Londres considerou, em 31 de Agosto, que o seu pedido devia ser examinado, o que lhe permitiu esperar por um julgamento sem precedentes no Reino Unido.

A lei sobre o suicídio (Acto de Suicídio) de 1961 prevê sanções penais em caso de suicídio assistido, mas os advogados de Diana e da Liberty consideram estas disposições contrárias à Convenção Europeia dos Direitos Humanos.



Loures debate movimento associativo

Participar e valorizar o movimento associativo juvenil foi o principal objectivo do 2.º Fórum da Juventude, organizado, sábado, pela Câmara Municipal de Loures, e que reuniu dezenas de jovens daquele concelho na Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueira.

O Fórum teve por base a criação de «um espaço de debate e discussão de ideias vocacionadas para os jovens, onde as suas opiniões contam,

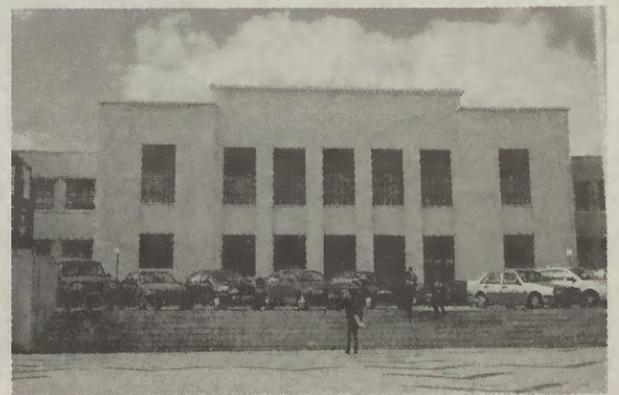
onde podem expressar os seus problemas, expectativas e aspirações, responsabilidades e a intervenção de cada um», refere uma nota informativa da organização do evento. Ainda no âmbito do encontro, esteve patente no mesmo local uma exposição com temáticas relativas à actividade municipal para a juventude e à carta do movimento associativo juvenil, bem como o primeiro Fórum e actividades das estruturas juvenis.

Estudantes indignados

A Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST) manifestou na passada semana, em comunicado, a sua indignação perante as condições de habitação dos estudantes lisboetas que vivem em quartos arrendados.

«A AEIST visitou 50 quartos de arrendamento, colocados em anuncio na universidade, que prometiam «exce-

lentes condições», e deparámo-nos com várias insuficiências», afirma o comunicado. De acordo com a associação, cerca de 32 dos 50 quartos visitados não tinham condições mínimas de higiene nem de conforto. Entretanto, os alunos já recolheram os anúncios de arrendamento para a DECO averiguar as condições de habitabilidade.



Veteranos reivindicam

Milhares de antigos combatentes da guerra colonial manifestaram-se no passado sábado, em Lisboa, junto do Palácio de Belém, reivindicando a aposentação aos 55 anos e a contagem do tempo de serviço militar nas antigas

colónias portuguesas. Os manifestantes - mais de 30 mil segundo a associação promotora da iniciativa e cerca de metade, segundo a polícia - seguiram depois em desfile para a Assembleia da República escoltados por 70 elementos da Brigada de Trânsito da PSP. Centenas de agentes, nomeadamente da polícia de choque, reforçaram a segurança do Palácio de Belém, o que exaltou alguns ânimos entre os manifestantes que insultaram as forças da ordem. Paulo Portas, entretanto, chamou a si e ao seu partido, o PP, a defesa das reivindicações destes antigos militares.



Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Guerra terrorista

A mais rica e poderosa nação do mundo está a bombardear um dos mais pobres e martirizados países do planeta. Um país devastado por vinte anos de guerra, com milhões de refugiados e pessoas dependentes do auxílio humanitário. As cidades afegãs já haviam sido arrasadas pelas guerras dos «combatentes pela liberdade» *mujahedines* armados até aos dentes pelos EUA e suas ditaduras regionais (Paquistão e Arábia Saudita). O povo afegão já sofria sob a ditadura medieval dos «combatentes pela liberdade» *talibãs*, que a mesma tríade EUA-Paquistão-Arábia Saudita retirou do caixote de lixo da História para lançar sobre os seus amigos de anteontem. O povo afegão sofre agora debaixo das bombas dos «combatentes pela liberdade» anglo-americanos, alegadamente para combater os amigos de ontem. E todos os dias vemos quem são os verdadeiros alvos dessas bombas: bairros residenciais, camiões e autocarros com refugiados, hospitais, depósitos de alimentos da Cruz Vermelha, sedes de organizações não-governamentais dedicadas à desminagem do país. Os EUA falam de «erros», ou de «proximidade de alvos militares». É o mesmo discurso que ouvimos em todas as (cada vez mais frequentes) guerras imperialistas. Foi o mesmo que disseram quando alvejavam pontes, comboios, colunas de refugiados, durante a guerra contra a Jugoslávia. Mas mentiam. Como eles próprios reconhecem. A revista norte-americana *Newsweek* escreveu (15.5.00), palavras esclarecedoras a este respeito: «A campanha aérea contra os militares sérvios no Kosovo foi, em grande medida, ineficaz. As bombas da NATO [...] apenas beliscaram a artilharia e blindados sérvios. De acordo com um relatório da Força Aérea, suprimido, mas ao qual a *Newsweek* teve acesso, o número de alvos cuja destruição foi confirmada é uma pequena percentagem do que fora reivindicado [...] O poderio aéreo foi eficaz, na guerra do Kosovo, não contra alvos militares, mas contra alvos civis. Os estrategos militares não gostam de falar francamente de bombardeamentos para aterrorizar civis ('alvejamentos estratégicos' é o eufemismo preferido), mas aquilo que prendeu a atenção de Milosevic foi o corte de electricidade na baixa de Belgrado. O que ameaçou o seu poder foi o sofrimento inflingido à população sérvia ao atingirem-se as centrais eléctricas, e não a caça aos tanques nos campos do Kosovo.» É apenas a confissão dum facto historicamente indesmentível sobre as guerras dos EUA. Já fora assim no Iraque, na Nicarágua, no Vietname, na Coreia, em Hiroxima e Nagasaki, em Dresden, contra os índios americanos... Mas uma estratégia de guerra que visa fazer sofrer os civis para alcançar a vitória militar tem um nome: *terrorismo*.

Esta guerra não é uma guerra contra o terrorismo

o número de alvos cuja destruição foi confirmada é uma pequena percentagem do que fora reivindicado [...] O poderio aéreo foi eficaz, na guerra do Kosovo, não contra alvos militares, mas contra alvos civis. Os estrategos militares não gostam de falar francamente de bombardeamentos para aterrorizar civis ('alvejamentos estratégicos' é o eufemismo preferido), mas aquilo que prendeu a atenção de Milosevic foi o corte de electricidade na baixa de Belgrado. O que ameaçou o seu poder foi o sofrimento inflingido à população sérvia ao atingirem-se as centrais eléctricas, e não a caça aos tanques nos campos do Kosovo.» É apenas a confissão dum facto historicamente indesmentível sobre as guerras dos EUA. Já fora assim no Iraque, na Nicarágua, no Vietname, na Coreia, em Hiroxima e Nagasaki, em Dresden, contra os índios americanos... Mas uma estratégia de guerra que visa fazer sofrer os civis para alcançar a vitória militar tem um nome: *terrorismo*.

A realidade é que esta guerra, tal como as anteriores, não é uma guerra contra o terrorismo, nem humanitária, nem para defender o direito internacional ou os direitos dos homens (ou das mulheres). É uma guerra para colocar tropas dos EUA na Ásia Central (objectivo que começou a concretizar-se ainda antes de cair a primeira bomba), como prelúdio para o controlo as enormes fontes energéticas (petróleo e gás) da região; como base para o lançamento de operações de desestabilização contra países recalcitrantes e o território russo e chinês (à semelhança do papel desempenhado hoje pelo Kosovo sob administração conjunta dos terroristas do UÇK e dos terroristas da NATO). É uma guerra que visa dar um salto qualitativo na tentativa (que já vinha detrás) de substituir as normas, tratados e acordos internacionais pela arrogante hegemonia dos EUA. É uma gigantesca operação para escamotear e procurar contrariar os efeitos da gravíssima crise económica a que o banquete neoliberal das últimas décadas conduziu os próprios centros do imperialismo, e para cercar liberdades e direitos, na antevisão das lutas e oposição que daí inevitavelmente surgirão.

Para quantos se iludam ainda sobre os reais propósitos dos EUA, ou queiram acreditar que o silêncio, a tolerância ou colaboração com a mais recente aventura militar imperialista possa domesticar a fera, aí estão as recentes afirmações de Bush reafirmando o propósito de denunciar o Tratado ABM e avançar para a Guerra das Estrelas. Aí está o reacender da guerra no Cáucaso. O que trava e faz recuar o aventureirismo belicista do imperialismo não é a conviência e o silêncio. É a resistência e a luta. Que também nós, no nosso país, temos de desenvolver.

Editorial

A LUTA CONTINUA

Lançada em 9 de Setembro passado – precisamente no Comício de encerramento da Festa do Avante! – a campanha «100 mil assinaturas por salários mais justos, por mais qualidade de vida», constituiu, desde logo, uma afirmação clara e inequívoca das características essenciais do PCP e, ao mesmo tempo, um desafio à capacidade de intervenção dos militantes comunistas. Propondo-se alcançar tal objectivo e afirmando publicamente essa intenção – num quadro caracterizado por graves, novas e acrescidas ameaças aos direitos dos trabalhadores – o PCP assumia, assim, as suas responsabilidades, enquanto partido da classe operária e de todos os trabalhadores – com a noção plena dos esforços que o êxito da iniciativa impunha; com a consciência plena de que, paralelamente à campanha, outras, importantes e inadiáveis tarefas se lhe colocavam; mas com a confiança plena na militância, na determinação, na capacidade concretizadora do colectivo partidário.

Meia dúzia de semanas passadas, o objectivo está praticamente alcançado e tudo indica que, até ao próximo sábado, dia da realização da Sessão Pública de encerramento da campanha, ele será, mesmo, largamente ultrapassado. Dentro de dias, serão entregues ao

da CDU concorrentes às eleições autárquicas – batalha que, pela importância de que se reveste, diz respeito a todo o Partido, deverá continuar a merecer a atenção de todo o colectivo partidário e deverá ser travada com a confiança que o trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU justifica.

Importa sublinhar – não por sobranceira ou jactância mas tão-somente por se tratar de verdade incontestável – que a campanha das «100 mil assinaturas por salários mais justos, por mais qualidade de vida», tem em si a marca distintiva do PCP em relação a todos os restantes partidos políticos nacionais. Com efeito, trata-se de uma iniciativa só possível de ser pensada e concretizada pelos comunistas; só possível de ser pensada e concretizada por um partido que tem como preocupação permanente, em todos os momentos, em todas as situações, a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo; só possível de ser pensada e concretizada por um partido que assenta as suas raízes nas mais profundas aspirações e anseios de quem trabalha e vive do seu trabalho; só possível de ser pensada e concretizada por um partido que ocupa uma posição singular no quadro político-partidário nacional.

Bem fariam os comentadores e analistas políticos se atentassem nesta diferença e, concordando ou discordando, apreciassem a intervenção do PCP como ela é, de facto, e não como eles desejariam que fosse. Claro que pedir-lhes isto, é pedir-lhes o impossível, já que, como podemos observar todos os dias, palavras e conceitos como *trabalho*, *trabalhador*, *luta* são-lhes desconhecidas, não cabem nas suas reflexões, não contam como elementos susceptíveis de consideração na sua análise à situação nacional.

É bem provável, igualmente, que a generalidade dos *media*, não dê a esta iniciativa do PCP o destaque que ela merece. Não só porque não lhes chega o espaço e o tempo para repetir e repetir o que (não) se passa nos Estados Unidos da América, no Afeganistão... (e, assim, entre outras coisas, procurar desviar as atenções dos portugueses dos seus problemas reais de todos os dias) mas também por uma questão... *de princípio*: mais de cem mil pessoas a reclamar melhores salários e melhor qualidade de vida, não só não é notícia para destacar, como constitui um exemplo que não convém divulgar, que importa, até, desvalorizar ou silenciar... Tanto mais que se trata de uma iniciativa organizada pelo PCP e, como a realidade mostra todos os dias, em matéria de informação sobre o PCP há *crítérios* de há muito definidos: o silêncio sobre a sua actividade, a deturpação do seu pensamento, a divulgação da intriga e da mistificação, a manipulação em torno da sua postura e dos seus objectivos, enfim, a cassetete em múltiplas cópias distribuída pelas direcções da generalidade desses órgãos de comunicação social.

De qualquer forma, nada disso anula a verdade. E, no caso concreto desta campanha, estamos, como tudo indica, perante a maior e a mais ampla recolha de assinaturas alguma vez conseguida no nosso país. Além de que, como é óbvio, a luta continua.

“A maior e a mais ampla recolha de assinaturas alguma vez conseguida no nosso país”

Primeiro-Ministro, António Guterres, mais de cem mil assinaturas exigindo melhores salários, melhores reformas, melhor qualidade de vida. E andar mal o Primeiro-Ministro se não quiser ver o verdadeiro significado deste acto.

Vamos dirigir-nos aos trabalhadores nos seus locais de trabalho, aos reformados, às organizações e associações unitárias, vamos apelar a todos os candidatos da CDU, aos intelectuais, a todos os homens, mulheres e jovens que recusam e não se conformam com esta situação de baixos salários e baixas pensões e reformas», exortou, ao anunciar a campanha no Comício da Festa do Avante!, o camarada Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP. A resposta dada pelas organizações do Partido, foi por de mais concludente: lançando de imediato mãos à tarefa, os militantes comunistas, encontrando assinalável receptividade junto dos trabalhadores contactados, concluíram-na com êxito total. Simultaneamente, levaram a cabo todo o vasto conjunto de tarefas que o dia a dia impõe a um partido com as características do PCP – nomeadamente (com a colaboração de muitos independentes e membros do Partido Ecologista Os Verdes) todo o complexo e difícil processo de preparação e apresentação das listas

Actual Façamos votos...

• José Casanova

Garante um responsável militar norte-americano que, se entenderem necessário, os EUA levarão a «qualquer ponto do Mundo» uma guerra semelhante à que no momento actual estão a praticar no Afeganistão. Tal ameaça, não surpreendendo, preocupa... Vejamos: ben Laden que, diz-se, foi o organizador do brutal acto terrorista de 11 de Setembro, está escondido, diz-se, no Afeganistão. São estes dois diz-se que sustentam a justificação das bombas lançadas (e a lançar) pelos EUA e pela Grã-Bretanha sobre o Afeganistão, bombas que já mataram (ou matarão) milhares de inocentes - tão inocentes como as vítimas do atentado de 11 de Setembro.

Imagine-se, no entanto, que o terrorista ben Laden não está no Afeganistão - o que não é de todo improvável, diga-se. Nesse caso, os bombardeamentos sobre aquele país, não passam de actos de puro terrorismo: um terrorismo apenas legalizado pela incontestável superioridade bélica dos países que o praticam...

Sempre seguindo a lógica do absurdo que preside às decisões mortíferas de Bush, Blair & Cia, imaginemos que ben Laden está escondido, por exemplo, algures na Grã-Bretanha: nesse caso - não de todo improvável, diga-se - que farão os bombardeiros às ordens da acima referida parilha de políticos? Certamente não bombardearão a civilizadíssima Grã Bretanha! E imaginemos, ainda, que ben Laden, está escondido precisamente no país que o gerou como terrorista e lhe facultou os meios para exercer essa prática com mortífera eficácia, ou seja, nos EUA. Nesse caso - não de todo improvável, diga-se - que farão os referidos bombardeiros? Certamente não bombardearão



esse expoente civilizacional maior que são os EUA! Imagine-se, finalmente, que o terrorista ben Laden escolhe Portugal como refúgio... Nesse caso (hipótese tão possível como qualquer das anteriores, diga-se) que farão os bombardeiros?

Bom, nesse caso... sabe-se lá... mas vem-me à memória a afirmação do militar norte-americano acima citado, a saber: se e quando entenderem necessário, os EUA farão, em «qualquer ponto do mundo» o que, actualmente, estão a fazer no Afeganistão. Ainda por cima com a Base das Lajes à sua inteira disposição e aqui tão perto... Façamos votos para que o terrorista ben Laden nunca ponha pés no nosso país... e façamos votos, especialmente, para que ninguém se lembre de dizer, mesmo sem provas, que ele escolheu Portugal como refúgio.

ta ben Laden nunca ponha pés no nosso país... e façamos votos, especialmente, para que ninguém se lembre de dizer, mesmo sem provas, que ele escolheu Portugal como refúgio.

Uma questão de doutrina

• Jorge Cordeiro

Doutrina - Conjunto de princípios em que se baseia um sistema político, religioso e filosófico. (...) Modo de pensar, de proceder (in Dicionário Ilustrado)

Os que legitimamente se interrogavam sobre a forma como o PS e o seu Governo têm conduzido o processo da Câmara de Felgueiras e da recandidatura da actual presidente, ganharam agora razões de sobra para acrescentarem à interrogação um sentimento de inquietação e indignação.

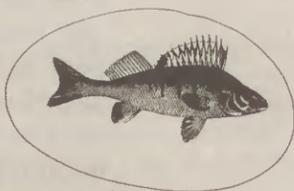
É que depois de semanas a fio a não se perceber direito como era possível aquela teia de complicitades, encobrimentos e gestos de solidariedade perante o pântano de procedimentos irregulares, óbvias ilegalidades e fundadas suspeitas de uso de meios públicos em que a gestão daquela Câmara e a sua Presidente se encontram enredados, ficámos a conhecer, não por mero exercício de dedução, mas por declarada confissão do Engenheiro António Guterres que a resposta ao que se conhece e ao que no futuro resultará do apoio do PS à recandidatura da actual presidente, se encontra fixada na «doutrina» do partido que dirige.

Tudo fica assim mais claro e transparente. Não restam agora dúvidas que a presença e apadrinhamento de Jorge Coelho no acto de apresentação da recandidatura de Fátima Felgueiras se ficou a dever não a qualquer desconhecimento de que aquela autarquia funcionava há mais de seis meses

na mais completa ilegalidade, mas sim na alicerçada confiança que o seu Governo manteria retido o relatório que já então se encontrava elaborado pelo IGAT recomendando ao ministro a participação aos tribunais tendentes à perda de mandato da presidente de Câmara. E o que não é menos elucidativo, é que apesar de seguramente não desconhecer o mar de ilegalidades em que a gestão se encontra atolada e as suspeitas de uso e apropriação para fins particulares de bens públicos em investigação pela polícia judiciária há mais de um ano Jorge Coelho não hesitou, seguramente estribado nas garantias sopradas pelos seus parceiros de Governo de que a investigação não traria problemas ao Partido, em testemunhar o apoio do PS à candidatura.

Julgará o PS que tudo o que até agora neste caso se passou pode ser lavado por uma carta da candidata,

sugerida ao que tudo indica pelo próprio Guterres, que sendo pouco mais que nada perante a gravidade dos atropelos à lei e ao funcionamento democrático da autarquia se apresenta como solução bastante por força da doutrina daquele partido. O mais que poderá fazer é deixar claro a forma de pensar e proceder que dão corpo à doutrina que o PS adoptou e que o caso de Felgueiras decididamente revela ter triunfado naquela casa.



Quatro dedos

• Carlos Gonçalves

Diz um provérbio sarauí que «a distância que vai da verdade à mentira é de apenas quatro dedos, a distância que vai dos olhos aos ouvidos».

Este é um momento em que, em vez de espectadores passivos da fatia de informação que sobra do sistema mediático, se nos impõe «ver» toda a realidade e usar a independência crítica e de classe na sua transformação.

Vem isto a propósito de quatro mistificações - tantas como os dedos do ditado sarauí - dentre as que dão suporte à deriva securitária adjunta à violência imperial, a pretexto dos massacres terroristas de 11 de Setembro.

Primeira mistificação - o site na Net e a propaganda do chamado «projecto Nzingalis» para a implantação futura duma «República Africana», com raiz muçulmana, na região da grande Lisboa - uma delirante inventiva da contra-informação de extrema-direita para fabricar a histeria racista e securitária e que os

«experts» que propõem o «corte de certas liberdades» tratam de difundir.

Segunda mistificação - a estafada tese da falta de efectivos da PSP e dos serviços de Estrangeiros e de Informações, «justificada» agora com a «situação de insegurança» - para credibilizar o discurso securitário recorrente, sempre mais políticas e mais «autoridade», como se o problema essencial não fosse de prevenção e opções correctas na segurança interna.

Terceira mistificação - a proposta da «concentração dos serviços de informações» e de competências para prender e fazer escutas, «justificada» com os congéneres estrangeiros - como se estivesse em causa a eficácia do sistema e não houvesse mecanismos de coordenação e recurso às autoridades judiciais; como se a separação entre informações e polícia, entre missões

de segurança interna e de defesa, não fosse a garantia contra a deriva do «inimigo interno» e as práticas de parapolícia política.

Quarta mistificação - a defesa das decisões do Conselho Europeu de combate ao terrorismo, como «paradigma do respeito pelos direitos fundamentais» - como se, para além de federalistas e de destruírem elementos essenciais da soberania nacional, não tipificassem como terroristas infracções que «tenham em vista ... ameaçar ... estruturas económicas, ... ou sociais» e que se exerçam pela «ocupação ilícita ... a transportes ... e locais públicos e outra propriedade» - num vezo repressivo e policiesco que, no limite, pode de facto colidir com liberdades e garantias fundamentais.

Só quatro dedos separam a verdade da mentira nas mistificações securitárias, mas é uma distância intransponível para quem se coloca do lado das liberdades e dos trabalhadores e da paz.



Frases

“Matar civis, desde que em nome da civilização (Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Israel) nunca seria crime; crime, sim, nefando crime seria matar civis sem ter o aval de um «Estado democrático»”

(António Rego Chaves, *Diário de Notícias*, 23.10.01)

“Haverá duas espécies de “terrorismo”, o “bárbaro” de Ben Laden e o “civilizado” de Bush?”

(idem, *ibidem*)

“Nesta “nova ordem internacional” nascida com a queda do Muro de Berlim, já nada é disfarçável - a lei do mais forte tornou-se moralmente (!!!) indiscutível para todos os mediáticos *yes men* do Planeta, que nos vão oferecendo, dia a dia, o deprimente espectáculo das habilidades retóricas a que se sujeitam por um punhado de dólares ou por um simples prato de lentilhas...”

(idem, *ibidem*)

“A “bomba fundamentalista”, como alguém chamou a esses “terroristas”, tem uma história bem concreta à qual os EUA estão intimamente ligados. Os talibã só conseguiram chegar ao poder em Cabul depois do sinal verde da administração Bill Clinton?”

(Carlos Pacheco, *Público*, 23.10.01)

“No combate ao antiterrorismo, a paz na Palestina deve ser hoje um imperativo de guerra. E nela se deve empenhar a comunidade internacional e em particular os Estados Unidos?”

(Nuno Pacheco, *idem*)

“Os actuais ataques de anthrax são provavelmente obra de um fanático solitário: um novo “Unabomber”. O próximo pode não ser e, se vier, é provável que venha do Iraque. Vamos ter de lidar com Saddam. Também precisamos de aliados no mundo árabe, razão pela qual a Palestina é crucial?”

(Bruce Anderson, *The Spectator/DN*, 24.10.01)

“Apesar do assassinio do ministro Zeevi e das justificáveis emoções desencadeadas por este crime, a criação de um Estado palestino não é uma traição a Israel; é no melhor interesse de Israel?”

(idem, *ibidem*)

“A “guerra contra o terrorismo” é um eufemismo que dificilmente disfarça a crueza da batalha pelo controlo do ouro negro - o bem (ou o mal, conforme queiramos ver as coisas) mais precioso dos países industrializados?”

(Manuel João Ramos, *Diário de Notícias*, 23.10.01)

“Os últimos orçamentos de Estado têm sido o espelho de falsos consensos, ou seja, de cedências, e daí as suas constantes contradições e puerctas?”

(Francisco Azevedo Silva, *idem*)

“[Os partidos da oposição devem repensar a sua atitude face ao Orçamento de Estado] reconhecendo que o texto apresentado pelo Governo se aproxima das recorrentes pretensões da oposição, particularmente dos partidos à direita do Partido Socialista?”

(Raul Vaz, *Diário Económico*, 22.10.01)

100MIL

assinaturas
POR SALÁRIOS MAIS JUSTOS
MAIS QUALIDADE DE VIDA

Assine!

PCP



O bom resultado obtido estimulou a intensificação do esforço para recolher ainda as assinaturas de muitos milhares de trabalhadores do distrito de Lisboa; na foto, um momento da iniciativa realizada anteontem à tarde, na baixa, em que também participaram os camaradas Jerónimo de Sousa e António Abreu, da Comissão Política do Partido

Sucesso da campanha anima esforço militante para o abaixo-assinado do PCP

Para lá das 100 mil

Ainda estão marcadas várias iniciativas, nos últimos dias da campanha do Partido «Por salários mais justos, mais qualidade de vida», mas é garantido que na sessão pública de sábado, em Almada, será celebrado o grande sucesso do abaixo-assinado.

A recolha de folhas de assinaturas e sua contabilização central, durante esta semana, teve como maior novidade o facto de ter sido ultrapassada a meta definida pela Organização Regional de Lisboa, que se juntou assim a Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Santarém e Viana do Castelo. O levantamento nacional será concluí-

O PCP realinha com a sua acção que é o partido dos trabalhadores

na próxima segunda-feira, dando-se af início à preparação do processo para a entrega do abaixo-assinado ao primeiro-ministro. Os camaradas das diversas organizações deverão, **urgentemente, entregar as folhas já completadas** aos responsáveis ou na sede central do Partido. As assinaturas recolhidas amanhã podem ser entregues

na Academia Almadense, onde para tal será instalada uma banca.

«Até ao lavar dos cestos...»

Fazendo jus ao adágio que diz ser época de vindima até ao lavar dos cestos, as organizações do Partido e muitos empenhados militantes prosseguem o trabalho de recolha de assinaturas, tanto junto de grandes empresas, como noutros locais de grande concentração ou circulação de pessoas, como os mercados e os terminais de transportes públicos.

Das informações que chegaram à nossa redacção, destacamos as que hoje têm lugar: bancas na Baixa de Banheira (de manhã, na Rua 1.º de Maio, junto à Igreja), em Camarate (às 9.30 horas), junto à MEC (às 14 horas) e no refeitório municipal de Loures (às 17 horas), e um debate, às 21.30, na sede da Junta de Freguesia do Entroncamento, com a participação de Francisco Lopes, da Comissão Política.

Durante um mês e uma semana, desde que Carlos Carvalhas anunciou o lançamento do abaixo-assinado, no comício da Festa do Avante!, a recolha de assinaturas «Por salários mais justos, mais qualidade de vida» foi uma tarefa assumida por muitos e muitos camaradas, com actividade militante em diferentes frentes de intervenção.

Foram constituídas sete equipas centrais de apoio a acções das organizações regionais, designadamente do Algarve, de Aveiro, de

Beja, de Braga, de Bragança, de Castelo Branco, de Coimbra, de Évora, da Guarda, de Leiria, do Litoral Alentejano, de Portalegre, do Porto, de Santarém, de Viana do Castelo, de Vila Real e de Viseu. Lisboa e Setúbal, bem como Madeira e Açores, constituíram equipas próprias.

tou então «uma contradição insanável, por parte dos partidos da direita e do partido do Governo», que «enchem a boca da necessidade de aumento da qualidade de vida, sonhando a base fundamental de que os trabalhadores dispõem para melhorar a qualidade de vida, que é o seu salário». Referiu, a propósito, que «a

tam do interesse que o capital tem em manter os salários baixos».

Logo no lançamento do abaixo-assinado nacional, dirigido ao primeiro-ministro, Carlos Carvalhas realçou que, «com a consciência de que nada substitui a acção e a luta dos trabalhadores na defesa e conquista dos direitos do trabalho, o PCP conti-



Por todo o País se tem verificado uma muito boa aceitação da iniciativa do PCP (foto numa empresa do distrito de Aveiro, com a eurodeputada Ilda Figueiredo)

Partido dos trabalhadores

«No combate mais geral que travamos contra a exploração, a questão dos salários continua a ser uma grande causa dos trabalhadores e tem que ser sempre uma causa do Partido dos trabalhadores», referiu Jerónimo de Sousa, na entrevista que deu ao Avante! a 20 de Setembro. Aquele membro da Comissão Política, responsável pela área do movimento operário e sindical e das questões laborais, apon-

direita enche a boca, por exemplo, com a necessidade de aumentar o valor das reformas e pensões, mas é incontornável o facto de que, enquanto existirem baixos salários, inevitavelmente, existirão sempre baixas pensões». O PCP, salientou, é «um partido que se identifica com as reais aspirações dos trabalhadores e a sua luta», o que o distingue de «outros partidos, que têm um discurso geral de defesa da qualidade de vida, mas, no concreto, fazem as suas opções de classe que resul-

tuará a bater-se, agora e sempre, por uma vida melhor para quem trabalha». Da tribuna do comício da Festa, o secretário-geral do Partido sublinhou que os comunistas não são «daqueles que, para disfarçar a semelhança de políticas e as várias viabilizações orçamentais e propostas de lei negativas, fazem muita gritaria em comícios, dão uns tiros de pólvora seca e ameaçam periodicamente o Governo com moções de censura e com pedidos de apresentação de moções de confiança ou eleições antecipadas».

SESSÃO PÚBLICA
de encerramento da Campanha

100MIL

assinaturas
**POR SALÁRIOS
MAIS JUSTOS
MAIS QUALIDADE DE VIDA**

Intervenções de:

Jerónimo de Sousa

Membro da Comissão Política do PCP

Bernardino Soares

Membro da Comissão Política e Presid. Grupo Parlamentar do PCP

Carlos Carvalhas

Secretário-Geral do PCP

Animação Musical

Academia Almadense
Sábado, 27 Out. - 16,00 h.

PCP

Estradas

As causas da sinistralidade têm a ver com o pagamento dos motoristas sob formas ilegais (ao quilómetro, à viagem e outras), com as más condições das estradas e a falta de segurança das viaturas, reafirmou segunda-feira a Festru/CGTP. A federação reagiu, em nota de imprensa, à informação da Brigada de Trânsito da GNR sobre o acidente que, no dia 15, vitimou um camionista bielo-russo no IP5: a viatura não tinha as inspeções em dia e o motorista conduzia em excesso de horário, «situações em que muitos profissionais são colocados». A Festru responsabiliza o Governo perante a família do trabalhador falecido e desafia o executivo a dar, para tal, uma conferência de imprensa, tal como fez para apresentar as alterações aos códigos da Estrada e Penal, «códigos coxos e mal-intencionados, que transferem para os profissionais da condução a responsabilidade da segurança rodoviária».

ARS ilegal

Os trabalhadores imigrantes oriundos de países extracomunitários, devidamente legalizados e a descontar para a Segurança Social portuguesa, não têm quaisquer direitos de assistência médica nem de ajuda na doença, confirmou a Administração Regional de Saúde do Porto, reagindo a uma denúncia do Sindicato da Construção do Norte e Viséu. «Milhares de trabalhadores de Leste não têm qualquer apoio médico, ao mesmo tempo que pagam à Segurança Social milhões de contos por ano», protestou o sindicato, que exige a «revogação imediata de uma norma que consideramos ilegal e anticonstitucional».

Reformados

Decorre hoje em Lisboa, no salão nobre da Associação Comercial, o 3.º Encontro Distrital de Reformados e Aposentados. Promovido pela Inter-Reformados e a USL/CGTP, o encontro tem por objectivo debater os problemas dos reformados, aprovar uma plataforma reivindicativa e eleger a direcção da estrutura distrital para o triénio até 2004. No final do encontro, cerca das 17 horas, terá lugar uma concentração na Praça da Figueira.

SIC

Vão ser «dispensados» cerca de 60 trabalhadores da área técnica da SIC, revelaram na semana passada, em comunicado conjunto, o Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual e o Sindicato dos Meios Audiovisuais, reportando-se a informações prestadas por representantes da empresa. O Sindicato dos Jornalistas apelou à solidariedade para com os colegas de outros sectores e advertiu, quer para a exigência de que jornalistas façam trabalho de montagem, quer para o perigo de serem também «dispensados».

CGTP-IN apela à mobilização e luta em defesa do emprego e do sector

Guerra nos têxteis

A Comissão Europeia prepara-se para aceitar que as indústrias têxteis e de vestuário sejam sacrificadas, com o aumento da quota do Paquistão no comércio mundial, porque a ditadura ali instalada está com os EUA contra o Afeganistão.

O assunto vai ser debatido no início da próxima semana (dias 29 e 30), no Conselho de Ministros dos Assuntos Europeus, onde a Comissão pretende obter mandato para a assembleia da Organização Mundial do Comércio, marcada para 9 a 13 de Novembro, no Qatar. «Não aceitamos que o Governo português dê, pura e simplesmente, a decisão da UE como absoluta e facto consumado, a esconda do País e comece, desde já, apenas a dizer que pagará os custos económicos e sociais da decisão», afirmou ante-

O Governo, os empresários e as instituições têm que travar a intenção da Comissão Europeia

ontem a Comissão Executiva da CGTP, numa conferência de imprensa em que exigiu que o executivo de António Guterres aja «para travar esta proposta».

A central apelou a «uma forte mobilização dos trabalhadores, mas também de empresários e instituições portuguesas», deixando desde já o aviso de que não aceitará «que o patronato do têxtil e vestuário se acomode e venha, mais tarde, a fazer recair sobre os trabalhadores a factura da crise que se venha a instalar no sector».

A iniciativa da Inter corroborou a posição tomada na sexta-feira, em nota à comunicação social, pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal. «Mais uma vez, os burocratas da Comissão Europeia preparam-se para utilizar as indústrias têxteis e de vestuário europeias e o emprego dos trabalhadores como moeda de troca, num negócio profundamente inaceitável e sem qualquer reciprocidade dos países terceiros», protestava a Fesete, que situou o início deste processo «numa reunião em Bruxelas, no passado dia 10». Nessa reunião foi avançado o argumento político de que seria necessário «consolidar o Paquistão, dentro da coligação antiterrorismo».

A federação solicitou uma audiência urgente ao

secretário de Estado da Indústria, mas ainda não foi atendida.

Nesta situação, «a posição da Comissão Europeia não pode deixar de ser entendida como um apoio incondicional à política belicista dos EUA e dos grandes grupos económicos, que não olham a meios na prossecução dos seus objectivos».

Insegurança estrutural

Para a CGTP, «o facto de o terrorismo e outras actividades criminosas utilizarem a opacidade do sistema e as falhas de regulamentação internacional, para acumular fortunas fabulosas, é revelador da insegurança estrutural do sistema capitalista mundial». Tal constatação «revela a necessidade e urgência da comunidade internacional instaurar uma regulamentação transparente e eficaz das trocas comerciais e da circulação de capitais», reclama a central, notando que «a primeira vítima da ausência de tal regulamentação é a dimensão social do sistema de globalização de trocas comerciais».

A Intersindical Nacional apelou à mobilização contra a guerra, considerou «extremamente perigosa» a recente alteração ao regime das buscas domiciliárias e reafirmou que é preciso «agir com determinação» sobre as causas profundas do terrorismo.

A excepção e as consequências

No âmbito da Organização Mundial do Comércio, o período de transição para a abertura do mercado da UE prolonga-se até 2005. O que a Comissão Europeia se prepara para aceitar é «uma abertura suplementar e unilateral aos produtos têxteis e de vestuário do Paquistão, a que se seguirão, com certeza, outros países asiáticos».

A CGTP e a Fesete chamam a atenção para o facto de tal excepção contemplar um país governado por uma ditadura e onde «a produção dos têxteis e vestuário assenta na ausência dos direitos políticos e das liberdades sindicais dos trabalhadores; no trabalho escravo; no trabalho infantil de milhões

e milhões de crianças, na discriminação violenta das mulheres».

De semelhante situação, «emerge uma concorrência do mais puro liberalismo, com a qual os produtos das indústrias têxteis e de vestuário europeias, em particular os produtos portugueses, não podem competir, dada a situação de *dumping social*».

A vingar aquela intenção da Comissão Europeia, ocorreria «o encerramento das empresas e o desemprego de dezenas de milhar de trabalhadores europeus», pondo em causa «mais de mil milhões de contos» investidos, nos últimos 15 anos, na modernização do sector.

Lutar por «euro-salário»

A União dos Sindicatos de Lisboa realizou na quarta-feira, dia 17, em Lisboa, uma marcha de protesto contra a política de contenção salarial do Governo e do patronato. Dirigentes, delegados e activistas sindicais, membros de CTs e outros trabalhadores desfilaram, debaixo de chuva e entoando palavras de ordem como «Nova moeda, novo salário», entre o Ministério do Trabalho, na Praça de Londres, e a Praça do Comércio, onde inauguraram um «monumento» ao euro. O percurso do desfile incluiu paragens junto à sede da CIP e perto do Banco de Portugal.

No Terreiro do Paço, o secretário-geral da CGTP considerou a iniciativa da USL muito oportuna, criticou a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo e reafirmou o alerta da central relativamente à regulamentação da

Lei de Bases da Segurança Social. Carvalho da Silva exortou os presentes a fazerem de 7 de Novembro «um grande dia de luta nacional», para dar aos patrões e ao Governo «um sinal forte» do descontenta-

mento dos trabalhadores. Arménio Carlos, coordenador da USL, também citado pela Agência Lusa, salientou que o protesto serviu para deixar ao Governo e aos patrões a mensagem de que não há motivo para os

salários não crescerem, enquanto «as empresas continuam a ter lucros significativos», «a riqueza está a ser mal distribuída» e «os portugueses continuam a afastar-se dos seus congéneres europeus».



Em crescendo, as lutas laborais de diferentes empresas, sectores e regiões convergem para a jornada de luta nacional convocada pela CGTP para 7 de Novembro

Perigo na SPEL

Sem produzir há ano e meio, quando foi inicialmente prevista a retoma da produção em Agosto ou Setembro de 2000 e depois de se verificarem investimentos de muitas centenas de milhares de contos, a Sociedade Portuguesa de Explosivos vive uma situação que preocupa os trabalhadores e levou a tomadas de posição do Sinquifa/CGTP e da Comissão de Trabalhadores. Esta, em ofício ao deputado comunista Vicente Merendas, questiona-se sobre os interesses que se movem em torno da empresa, que «vive com a revenda de explosivos vindos de Espanha», de uma empresa que «detém a quase totalidade do mercado» e é o segundo maior accionista da SPEL (o Estado desencadeou um processo de alienação dos 51 por cento que lhe pertencem no capital social). Enquanto a fábrica se mantém parada, o mercado nacional é «invadido por explosivos vindos dos países de Leste». Em comunicado, o sindicato lembra que a dita reestruturação do sector, iniciada em 1994, provocou o encerramento da Extra (na Trafaria) e das instalações da SPEL em Corroios; a transferência destas para Alcochete, em 1999, «deixou para trás mais de 400 postos de trabalho e muitas incertezas em relação aos cerca de 150 trabalhadores» que ficaram na empresa. O Sinquifa verifica «o interesse de passar o sector de explosivos para determinados grupos económicos, não salvaguardando os interesses nacionais».

Molin

Persistir na luta pela reactivação da empresa, a manutenção dos postos de trabalho e a garantia dos direitos dos trabalhadores é a determinação do Sinorquifa/CGTP, que reagiu «com espanto e indignação» à reunião para que foi convocado, na semana passada, no Iapmei. Ao fim de 50 minutos de atraso, os representantes sindicais ouviram a presidente da Audite/Iapmei confessar que não tinha qualquer informação relevante e mostrar-se especialmente «incomodada com as notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social, sobretudo aquelas que têm como origem o Sinorquifa». O sindicato — que realizou terça-feira um plenário de trabalhadores, com a participação de Manuel Carvalho da Silva — afirma que «não há vontade política de reactivar a Molin».

Boavista

A residência do administrador principal da Fiação Boavista (Safil), na Póvoa do Varzim, foi o local escolhido para uma concentração, sábado passado, dos cerca de 40 trabalhadores que foram brutalmente despedidos e cumprem o horário à porta da empresa, em Vermoim — revelou o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes.

Confiança e determinação em Setúbal É para ganhar

O pavilhão do Vitória de Setúbal encheu-se para o primeiro grande comício da CDU realizado no concelho, no quadro da preparação das autárquicas de 16 de Dezembro. A confiança na conquista do município é grande.

«Sempre que o Homem sonha/ o Mundo pula e avança/ como uma bola colorida/ entre as mãos de uma criança», cantou Manuel Freire, citando o poeta António Gedeão, no comício da CDU realizado em Setúbal no passado dia 20. Num pavilhão repleto de gente de todos os concelhos da Península, animado pela forte presença da juventude e pelo ritmo da banda de percussões «Bordoada», o sonho era comum: conquistar a presidência da Câmara Municipal de Setúbal.

Mas não só. Para além de manter e reforçar as maiorias nos seis municípios em que a CDU dirige as autarquias, Jorge Pires acalentou a esperança de eleger, para os concelhos de Sesimbra e Montijo – concelhos onde, a par de Setúbal, o PS é maio-

ritário – presidências CDU. A confiança na vitória na capital de distrito é tal que o responsável pela Organização Regional de Setúbal do PCP, Jorge Pires, prometeu à direcção do Vitória de Setúbal que, a partir de 16 de Dezembro, poderá contar com um tratamento por parte dos órgãos autárquicos à «altura do prestígio e da obra de uma grande ins-

tituição», onde o que conta é o «serviço público de desenvolvimento desportivo e social que os clubes e as autarquias devem protagonizar e não a instrumentalização desses apoios para retirar dividendos político-partidários ou de ordem pessoal». É isto porque, «a partir de 16 de Dezembro, vai estar na presidência da Câmara uma força política que honra os seus compromissos, que é a

CDU, e um novo presidente que é o nosso camarada Carlos de Sousa».

Também Carlos Carvalhas partilha do clima de confiança reinante. O secretário-geral do PCP considera que, falando à inteligência e ao coração dos setubalenses, a vitória é possível em Setúbal.

Razões para confiar

Álvaro Saraiva, candidato à presidência da Câmara do Montijo e membro da Comissão Executiva do Partido Ecologista «Os Verdes», afirmou-se confiante que as populações da região saberão eleger «quem mais tem trabalhado na defesa das comunidades locais». O dirigente do PEV alertou para as mentiras de Mata Cáceres, que recentemente veio a público dizer que era contra a co-incineração – após ter utilizado o voto de qualidade para reprovar uma moção, apresentada em reunião de Câmara, que reprovava a co-incineração na serra da Arrábida. Álvaro Saraiva lembrou ainda a desvalorização feita pelo actual autarca



A juventude, que também quer contribuir na mudança em Setúbal, esteve presente em força

de Setúbal da luta de milhares de setubalenses contra a co-incineração na Arrábida, considerando que se tratava de um grupo de pessoas que o queriam destruir politicamente.

Hélder Bexiga, da ID, chamou a atenção para o carácter profundamente democrá-

tico da coligação e Miguel Tiago, da Juventude CDU, denunciou o desempenho da autarquia de Setúbal para esta camada da população e aproveitou a ocasião para apelar à participação juvenil na campanha eleitoral.

No comício, foi ainda apresentado o mandatário

regional da CDU, Pedro Canário, actual autarca do Barreiro, e ainda todos os cabeças de lista às câmaras e assembleias da região.

A encerrar, o artista setubalense Toy cantou, entre outras canções, o hino concelhio da CDU, de sua autoria.

Carlos Carvalhas

«Não à guerra e à limitação das liberdades»

Carlos Carvalhas, que encerrou o comício regional da CDU de Setúbal, teceu, na sua intervenção alguns comentários à situação internacional que se vive. O secretário-geral do PCP afirmou que «continuamos a juntar as nossas vozes às palavras de ordem dos diversos manifestantes em Nova Iorque e nas diversas capitais europeias: «nem terrorismo, nem bombardeamentos»». Em seguida, citou um «conhecido académico americano», que afirmou que «Reagan bombardeou a Líbia, Bush pai declarou guerra ao Iraque, Clinton bombardeou o Afeganistão e também um laboratório farmacêutico no Sudão» para, como disse, «enviar uma mensagem aos terroristas». Depois disto chega o «horror de Nova Iorque e Washington». «Não está claro, diz o autor, que enviar uma mensagem de violência aos terroristas não funciona e que só conduz a mais terrorismo, a mais violência?»

O secretário-geral comunista lembrou que «é sabido que Ben Laden é uma criatura que foi fabricada pela CIA; os talibans foram armados, financiados e treinados pelos EUA», concluindo que a «hipocrisia é a grande linha de orientação nas relações internacionais para esconder os interesses egoístas das grandes potências capitalistas». Como exemplos, o secretário-geral do PCP considerou hipocrisia «deitar alimentos com uma mão e, com a outra, bombas sobre o Afeganistão», bem como «denunciar as atitudes inconcebíveis e intoleráveis dos talibans em relação às mulheres e simultaneamente fazer vista grossa com o que se passa na Arábia Saudita, no Qatar e noutras monarquias do petrodólar». Também é hipocrisia «afirmar, como fizeram os Estados Unidos e o Reino Unido, que o povo da Palestina tem direito a um Estado independente quando até agora estiveram calados deixando que a mortandade fosse o quotidiano da Palestina» e dizer que se quer combater o terroris-

mo e continuar sem tomar medidas para eliminar os off-shores e os paraísos fiscais, e a manter oposição ao levantamento do segredo bancário como também se verifica em Portugal, «com as posições do PSD e do PP e as hesitações do PS», disse Carlos Carvalhas.

«Nós não podemos ficar calados e insensíveis quando às vítimas inocentes dos brutais atentados de Nova Iorque e de Washington se juntam agora as vítimas inocentes das bombas no Afeganistão e o êxodo de



milhares de seres humanos numa verdadeira tragédia humanitária», disse Carvalhas, que questionou: «vozes do sofrimento destas já não chegam aos ouvidos do sr. Blair e do sr. Bush? As vidas de uns são mais valiosas do que a de outros?», porque a «guerra não é o caminho para o combate ao terrorismo», Carvalhas considerou ser preciso parar com a engrenagem da guerra e procurar a solução política e o combate ao terrorismo no quadro das Nações Unidas.

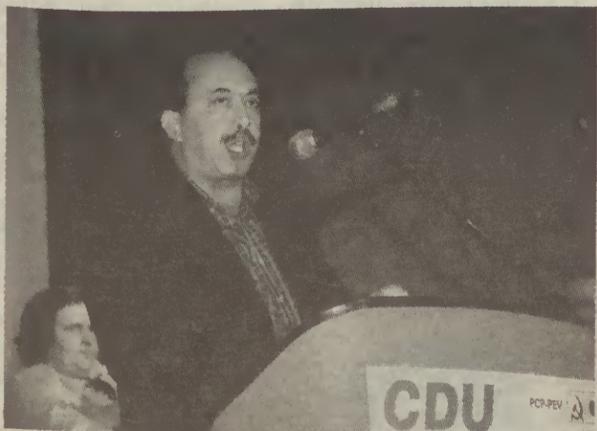
«É preciso dizer não à guerra e à limitação das liberdades que se querem fazer a pretexto desta», pois o «que se está a passar não honra a humanidade, não resolve os problemas nem combate o terrorismo», afirmou.

O secretário-geral do PCP concluiu afirmando que o «planeta sofre de tremendas e terríveis desigualdades em que prosperam os fundamentalismos, os nacionalismos, os integralismos e todos os desesperos».

Jorge Pires

«Uma região nos primeiros lugares»

«Quem conheceu esta região há 27 anos tem na memória as carências de toda a ordem que se faziam sentir», afirmou Jorge Pires, da Comissão Política e responsável pela organização do PCP na Península de Setúbal. Hoje, «fruto do trabalho desenvolvido pelo poder local, eleitos, trabalhadores autárquicos e populações é, não só uma região desenvolvida, como ocupa os primeiros lugares a nível nacional em muitos dos indicadores a partir dos quais é possível medir os índices de qualidade de vida». Para Jorge Pires, isto é resultado da «coragem, empenhamento e da qualidade de intervenção dos comunistas e dos seus aliados que ao longo de 27 anos construíram uma obra de inegável valor que é reconhecida por todos».



O dirigente do PCP lembrou que, segundo a Marktest, a maioria dos concelhos CDU da Península encontram-se, na listagem do Índice Global de Desenvolvimento, entre os primeiros 45 lugares dos 308 concelhos do País, encontrando-se Almada em oitavo e o Seixal em décimo terceiro. No que respeita a recintos desportivos, Almada surge em quinto lugar, o Seixal em décimo oitavo e o

Barreiro em vigésimo quarto. No que respeita ao abastecimento de água e à recolha de resíduos sólidos urbanos, a região de Setúbal surge, respectivamente, com 98,5 e 99,8 por cento da população servida. «A superioridade da gestão CDU também se pode medir comparando, entre os três grandes concelhos urbanos da nossa região, Almada, Seixal e Setúbal, em que este último que tem tido a presidência PS nos últimos 16 anos, aparece em praticamente todos os indicadores claramente atrás.»

A baixa taxa de concretização orçamental das três câmaras socialistas da região, «ao mesmo tempo que optaram por servirem de almofadas com que procuraram atenuar decisões do Governo lesivas dos interesses das populações», atestam a superioridade da gestão CDU.

Jorge Pires chamou a atenção para a forma como o PS governa e contou o episódio em que a CP e a GNR mandaram parar três comboios que circulavam na linha da Moita, «não por qualquer pó branco», mas porque seis membros do PCP, «munidos dos seus títulos de transporte», recolhiam assinaturas junto de outros passageiros. Quando a GNR contactou os militantes, estes «ficaram muito admirados porque tinham sido informados que havia descatos no comboio».

O dirigente do PCP falou ainda da composição das listas da CDU, onde, de entre os 2056 candidatos apresentados na região 650 – 31,6 por cento – são independentes, 817 candidatam-se pela primeira vez e 595 são mulheres – mais cinquenta do que há quatro anos.

Por todo o País Prosseguem as apresentações

Terminado o prazo de entrega das listas em Tribunal, prosseguem as apresentações públicas dos candidatos da CDU.

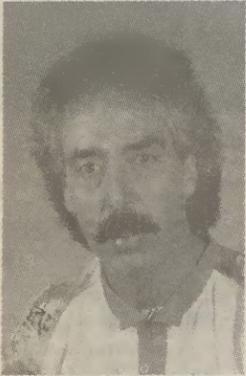
Em **Castelo de Paiva**, distrito de Aveiro, a CDU apresentou Manuel Rocha Vieira como candidato à presidência da Câmara, que considera que os «inúmeros paivenses que não se identificam com as candidaturas quer do PS quer do PSD» têm de se unir de forma a «possibilitar que haja, na nossa terra, uma alternativa a uma bipolarização».

«Quem não se identificar com este ou aquele projecto, saberá que um grupo de Paivenses, comungando dos valores da solidariedade e da fraternidade que são apanágio do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista "Os Verdes", estará ao seu serviço para valorizar a condição humana», afirmou.

Em **Vagos**, também no distrito de Aveiro, Domingas Loureiro, de 38 anos, independente proposta pelo PEV, é a cabeça de lista à presidência da Câmara pela CDU. Candidatando-se para garantir que a CDU seja um espaço de unidade dos que «querem o melhor para as populações» da sua terra, a candidata considerou que a CDU «afirma-se nas suas campanhas pela diferença», não prometendo o que não pode cumprir.

No Algarve, a CDU apresentou José Maria Vaz de Almeida, professor de 53 anos como o seu candidato à presidência da Câmara Municipal de **Loulé**. Natural de Salir, foi fundador da «Brigada Victor Jara», um conhecido conjunto de música popular portuguesa.

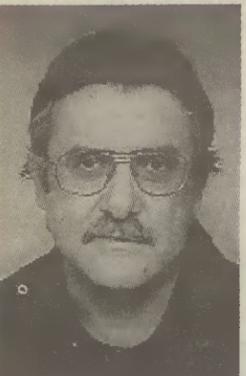
Na **Tábua**, distrito de Coimbra, a CDU anunciou a candidatura de José Manuel Oliveira à presidência da Câmara. A lista para a Assembleia Municipal será encabeçada por Henrique Abrantes.



Manuel Vieira



Domingas Loureiro



José Vaz de Almeida

Torres Novas Congregar esforços

No passado dia 16 de Outubro, a CDU de Torres Novas apresentou, num jantar de apoiantes que contou com a participação de Carlos Carvalhas, os candidatos a todos os órgãos autárquicos do concelho. O mandatário concelhio da CDU, Carlos Trincão Marques, depois de fazer referência aos 263 candidatos que compõem as listas da CDU, realçou ainda a composição das listas - 58 mulheres (22 por cento), 53 candidatos com idades entre os 18 e os 30 anos (21 por cento) e 103 entre os 31 e os 50 anos (39 por cento).

Vaz Teixeira, cabeça de lista à Assembleia Municipal, chamou a atenção à grande expectativa em torno das listas da CDU,

salientando o facto de ser necessário congregar esforços e votos em torno das candidaturas da CDU de que todos aqueles que, independentemente do seu posicionamento político, procuram uma alternativa à gestão do PS.

Carlos Tomé, cabeça de lista à Câmara Municipal, depois de historiar toda a intervenção da CDU, através de intervenções e de propostas feitas ao longo destes 4 anos, realçou as inúmeras promessas feitas e não cumpridas, através de uma política demagógica, pelo actual executivo, de maioria absoluta PS, bem como a postura autoritária do presidente do executivo. O candidato realçou ainda o facto de a CDU ser reconhe-

cida pela população como a única força política que, pelas provas dadas, é a opção credível e a única alternativa à actual gestão do PS.

Por fim, interveio o camarada Carlos Carvalhas, que realçou a grande diferença que existe entre a forma de estar e de exercer o cargo autárquico pelos elementos que integram as listas da CDU e as outras forças políticas. Salientou ainda o facto de a CDU ser um grande e amplo espaço democrático que integra muitos independentes que encontram nas nossas listas uma forma de intervenção séria e descomprometida com outros interesses que não os das populações.

Juventude CDU afirma-se diferente nos ideais e nas acções em iniciativa nacional na Amadora

Uma política transversal de juventude

Teatro, música, reivindicação e intervenção. Assim foi feita a iniciativa nacional da Juventude CDU, realizada na Amadora no passado sábado, onde estiveram presentes, entre outros, o candidato António Filipe e Carlos Carvalhas.

«Para uma boa política de juventude não basta uma boa oferta cultural», considera a Juventude CDU. «É necessária uma política autárquica transversal de juventude que tenha em conta as necessidades mais básicas dos jovens, desde o tratamento de águas e o saneamento básico, passando pela alfabetização, pelos transportes, pelo equilíbrio ambiental, até à captação de investimentos que permitam a criação de postos de trabalho» afirmam os jovens da CDU, que entendem o desenvolvimento humano passa pela prática desportiva, pela cultura, pelo emprego com direitos, pela solidariedade, pela qualidade de vida e ambiental e pela possibilidade de optar. Mesmo assim, os apresentadores da iniciativa fizeram questão de lembrar que são as autarquias CDU que possuem as melhores redes municipais de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

Casas ou oficinas de juventude e conselhos municipais são alguns exemplos de outras iniciativas de câmaras CDU que potenciam a participação dos jovens e do movimento juvenil, seja ele formal ou informal. Esta postura da coligação está patente também ao nível do envolvimento dos jovens nas listas concorrentes às eleições, não sendo «por acaso que a CDU é a força política que mais jovens integra».

Uma participação fundamental

António Filipe, candidato à Câmara Municipal, lembrou que os Recreios da Amadora, onde decorria a iniciativa, tinha sido adquirida pela autarquia nos anos 80 e que, com a maioria PS, servia para pouco mais do que a exibição de cinema comercial. O candidato lamenta que as instalações,

dos equipamentos que possui, que vão muito para além dos Recreios da Amadora. Também por esta razão, António Filipe pensa que os jovens votarão CDU e confia no contributo que a Juventude CDU dará para a obtenção de um bom resultado, o que significa reconquistar a presidência da autarquia.

«Não fazemos da juventude decoração de comícios», disse Carlos Carvalhas que afirmou ser importante sair dali com determinação para mobilizar os jovens para a engrossarem as fileiras da CDU, porque «em

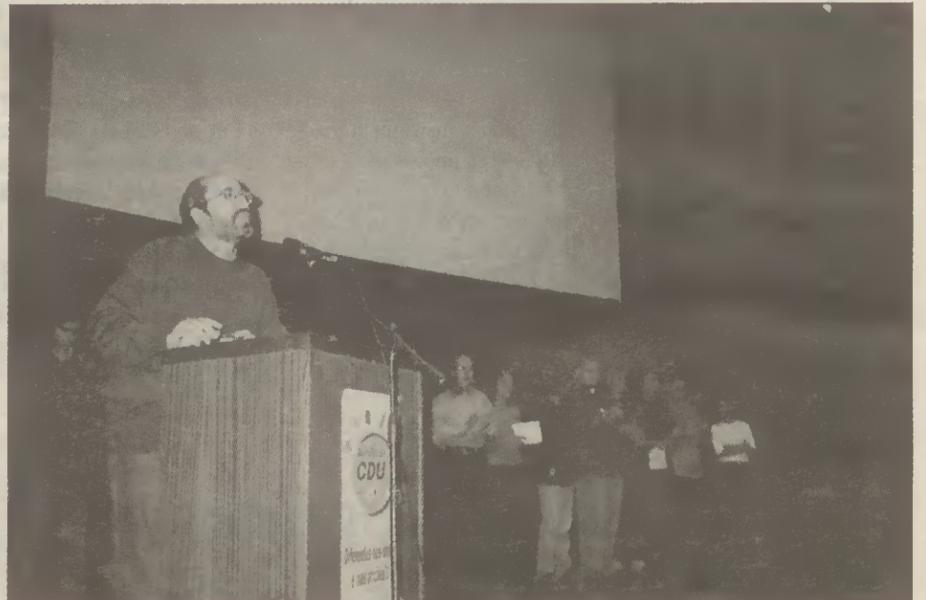
educação de péssima qualidade, «é importante ter nas autarquias homens, mulheres e jovens que dêem garantias de defender os trabalhadores, os jovens e as populações».

Não é só com cultura que se faz uma boa política de juventude

Ana Nabais e Joel Vasconcelos, da Ecolojovem e da JCP, respectivamente, vincaram a importância da juventude na elaboração dos programas e na construção das listas.

No fim, os jovens saíram em desfile pelas ruas da Amadora.

Antes, a música de João Queiroz e dos «Blá, Blá, Blá», o teatro com a peça «Pachita 10



António Filipe lembrou que há muitos equipamentos culturais na Amadora que podiam ser utilizados pela juventude

que estão em boas condições, não sejam utilizadas para a criação e fruição culturais e confessou saber que a população da Amadora também sente que deveria de usufruir mais

tempos obscuros como os que vivemos» marcados por uma situação internacional complexa e imprevisível, uma situação nacional marcada pelos baixos salários e por uma

horas» e a declamação de poesia de Ary dos Santos marcaram presença e reforçaram a ideia de que a Juventude CDU é «diferente nos ideais e nas acções».

Oliveira do Hospital Dez anos para desenvolver

João Manuel Dinis e João Abreu são os candidatos, respectivamente, à Câmara e Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital. Na declaração de candidatura, a CDU assume-se como «força política de esquerda e de unidade entre os democratas, com acção consequente e propostas válidas e inovadoras» e potencia «soluções de qualidade para uma vida melhor».

Outra das linhas de força da declaração da CDU prende-se com os princípios dos seus candidatos, que se empenham em projectos de verdadeiro desenvolvimento social, «batem-se por causas e não oscilam ao vento da conveniências pessoais ou de grupos», sendo a política um serviço público e não um «meio de vida ou trampolim para promoção pessoal».

A CDU de Oliveira do Hospital apresenta-se às eleições com uma grande proposta: a definição e execução de um Plano de Desenvolvimento Estratégico, para um horizonte temporal de 10 anos, envolvendo a cidade, as freguesias e o concelho, contendo dez áreas de intervenção.

Uma das áreas visadas por este plano de desenvol-

vimento é a das acessibilidades, com a necessidade de construção e melhoria das IC's mas também, na mesma linha de prioridade, as ligações internas entre as povoações e entre estas e os concelhos vizinhos. O sistema integrado de abastecimento público de água e um sistema concelhio de ETAR's, integrado num plano de despoluição dos rios são outras das prioridades da CDU.

A descentralização de recursos técnico-financeiros e de algumas competências da Câmara para as juntas de freguesia, bem como aproximar aos cidadãos as redes de ensino e saúde e de equipamentos desportivos e culturais são também medidas avançadas pela CDU local. A criação de uma rede municipal de transportes públicos foi outra das propostas.



João Manuel Dinis

Vila Nova de Gaia Promover a qualidade de vida

Decorreu na sala da Assembleia Municipal de Gaia a apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos deste concelho portuense, numa iniciativa que contou com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e de Jorge Sarabando e Ilda Figueiredo, candidatos à Câmara e Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia.

Num espaço repleto, foram apresentados dezanove dos vinte e quatro cabeças de lista a freguesias gaienses e foram dados a conhecer publicamente os vários candidatos à Assembleia e Câmara Municipal. Entre os primeiros nas listas municipais encontram-se os médicos Merlinda Madureira e José Sapage, o gráfico e sindicalista Ernesto António, os professores Mário David Soares e Berta Rego, Raul Medina Pinheiro, docente do ensino superior, e Silvestre Lacerda, arquivista.

Na sua intervenção, Jorge Sarabando afirmou que «apesar de Gaia ser o terceiro município mais populoso do País, tem sido vítima tanto da desatenção e menosprezo de sucessivos governos, como é visível nos atrasos de construção de acessibilidades e na falta de resposta dos serviços públicos, assim como da inoperância da actual maioria na construção de infra-estruturas de saneamento, na incapacidade de construir uma única das onze vias de ligação previstas, como na destruição de espaços verdes por uma expansão imobiliária sem regras, no geral, pela de qualidade de vida».

A actual deputada do PCP ao Parlamento Europeu e primeira candidata à Assembleia Municipal, Ilda Figueiredo, sublinhou a necessidade de a CDU se reforçar no concelho, nomeadamente com incremento da sua participação na Assembleia Municipal e com a reeleição de um vereador, sendo esta a melhor forma de cumprir o objectivo que lançou para a candidatura – viver melhor em Gaia –, ou seja, propondo um posicionamento político oposto ao de uma «actual maioria que se preocupou mais com a imagem do que com as pessoas».

Coimbra Espaços verdes à porta de casa

Na passada sexta-feira, dia 19, terminou mais uma semana temática da CDU de Coimbra, desta feita dedicada às zonas verdes e qualidade urbana. Jorge Gouveia Monteiro, candidato da CDU à Câmara Municipal, considerou, na sua declaração sobre o tema, que existe uma grande contradição em Coimbra: «a generalidade dos cidadãos encontra-se insatisfeita e manifesta uma "fome de verde", de parques e jardins; o poder instalado argumenta que Coimbra tem vastos parques».

O candidato declarou que «se recorrermos à fotografia aérea, Coimbra aparenta estar bem dotada de espaços verdes». Mas as pessoas não vivem em maquetas nem em fotografias aéreas e Jorge Gouveia Monteiro afirmou que essas zonas verdes de maior dimensão encontram-se degradadas ou em precárias condições de segurança. Por outro lado, «os ritmos de vida de hoje, agravados pela dificuldade de nos movimentarmos dentro de uma cidade sempre entupida, apontam para a necessidade de multiplicar os espaços verdes de proximidade com as zonas residenciais, onde seja viável passear com crianças, conversar com vizinhos, apreciar belas árvores, ouvir os pássaros».

Para o cabeça de lista da CDU à autarquia de Coimbra, é preciso, por um lado, que os parques estejam bem tratados e acessíveis ao público e, por outro, que existam muitos mais jardins junto aos bairros e urbanizações».

Como propostas concretas, Gouveia Monteiro pretende protocolar com a Universidade a criação do Parque Urbano de Santa Clara, negociar com o Ministério do Ambiente com vista à recuperação do choupal, das matas e da geria, construir pequenos jardins junto dos locais de residência e zonas urbanas mais densas.

CDU entregou listas em todo o País Um amplo espaço de participação

Terminado o prazo para entrega das listas em Tribunal, e ainda sem um balanço completo, a composição das listas da Coligação Democrática Unitária confirmou-a como um espaço de participação aberto a várias sensibilidades e idades e com grande presença feminina.

No dia 22 de Outubro expirou o prazo para entrega em Tribunal das listas concorrentes às

eleições autárquicas de 16 de Dezembro. A CDU concorre à totalidade dos concelhos do continente e da Região Autónoma da Madeira e a 17 dos 19 municípios da Região Autónoma dos Açores – e apresenta números

muito positivos no que respeita à composição das suas listas, nomeadamente tendo em conta a participação de mulheres,

jovens, independentes e estrepantes nas lides autárquicas.

Numa freguesia do concelho do Porto, as mulheres são a maioria

Jorge Pires, da Comissão Política, no comício realizado em Setúbal no passado sábado, divulgou que, dos 2056 candidatos que compõem as listas da CDU a todas as câmaras, assembleias municipais e de freguesia da Península de Setúbal, 817 são candidatos pela primeira vez (39,7 por cento), 881 têm menos de 30 anos e 650 (31,6 por cento) são

independentes. O número de mulheres aumentou em 50 – 545 há quatro anos e 595 em 2001 –, das quais 19, mais 6 do que em 1997, são cabeças de lista.

Os resultados positivos são confirmados no distrito de Lisboa. Em Vila Franca de Xira, dos 328 candidatos que perfazem o total das candidaturas aos órgãos autárquicos concelhios, 20 por cento têm menos de 30 anos e 30 por cento são mulheres. Candidatos sem filiação partidária são 40 por cento.

Na Amadora, António Filipe e Mário Ventura encabeçam a lista à Câmara e Assembleia, listas essas que, somadas com as 11 freguesias, perfazem um total de 332 candidaturas. Destas, 25 por cento são assumidas por jovens e 40 por cento por mulheres. A percentagem de independentes é de 22 por cento.

No distrito de Santarém, o concelho de Coruche – cujas listas aos órgãos municipais são encabeçadas por Manuel Brandão e José Casanova – destaca-se pelo elevado número de independentes, 104 num total de 172 candidaturas. As mulheres são 40 e os jovens – aqui

entendidos como tendo idade inferior a 25 anos – são 23.

Por todo o País

Montemor-o-Novo, no distrito de Portalegre, apresenta, entre efectivos e suplentes, 213 candidaturas, das quais mais de metade, 112, são assumidas por independentes. 37,5 por cento são candidatos pela primeira vez, 24 por cento são jovens e, no que respeita às candidatas, elas representam 24,5 por cento do total.

Também a CDU do concelho do Porto divulgou dados igualmente positivos. Tendo sido a primeira força do concelho a entregar as listas em Tribunal, a CDU apresenta-se ao eleitorado com médias de idades a oscilar entre os 44 anos para a Câmara e 45 para a Assembleia Municipal. 30 por cento de todos os candidatos são mulheres. No que respeita às freguesias do concelho, é de destacar a freguesia de Massarelos, onde 53 por cento dos candidatos são do sexo feminino. No Bonfim e no Lordelo as mulheres são, respectivamente, 50 e 48 por cento do total.

No distrito de Aveiro, é de destacar que, dos candidatos já apresentados para as câmaras, três, incluindo a cabeça de lista na capital do distrito, são membros do Partido Ecologista «Os Verdes» ou foram propostos por este partido.



Uma maior participação de jovens, mulheres e independentes são reveladas pelas listas entregues em Tribunal

Inaugurada em Lisboa Rua Octávio Pato

«Rua Octávio Pato, político, 1925-1999», assim se podia ler na placa toponímica – descerrada no passado dia 17 pela sua filha mais nova – da rua, localizada na freguesia da Charneca, no bairro que realojou a população da antiga Musgueira.

Paula Henriques, companheira de Octávio Pato, assinou, em nome da família, que o homem e o político não podem ser dissociados, «na medida em que toda a sua vida foi enquadrada por uma opção que não apenas a nós marcou, mas também a todo o povo português das últimas décadas». «O Octávio Pato filho, companheiro, pai, irmão, avô, camarada, era o homem que amava a vida, que nos amava a nós, que se preocupou sempre, e nas piores condições, com o nosso bem-estar, o nosso futuro» e era o «político que lutava para que todas as famílias tivessem pão, liberdade, cultura, para que as mães não tivessem de chorar um filho morto na guerra ou nas prisões fascistas, como a sua chorou» aquando da morte do irmão Carlos, continuou.

Octávio Pato, prosseguiu, «não dormiu dezoito dias e dezoito noites para defender o seu Partido e os seus camaradas», tal como não se lembrava de ter dormido nos dias posteriores ao dia 25 de Abril –

quando era necessário mobilizar os trabalhadores, libertar os presos políticos, preparar o regresso dos exilados ou impor a publicação legal do Avante!.

«Num momento tão complexo e perigoso como o que vivemos, sabemos mostrar aos nossos filhos a exemplaridade de vidas como esta, sabemos nós responder-lhes quando nos perguntarem quem foi "Octávio Pato, político, 1925-1999". O mundo será, seguramente, melhor», concluiu Paula Henriques.

Alice Vieira, que tomou da

palavra pela Câmara Municipal, afirmou que o nome do dirigente comunista está naquela placa «como uma mensagem que faz saber que a esperança é necessária e o futuro é possível». Para chegar a esse futuro, lembrou que «alguns portugueses não contabilizaram fomes, prisões, torturas, solidões, desesperos, medos, insónias, os dias e as noites sem uma palavra quente, sem um afecto, sem o direito às alegrias normais dos homens comuns. E sem um protesto, um arrependimento, sem uma

recompensa». Porque para estes homens, continuou, «havia uma tarefa chamada Portugal à qual tudo se devia sacrificar». Porque «Octávio Pato, político», não é «apenas um nome de rua; é, sobretudo, um projecto de vida».

Presentes na iniciativa – que também homenageava Vasco da Gama Fernandes, primeiro presidente da Assembleia da República – estiveram familiares de Octávio Pato, dirigentes do PCP, autarcas, deputados e representantes das instituições democráticas.



«Octávio Pato, político, não é um nome de rua, é um projecto de vida», disse Alice Vieira



O encontro revelou uma grande vitalidade do PCP, tendo decorrido com um elevado nível de intervenções, quer em qualidade quer em diversidade

Mudanças e alternativas nas telecomunicações analisadas no encontro nacional do PCP

Esquerda em concreto

Para os comunistas, é imperioso alcançar uma nova política, de esquerda, para o sector das telecomunicações, o que se deverá traduzir em princípios firmes e orientações concretas, assegurando um serviço público de qualidade.

As propostas apontadas pelo PCP – como foi salientado no encontro nacional que teve lugar no sábado, em Lisboa – são parte integrante da exigência da política de esquerda capaz de assegurar o desenvolvimento do País e a melhoria da qualidade de vida dos portugueses, que o PCP propõe para Portugal.

Em primeiro lugar, deve ser garantido um papel determinante do sector público, com a detenção, por parte do Estado, da maioria do capital do principal operador nas várias áreas das telecomunicações. Isto significa, desde já, a oposição à eliminação da «golden share» na Portugal Telecom (o lote, de 500 acções, que confere ao Estado poderes especiais de representação e intervenção) e a manutenção da rede pública de telecomunicações

como propriedade pública, devendo a PT garantir a sua conservação e desenvolvimento, enquanto tiver a concessão.

Por outro lado, é necessário um serviço público com qualidade e em desenvolvimento, abrangendo todo o tipo de comunicações electrónicas (telefone fixo, telefone móvel, Internet, etc.), salvaguardando o seu carácter universal, bem como os direitos, liberdades e garantias dos utentes.

O PCP pretende, por fim, que este seja também um sector de futuro no plano das condições de trabalho e realização profissional dos trabalhadores, para o que é imperioso combater e eliminar o emprego precário, generalizar a todas as empresas o trabalho com direitos, a dignificação do trabalho e a

valorização dos salários, fazendo com que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efectivo.

O encontro nacional do Partido sobre as telecomunicações, aberto à participação de quadros e trabalhadores sem filiação partidária, contou com várias dezenas de participantes – entre os quais os camaradas Francisco Lopes, da Comissão Política, e o deputado Joaquim Matias –, que se propuseram avaliar as profundas alterações que ocorreram na última década e definir orientações para dar resposta ao novo quadro político, económico e tecnológico no sector e nas empresas de telecomunicações, assim como aos problemas sociais criados.

Em debate estiveram, designadamente, a evolução das telecomunicações em Portugal e o acesso dos portugueses à sociedade de informação; a privatização, a liberalização, a internacionalização e a financeirização do sector; as telecomunicações, como sector estratégico e serviço público; o emprego, os direitos e a precariedade; a organização do PCP e sua intervenção.

Correios Liberalização é muito negativa

A recente posição do Conselho Europeu dos Transportes e Telecomunicações para a liberalização do correio com mais de 100 gramas, a partir de 2003, com mais de 50 gramas, a partir de 2006, e a ameaça de liberalização total, a partir de 2009, é «extremamente negativa», diz a Coordenadora Nacional do PCP para o Sector dos Correios, na sequência do Encontro Nacional recentemente realizado

sobre o sector. Tratam-se de medidas que, na opinião do PCP, servem os países mais desenvolvidos da UE e contra as quais o Governo português deve manter uma posição firme, de defesa dos interesses nacionais.

Atendendo, por outro lado, ao facto de a liberalização do sector ter permitido o aparecimento de empresas que ignoram completamente os direitos mais elementares

dos trabalhadores, os comunistas defendem que a Inspeção de Trabalho e o ICP exerçam uma acção eficaz de fiscalização.

Por fim, o PCP exige que o Governo preencha o «buraco» de mais de 200 milhões de contos que o Fundo de Pensões de Pessoal apresenta, já que os CTT, ao a fazê-lo (à média 9 milhões de contos por ano), estão a estrangular-se financeiramente.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Armindo António Valério

Faleceu recentemente o camarada Armindo António Valério, de 70 anos. Militante do Partido na freguesia da Brandoa, desenvolvia aí uma destacada actividade.

João José Mourato Ruas

Faleceu o camarada João José Mourato Ruas, de 69 anos de idade, militante do Partido na freguesia da Brandoa. Desenvolvia uma destacada actividade partidária na freguesia.

Manuel Romão

Faleceu recentemente, vítima de doença pulmonar, o camarada Manuel Romão, de 57 anos de idade. Camarada muito dedicado ao Partido, desempenhou as últimas tarefas na Festa do Avante. Foi dirigente sindical das Garagens. Estava organizado no Sector da Construção Civil de Lisboa.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! manifesta sentidas condolências.

A ordem internacional em debate

Guerra e globalização

Os recentes acontecimentos nos EUA, derivados do atentado de 11 de Setembro, toda a evolução da ordem internacional daí decorrente, a guerra contra o Afeganistão e as repercussões sociais, políticas e humanitárias desse conflito estiveram em debate, no Porto, numa iniciativa organizada pelo Sector Intelectual do Porto do PCP e pela Juventude Comunista Portuguesa.

O auditório da Junta de Freguesia de Massarelos encheu para ouvir e confrontar Ilda Figueiredo e Miguel Urbano Rodrigues com questões sobre todos os acontecimentos que têm feito a actualidade noticiosa, e sobre os que dela têm permanecido ocultos.

As questões estruturais do processo de globalização capitalista, nomeadamente a actuação do poder económico em processos de concentração de riqueza (1% da população mundial detém hoje uma riqueza equivalente a outros 57%) e as suas mais directas e drásticas consequências (como as mais de 30 mil pessoas que diariamente morrem vítimas da fome, da miséria e de doenças) foram as pedras de toque escolhidas por Ilda Figueiredo para sugerir que um debate sério do que significa hoje a globalização capitalista tem de passar, obrigatoriamente, pela discussão dos mecanismos e políticas de produção e concentração de riqueza, por um lado, e de produção e alastramento da pobreza e exclusão, por outro.

Neste âmbito, Ilda Figueiredo denunciou os interesses que estão patentes nas opções de deslocação das unidades de produção das grandes multinacionais para países com mais baixos custos produtivos, acentuando a situação de desigualdade económica e social já existente entre os países da UE. «Trata-se de facto de uma política de agravamento das condições sociais, que acentua a exploração capitalista e se opõe ao desenvolvimento», sublinhou a deputada comunista, chamando a atenção para a contradição de se tratar de uma política desenvolvida e compactuada no âmbito de um conselho europeu que constituiu o combate à pobreza como uma prioridade

Globalização precisa de punho de ferro

A esta denúncia das consequências mais visíveis e graves do processo de globalização capitalista, Miguel Urbano Rodrigues acrescentou que a desigualdade entre estados (15% dos países possuem 84% da riqueza do mundo) e os conflitos daí decorrentes são condições essenciais da consolidação do poder neoliberal à escala global. «A McDonald's, dos restaurantes, nunca poderia contribuir para a nossa globalização sem a McDonnell Douglas, empresa que produz o avião-caça F16», referiu, a propósito, Miguel Urbano, citando Thomas Friedman, ex-assessor de Madeleine Allbright, no seu último livro, salientando que «a globalização capitalista não pode funcionar sem um punho de ferro, que é o exército e a marinha dos EUA».

Na sequência do elencar destas preocupações foi-se impondo, no debate, a pergun-

ta que melhor representa a perplexidade do momento: porquê, agora, a guerra no Afeganistão? «Porquê um dos países mais atrasados do mundo?», reforçou Miguel Urbano, continuando: «E, sobretudo, porquê um país cuja situação política implica em tudo o governo dos EUA, desde o apoio americano às seitas que hoje compõem a chamada Aliança do Norte e de onde saiu Bin Laden para se aliar aos talibã, por sua vez seita de estudantes concebida também mediante apoio da CIA e da Serviços Secretos Paquistaneses?»

Miguel Urbano Rodrigues lembrou ainda que só nos EUA de Reagan os bandidos das seitas afegãs, incluindo Bin Laden, eram reconhecidos como heróis da liberdade e da democracia, e que, hoje, a única vantagem objectiva dos talibã em relação às restantes seitas é a unidade no controlo do território e da produção de ópio e heroína, que contrasta com os confrontos e as querelas internas na Aliança do Norte. «No fundo trata-se de duas máfias, iguais, que combatem pelo controlo do negócio da droga», sentenciou Miguel Urbano.

De um passo, tudo se inverteu

A guerra mediática que tem sido travada pelas grandes cadeias de comunicação social em torno do conflito com o Afeganistão, ofuscando o essencial, mostra contudo até onde é que a administração Bush está disposta a ir para alterar a posição dos EUA no plano internacional, com a assunção de máximas maniqueístas de «quem não está com a América está com os terroristas» ou outras semelhantes. Raul Castro, advogado português, que estava presente na assembleia do debate, chamou mesmo a atenção para o bombardeamento mediático a que todos têm sido sujeitos e que designou, à imagem das antigas grafonolas, como «a voz do seu dono», parodiando as máximas maniqueístas com a reconstrução da anedota a um dizer salazarista: «quem não está connosco está contra 'nosco'».

«A tremenda crise de isolamento internacional que os EUA atravessavam não tinha praticamente precedentes, não havia, na América do Norte, Presidente da República com tão altos índices de impopularidade quanto G. W. Bush, nem situação de recusa de adesão a pactos e tratados internacionais tão frequente como a dos últimos tempos», explicou Miguel Urbano, «e de súbito, tudo se alterou, e de agressor, os EUA passaram a vítima; de um passo tudo se inverteu».

O debate foi terminando com a noção de que esta encruzilhada que nos interpela exige luta e resistência, «para que este sistema de poder neoliberal que, pela sua perversidade, só encontra precedente no Reich nazi, possa ter o fim que merece», concluiu Miguel Urbano, chamando também a atenção para o valor que continuam a assumir exemplos de resistência como o do povo cubano e da guerrilha revolucionária colombiana.



EMIGRAÇÃO

CCP à espera de eleições

Em declarações proferidas, quando da sua recente deslocação à Alemanha, o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas remeteu para a Assembleia da República a marcação de nova data para a eleição do CCP, apesar de não se vislumbrar da parte dos deputados do PS e do PSD eleitos pela Emigração quaisquer propostas nesse sentido. Em devido tempo, o PCP propôs, através do deputado Rodeia Machado, a realização de um plenário mundial até 25 de Novembro, tendo como objectivo debater de forma aprofundada as alterações à lei.

Para o PCP era a forma de envolver os principais intervenientes e interessados na resolução do problema, mas nem o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, nem o Conselho Permanente, nem os deputados do PS e do PSD eleitos pelas Comunidades aceitaram esta proposta. Ou seja, diz a Direcção da Emigração do PCP, em Portugal «continua a reinar o quero, posso e mando», fazendo-se «tábua rasa» de leis aprovadas pelo Parlamento e até de diplomas aprovados pelos próprios governantes alguns dias antes.

OVAR

Que PDM?

A Comissão Coordenadora da CDU de Ovar vai realizar, amanhã, à noite, um debate sobre «o Plano Director Municipal e Qualidade de Vida» que se insere no âmbito da discussão pública do PDM, em vigor até ao final do mês. A iniciativa, que terá lugar nas novas instalações da Junta de Freguesia de Ovar, terá a participação de personalidades como Eduardo Anselmo Castro, professor de Planeamento na Universidade de Aveiro, Helder Ventura, que integra o Núcleo de Arquitectos de Aveiro, Joana Lima, licenciada em Planeamento Urbano e Mestre em Urbanismo, e Daniel Branco, membro do Comité Central do PCP.

OEIRAS

Debate público

Os Planos Directores Municipais começam, aliás, a ser discutidos em todo o lado. É o caso de Oeiras, onde a CDU discute hoje à tarde, no Auditório da Biblioteca Municipal, aquilo a que chama «a Magna Carta» do ordenamento do território e do desenvolvimento do concelho, em vigor desde o início de 1994. Na discussão participam Alcino Salvado, Arnaldo Pereira, José António Tavares da Cruz e Pedro Vieira Talhinhas, todos especialistas na matéria e candidatos da CDU a órgãos autárquicos do concelho.

PORTO

Distrito em conferência

Também no Porto, mas no próximo domingo, a CDU realiza uma iniciativa sobre o distrito, a que intitulou «O Distrito do Porto em Conferência – a Visão e Propostas da CDU», no Instituto Superior de Engenharia do Porto. O objectivo da conferência, que terá como oradores Fernando Moreira, Honório Novo, Ilda Figueiredo, Luís Carlos, João Torres, Jorge Sarabando, Pimenta Dias, Regina Sardoeira, Rui Sá e Sérgio Teixeira, é «assumir posição sobre aspectos de coordenação global entre as autarquias do distrito, na perspectiva das próximas eleições autárquicas.» Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, participa também na Conferência, encerrando os seus trabalhos.

A bem da verdade, contra a hipocrisia

Caem bombas no Afeganistão, morrem centenas de inocentes, os EUA e seus aliados colocam-se estrategicamente em posições que há anos ambicionavam. Descobre-se de repente a situação dramática em que vive o povo Afegão e o apoio dado pelos EUA e a Inglaterra aos então libertadores e a sua convivência com a barbárie do seu regime.



Paulo Raimundo
Membro da Comissão Política

Enquanto andam os corpos de elite americanos e ingleses a lutar contra os talibãs e contra todos os terroristas do mundo (personagens que conhecem bem), anda o povo Afegão a lutar contra os talibãs, contra os bombardeamentos, contra a fome, contra a miséria, contra as epidemias, contra as opções políticas que impedem a real ajuda humanitária.

Enquanto o povo sofre e morre «colateralmente» - pois esta guerra não é nem do povo Afegão, nem de nenhum outro povo, é a guerra dos

bases militares que garantirão a consolidação da democracia no Afeganistão e, a partir daí, o seu alargamento a toda a região. Certamente que quando os EUA «democratizarem» todo o território, os povos oprimidos e subdesenvolvidos serão os primeiros a beneficiar de todo o petróleo e gás natural da região, assim facilitando um maior combate ao tráfico de droga, nomeadamente com a adopção por parte do Congresso Americano de planos Iraque, Sudão, Líbano, entre outros, que, à semelhança do plano Colômbia, é a bem do povo, das liberdades e do combate ao tráfico de droga.

O Governo português, naturalmente comprometido e embebido deste espírito de solidariedade contra o mal, e no quadro da «grave crise económica» do pós - 11 de Setembro - crise que, aliás, tal como o

terrorismo, se vem revelando invisível a não ser para os milhares de trabalhadores já despedidos nas «grandes economias» do mundo -, decidiu con-

tinuar a sua política de economia de guerra.

Uma guerra que António Guterres tem vindo a preparar ao longo dos anos em que tem presidido ao Governo: do alargamento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres; do seguidismo da ordem Mundial; da garantia de que o capital não sai beliscado nos seus lucros e interesses; da concentração da riqueza; da contenção dos salários; do desinvestimento em áreas como a saúde e a educação; do recuo da reforma fiscal; do abrir caminho para alterações profundas à segurança social; do retrocesso dos direitos de quem trabalha; das privatizações; da criação de gerações sem direitos.

As mesmas vítimas

São vítimas não colaterais nesta guerra os trabalhadores, que se vêem a braços com os baixos salários e com os despedimentos; os jovens que trabalham em situações de precariedade e de insegurança; o investimento na educação que, não existindo, deixa de rastos financeiramente as instituições, enquanto o Ministério da Educação faz «ouvidos moucos» às justas lutas dos estudantes do secundário.

São estas vítimas das opções políticas do Governo do PS que travam a mais importante batalha, a batalha pelos seus direitos. Uma batalha contra este (como contra outros) generais do exército ao serviço do capital.

Afinal, uma luta que os trabalhadores e a juventude portuguesa vão continuar. A prová-lo estão aí: a determinação dos estudantes do ensino superior que, ao iniciarem o ano lectivo em piores condições que de anos anteriores, se mobilizam para a luta contra os cortes orçamentais e contra a lei de financiamento; os estudantes do ensino secundário, que há anos lutam nas escolas e nas ruas pela suspensão da revisão curricular; os jovens trabalhadores que viram a sua luta mais reforçada, com o sucesso da 4.ª Conferência da Interjovem, encontrando-se hoje em melhores condições para prosseguir a luta contra a precariedade e por mais salários. Aliás, a grande acção de luta promovida pela CGTP, no próximo dia 7 de Novembro, deixará patente não só o grande apoio dos trabalhadores e da juventude a esta iniciativa, como à iniciativa do PCP, das 100 mil assinaturas por mais salários e melhor qualidade de vida. E dará novo fôlego à luta dos trabalhadores pelo seu posto de trabalho, pelas dinâmicas já em curso de protesto contra o terrorismo, contra a guerra e pela Paz.

Esta, sim, é uma guerra para durar, que a luta é feita de grandes e pequenas batalhas. Não é uma luta fácil mas é justa e necessária e tem objectivos claros: o combate às políticas de direita, pelos direitos dos trabalhadores e da juventude.

Nesta batalha pode a juventude portuguesa continuar a contar com o empenhamento da JCP e dos seus militantes na mobilização e dinamização de todos os jovens, sempre ao lado dos seus justos direitos e anseios, assumindo as suas responsabilidades de vanguarda na luta pela transformação social.

“São os trabalhadores as vítimas não colaterais desta guerra”

senhores do capital e dos interesses económicos e estratégicos -, andam já os «democratas» a definir o quadro do próximo regime afegão e a posicionar



Surrender! (*)

• Odete Santos

Em 20 de Dezembro de 1996 o órgão oficial do Partido Comunista Francês noticiava, acerca de uma Lei sobre a detenção provisória e as buscas domiciliárias nocturnas nos casos de terrorismo, que os deputados socialistas e comunistas tinham votado contra a mesma, enquanto o RPR e a UDF tinham votado a favor. Encurtando razões, os socialistas franceses, não se intimidando com a temática da proposta de lei, entendiam que a mesma, no respeitante às buscas domiciliárias nocturnas, no decurso de um inquérito preliminar ou de instrução de um processo, violavam um princípio fundamental reconhecido pelas leis da República: o princípio da liberdade individual que garante a inviolabilidade do domicílio. Quanto à inclusão na definição de terrorismo de certos comportamentos, os socialistas franceses entenderam que a lei infringia o princípio da necessidade da lei penal, porquanto estabelece uma punição geral absoluta e indiscriminada a toda e qualquer ajuda à entrada irregular e à manutenção irregular de um estrangeiro em território francês.



E o Conselho Constitucional Francês viria a dar razão a socialistas e comunistas.

Passaram os tempos..

Mudemos de país.

Portugal, 5 anos depois.

Pela mão dos socialistas portugueses, a quem o CDS-PP estendeu o braço aracnídeo, as buscas domiciliárias nocturnas entram no texto constitucional. À pala do terrorismo. Que os socialistas franceses não consideraram bastante para justificar entorses ao regime das liberdades individuais do seu ordenamento jurídico.

Pela mãos dos socialistas franceses dá entrada na Assembleia da República a proposta de lei n.º 102/VIII.

Apelidada de muito urgente pelo Governo PS.

À pala do terrorismo.

Em nome da necessidade de dismantlar redes terroristas, a proposta de lei comina com penas de prisão o desrespeito das sanções financeiras constantes de regulamentos da União Europeia. Os Regulamentos não estão delimitados com suficiente nitidez na proposta de lei. Para já, sabe-se que o diploma sanciona todos aqueles que desrespeitem regulamentos que aplicam resoluções do Conselho de Segurança das nações Unidas. Porque não são apenas os Regulamentos resultantes de Resoluções do Conselho de Segurança das nações Unidas que ficam protegidos pela proposta de lei. Esta irá mesmo aplicar-se a posteriores regulamentos

que surjam à medida das necessidades da PESC, à medida dos interesses da própria Nato.

Sabe-se que a lei se aplicará ao desrespeito do Regulamento relativo às sanções contra o Afeganistão. Só se estranha que tendo esse regulamento 2 anos (foi em 1999, que se aplicaram sanções aos talibã, já então para que entregassem Osama Ben Laden) só se estranha que só agora se tenha sentido a necessidade de desrespeitar os que, durante tão dilatado período de tempo, puderam continuar, impunemente, a apoiar as redes terroristas. Cujas actividades se acoberta, quantas vezes, na opacidade dos paraísos fiscais. Sabe-se tudo isto. Mas não se sabe contra quem a União Europeia aprovará, no futuro os seus regulamentos. Que países podem vir a estar na mira do governo dos Estados Unidos?

Pelo que, não podem deixar de ecoar a propósito desta proposta de lei, as palavras dos socialistas franceses, há cinco anos: o princípio da necessidade da lei penal é infringido, já que, pela indefinição do seu campo de aplicação, não se sabe se o incumprimento de sanções financeiras que venham a ser aplicadas, merecem a tutela da lei penal.

É ainda pela mão dos socialistas portugueses, com o beneplácito da direita, que entra na Constituição da República, mais um atropelo aos direitos fundamentais.

Cumprindo a vontade da União Europeia, expressa pelo senhor comissário António Vitorino (do PS) os socialistas portuguesas consagraram no texto constitucional

o mandado de detenção europeu, através do qual, num processo simplificado que substitui o processo de extradição, qualquer Estado da União Europeia tem de

entregar um cidadão, mesmo um cidadão seu nacional,

a outro Estado da mesma União.

Também aqui o terrorismo não serve de desculpa.

É que, conforme está bem patente no texto da Convenção sobre o mandado, para se ser entregue, basta que o cidadão seja suspeito de ter cometido um crime punível com uma pena de 4 meses de prisão. Qualquer que seja o crime.

A quem se dirige este mandado?

À rede terrorista de Osama Ben Laden, ou aos militantes do Forum anti-Davos?

Seja como for, a verdade é que com a introdução, no texto constitucional, do inciso em que se vai acobertar o mandado de captura Europeu, mais uma vez se restringiram direitos fundamentais.

E mais uma vez abdicámos da soberania. Abrindo as portas para que cidadãos portugueses possam ser julgados nos países dos Berlusconi e outros que tais.

O texto inglês da Convenção substitui a extradição pelo «surrender» de um cidadão.

Palavra emblemática.

Rendição (surrender) é, de facto, uma das características da política socialista.

(*) Palavra inglesa correspondente a rendição; também usada na proposta apresentada pelo senhor comissário António Vitorino ao Conselho da União Europeia, para adopção de uma Convenção Relativa ao mandado de captura europeu.

PCP mantém exigência da suspensão e revisão do Pacto de Estabilidade

Um garrote à economia

O Pacto de Estabilidade e Crescimento, tal como foi definido no Conselho Europeu em 1997, constitui um absurdo. Quem o afirma e demonstra é o PCP. Por isso mantém a exigência da sua suspensão e revisão.

Um projecto de resolução nesse sentido, em debate na passada semana, foi inviabilizado com os votos do PS, PSD e CDS/PP. Perdi-da foi assim, para já, a oportunidade de o Governo corrigir as suas políticas de curto prazo e ganhar margem de manobra com vista a um desenvolvimento sustentável da economia susceptível de melhorar as condições de vida dos portugueses.

Nada, porém, que altere o sentido de actualidade e justiça que presidiram a esta iniciativa legislativa do PCP. Que já afirmou a sua intenção de continuar a bater-se por aquele objectivo.

O próprio Governo, pela voz do ministro das Finanças, Oliveira Martins, reconheceu estar-se perante um debate sério e oportuno. Mas, ao afirmar-se indisponível para tomar qualquer iniciativa visando abrir a discussão no plano internacional sobre o Pacto de Estabilidade, insiste em manter uma mera atitude passiva, ou seja, esperar por aquilo que o directório da União Europeia vier a decidir.

Ora, a verdade é que até já a Alemanha ou a França afirmaram ser necessário rever o Pacto de Estabilidade, que, na prática, está em vias de ser revogado. A sua ruptura, pode dizer-se, está no terreno, mas o Governo PS, em vez de tomar uma atitude activa - que só o prestigiaria - prefere manter-se numa posição de «bom aluno» e de obediência a ditames externos.

Contrariando assim a própria tendência hoje comumente aceite de que a suspensão e revisão do Pacto de Estabilidade é uma questão que entrou decididamente na ordem do dia. Por razões que o deputado comunista Lino de Carvalho tratou de explicar, pondo em evidência, desde logo, o facto de os critérios rígidos impostos pelo Pacto - designadamente a eliminação do défice orçamental em 2004 - conduzirem, particularmente em período de abrandamento e crise das economias, a opções de política económica que ou agravam ainda mais os sinais de crise ou levam à violação dos compromissos

assumidos por cada Estado, designadamente do mais periféricos e menos desenvolvidos da União Europeia.

É que essa eliminação do défice orçamental - o «alfa e o ómega da política orçamental» do Governo português, segundo Lino de Carvalho - só é possível com uma forte contenção da despesa pública, isto é, com «uma artificial e desajustada contenção do investimento público e das despesas sociais e salariais, uma espécie de pronto-a-vestir para todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento, de modernização e de produtividade da sua economia».

Um constrangimento que, no caso português, a somar às crescentes dificuldades na gestão do quadro macro-económico - devidas sobretudo à «política de vistas curtas, virada para uma gestão imediata, de efeito fácil, com os olhos postos nas metas eleitorais» -, impede claramente, como fez notar Lino de Carvalho, que a política orçamental desempenhe um «papel activo para a saída da crise, para o relançamento económico, para os necessários e justos incrementos salariais que assegurem a reposição do poder de compra perdido nos últimos anos e constituam factor de dinamização do consumo e da economia».

Dívidas do Governo estrangulam bombeiros

As dívidas do Ministério da Saúde aos bombeiros pelo transporte de doentes em ambulância ascende já a um valor que ronda os 750.000 contos. Em consequência disso são inúmeras as Associações, sobretudo no interior do País, com graves problemas de tesouraria, muitas das quais à beira mesmo da ruptura.

Depois de o Presidente do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses ter dado o alerta para esta grave situação, foi agora a vez de o Grupo Parlamentar do PCP, pela voz do deputado Rodeia Machado, levantar o assunto no Parlamento para exigir do Governo o cumprimento de todos os compromissos que assumiu com os bombeiros, designadamente o pagamento das dívidas em atraso.

O deputado comunista, referindo-se à atitude do Governo, não hesitou em atribuir-lhe a responsabilidade pelo estrangulamento das Associações Humanitárias e, consequentemente, pela sua «falência técnica e sua paralisção».

Outra questão no centro das atenções diz respeito ao protocolo subscrito pelo Governo e pela Liga dos Bombeiros Portugueses. Diz esse documento, assinado em 1985, que o pagamento deve ser efectuado nos 60 dias subsequentes à facturação. Ora o Governo tem feito tábuas rasas no que se refere às disposições do protocolo, apesar de todas as promessas em contrário feitas pela anterior ministra da Saúde, Manuela Arcanjo. Daí a exigência, como salientou Rodeia Machado, não só do seu cumprimento como da sua rápida revisão.



Há associações de bombeiros à beira da ruptura

Veiculando as preocupações manifestadas pelos bombeiros, o parlamentar do PCP chamou igualmente a atenção para a necessidade de ser rapidamente encontrada uma forma de financiamento directa às associações de bombeiros voluntários - base essencial da emergência, do socorrismo e da protecção civil -, cujos apoios actuais são considerados manifestamente insuficientes e muito aquém do seu relevante e insubstituível papel em favor da comunidade.

PCP entrega seis projectos de lei no Parlamento

Em apoio do associativismo

Apoiar o associativismo, tal é, em síntese, o objectivo comum que presidiu à apresentação de seis projectos de lei do PCP. Dando consequência às palavras através de acções concretas, foi esta a forma de os comunistas assinalarem o Ano Internacional do Voluntariado, assim declarado pelas Nações Unidas.

Ao associarem-se por esta forma à data, que reputam de importante, os deputados comunistas quiseram sobretudo dar um novo contributo no sentido de consagrar em legislação, para além do reconhecimento ao esforço das associações e seus dirigentes voluntários, formas de apoio ao desenvolvimento da sua acção em melhores condições.

É que o associativismo, através das suas múltiplas expressões, nomeadamente através de milhares de colectividades, assentes no esforço de milhares de voluntário - conforme foi salientado na conferência de imprensa para apresentação dos diplomas, que contou com a presença dos deputados António Filipe e Rodeia Machado, e de Carlos Rabaçal, membro do CC -, constitui hoje uma realidade viva que «dá uma contribuição valiosíssima para a promoção social, desportiva e cultural do nosso país».

O associativismo dá uma contribuição valiosa à promoção social, desportiva e cultural

Apoio às colectividades

Dá a importância e significado de um projecto, como o agora apresentado, que define a **Lei Quadro de Apoio às Colectividades de Cultura, Desporto e Recreio**. No seu articulado, proposta é a aprovação de um enquadramento legal para o apoio às colectividades por parte da Administração Central, superando assim uma grave lacuna do nosso ordenamento legislativo.

Para o PCP, não faz qualquer sentido que, como foi dito, «sendo reconhecido o importantíssimo papel social desempenhado pelas colectividades de cultura, desporto e recreio, não exista nenhuma previsão legal do apoio que lhe é devido e que os apoios públicos a estas associações sejam, para além de insuficientes, atribuídos de forma discricionária». Trata-se, pois, de alterar esta situação,

definindo para o efeito critérios claros de apoio às colectividades para a prossecução das suas atribuições.

No projecto de lei que institui o **Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário**, por outro lado, trata-se de reconhecer o importante papel que estes cidadãos desempenham no desenvolvimento social, cultural e desportivo do País, criando, consequentemente, condições para que os dirigentes associativos voluntários que trabalhem por conta de outrem possam dispor de alguma disponibilidade de tempo por forma a que, com mais eficácia, «continuem a desempenhar a título gratuito e sem prejuízos pessoais insuportáveis, funções directivas nas respectivas associações».

Não se trata, conforme foi sublinhado, de conferir qualquer privilégio aos dirigentes associativos voluntários. Trata-se, isso sim, apenas, de «conferir às associações o direito a que os seus dirigentes possam dispor de um pouco mais de tempo para lhe dedicar graciosamente».

Quanto ao projecto de lei que altera o **regime do mecenato**, proposta é a extensão da sua aplicação aos donativos que sejam concedidos a associações e colectividades de desporto, cultura e recreio, constituídas em pessoas colectivas de direito pri-



O apoio ao associativismo cultural e desportivo passa também pela redução de encargos com instrumentos musicais

vado sem fins lucrativos, tendo em conta o inestimável valor social das actividades que são desenvolvidas por estas associações e tendo também em consideração a escassez do apoio que essas actividades recebem da parte dos poderes públicos.

Devolução do IVA

Não menos importante é o projecto de lei de **apoio ao associativismo cultural e desportivo**, que propõe o alargamento do regime de devolução dos encargos com o IVA relativo a instrumentos musicais, já previsto na lei,

para as bandas de música, filarmónicas, escolas de música, tunas, fanfarras, ranchos folclóricos e outras agremiações culturais sem fins lucrativos que se dediquem à actividade musical, a equipamentos desportivos e a materiais destinados à produção audiovisual, teatral ou de dança, suportados por associações sem fins lucrativos, em que tais actividades sejam praticadas por amadores.

Destaque merece igualmente o projecto de lei que prevê a criação de um **Conselho Nacional do Associativismo**. À semelhança do que existe em outros países, trata-se de assegurar a exis-

tência em Portugal de uma instância permanente de consulta e participação do associativismo junto dos poderes públicos, que possa simultaneamente funcionar como um elemento de apoio e incentivo à própria vida associativa.

Nota de realce merece, por último, o projecto de lei que **reforça os poderes da Liga dos Bombeiros Portugueses**. Para o PCP esta é a forma de conferir a esta estrutura representativa dos cerca de 40 mil cidadãos que se dedicam ao voluntariado em bombeiros direitos de participação e representação compatíveis com a sua importância social.

Em defesa do Arsenal

O ministro da Defesa admitiu, referindo-se à indústria naval portuguesa, ter um plano para pôr cobro à degradação do sector que passa pelo aproveitamento das sinergias do Arsenal do Alfeite, Estaleiros de Viana do Castelo e Rocha Conde de Óbidos. Rui Pena respondia, sexta-feira passada, a uma pergunta do deputado comunista Vicente Merendas sobre a chamada reestruturação profunda dos Estabelecimentos das Forças Armadas anunciada pelo titular da pasta da Defesa, reestruturação essa que está a levantar sérias preocupações entre os trabalhadores e os militares.

Embora entendida como positiva a existência de tal plano, não passou sem reparo o facto de o ministro nada mais ter adiantado em relação aos seus desenvolvimentos, torneando assim uma das questões centrais colocadas pelos deputados do PCP que era a de saber exactamente qual o papel atribuído ao Arsenal no quadro da estratégia definida para a indústria naval.

O Arsenal, cujos trabalhadores desfilaram nesse mesmo dia pelas ruas de Almada em jornada de luta pela defesa da empresa, recorde-se, tem grandes tra-

dições e é uma referência de prestígio e saber que honra a Marinha, sendo desde 1938 uma autêntica escola de formação profissional para milhares de operários e quadros técnicos.

Mas é ainda, acima de tudo, como sublinhou Vicente Merendas, umas «peça

essencial e única para garantir a operacionalidade e prontidão dos navios da Armada Portuguesa». Dá a preocupação quanto às intenções declaradas de desmembrar o estaleiro e reduzir a sua dimensão.

Apreensões que são hoje extensivas a outras estruturas

ligadas às Forças Armadas, como estabelecimentos fabris e áreas da indústria de defesa, que estão sujeitas a uma grande instabilidade e tensões, em resultado de processos de desmantelamento, com vista ao encerramento puro e simples ou à sua entrega à iniciativa privada.



Mais de mil trabalhadores do Arsenal, no mesmo dia em que o PCP levou o assunto ao Parlamento, desfilaram pelas ruas de Almada

Operações de Multibanco Não à nova taxa

Proibir a aplicação de taxas, comissões e outros encargos às operações de multibanco através de cartões de débito. Esta a medida preconizada pelo Grupo Parlamentar do PCP, em projecto de lei, como resposta ao que considera ser a «tentativa de abuso de poder, claramente arbitrário e concertado», do sector bancário no sentido de imputar aos clientes novos custos pela utilização daqueles cartões nas caixas Multibanco.

Tal intento das instituições bancárias, que não é novo - já em 1994 ensaiaram a sua aplicação, sendo obrigadas a recuar face ao generalizado movimento de repúdio que a medida suscitou - é de todo em todo injustificável, no entender do PCP, que recorda, citando o Relatório do Banco de Portugal, que o sector bancário alcançou em 1996 lucros na ordem dos 900 milhões de contos, lucros esses que em 2000 ascenderam a mais de 409 milhões de contos.

Não colhe assim o argumento da necessidade de aumento dos lucros da banca para justificar a imposição unilateral de uma taxa lesiva dos interesses dos utilizadores do sistema Multibanco, afirmam os deputados comunistas na nota preambular do seu projecto, contestando assim declarações recentes do presidente do Banco Espírito Santo em que este procurou justificar a introdução da nova taxa com as margens de lucro alegadamente baixas dos bancos.

O Grupo comunista recorda ainda que as operações bancárias realizadas através das caixas Multibanco, para além de já estarem sujeitas ao pagamento da anuidade do cartão, representam uma óbvia vantagem para as empresas bancárias, na medida em que, assinala, proporcionam uma clara diminuição nos gastos com o factor trabalho.

Na perspectiva do PCP, qualquer nova taxa significaria ainda o defraudar das legítimas expectativas dos consumidores, «que foram atraídos e aliciados para a utilização massiva e sistemática deste sistema».



Existir para existir...

● Jorge Sarabando

A poucos meses das eleições, os autarcas ou candidatos da dupla maioria reinante têm-se desdobrado em declarações sonantes sobre a Área Metropolitana do Porto.

De facto há muitos projectos necessários que exigem mais estreita cooperação intermunicipal, mas «falta espírito metropolitano», e «legitimidade democrática», sendo por isso desejável, chegam a defender, a «futura eleição directa do Presidente da Junta». Por aqui vai o discurso dos notáveis nortenhos do PS e PSD que, numa volta da história, assim justificam tantos atrasos e insuficiências em obras e intervenções públicas, dão um arzinho de apego regionalista e alcandoram-se a vice-reis no porvir.

O palavrório esconde o essencial. É que sucessivos governos, do PSD e do PS, nunca regulamentaram a Lei n.º 44/91, que institui as Áreas Metropolitanas, atribuíram anualmente dotações orçamentais insignificantes, ou seja, nunca tiveram vontade política para que assumissem plenamente as suas competências. Talvez por temerem que, em torno das Áreas Metropolitanas, se gerasse qualquer embrião de contrapoder ou se «musculasse» a actividade reivindicativa regionalista.

Interessará pouco averiguar agora os motivos deste definhamento premeditado. Mas não podemos deixar de assinalar que, aqueles que agora lamentam a falta de meios da AMPorto, são dirigentes nacionais dos seus Partidos e não se lhes conhece antes um gesto público para que a situação se modificasse. Pelo contrário, enredaram-se, por vezes, em acusações mútuas, cílios dos seus poderes e clientelas e mais preocupados em cuidar da sua imagem mediática.

Com a regionalização, pelo menos transitoriamente, inviabilizada, e as CCR's a funcionarem como simples departamento governamental, torna-se cada vez mais sensível a falta de entidades intermédias entre o âmbito nacional e o âmbito municipal.

Há importantes áreas a requerer mecanismos de coordenação, grandes projectos de investimento estruturante

incompatíveis com a fragmentação territorial, os Planos Directores Municipais, em fase de revisão, precisam em muitos casos de uma consideração intercomarária.

Como está é que não se pode continuar.

Em tom fúnebre

Talvez por haver uma generalizada consciência disto mesmo é que a última reunião da Assembleia Metropolitana decorreu em tom fúnebre, de quem vela um cadáver adiado, que não cria nem procria, antes fenece na inoperância e num estado vegetativo.

O Relatório de Actividades, apresentado pela Junta, espelha bem a efectiva paralisia existente.

Começando por descrever o ano transacto como «estimulante», a propósito, certamente, dos contratempos do Metro, fala em desenvolver «sinergias e complementaridades» sem, no entanto, indicar uma única medida tomada com tal propósito.

À parte as verbas relacionadas com o Metro, o resto é um cortejo esfarrapado de iniciativas onde abundam as reuniões de redes internacionais, visitas ao estrangeiro, a participação em feiras de turismo, alguns Protocolos, subsídios a entidades do tipo Rally Tap, lamentando-se, pelo caminho, dos atrasos na elaboração do Plano Metropolitano de Ordenamento do Território, que seria, esse sim, verdadeiramente útil.

Analisada ao detalhe, a Conta de Gerência, melhor se percebe que a Junta Metropolitana do Porto gasta de mais para o pouco que produz. Dir-se-ia que existe para existir....

As Áreas Metropolitanas vivem um momento crucial.

É, por isso, de uma grande oportunidade, a apresentação recente, pelo PCP, dos projectos de lei que criam as Autoridades Metropolitanas de Transportes e reforçam os poderes e meios de actuação das estruturas e funcionamento.

O desafio está colocado a todas as forças políticas. É tempo de passar das lamentações às decisões.

FENPROF denuncia
cortes no ensino especial

Os riscos da exclusão

Em 2001/02, foram colocados menos 2596 professores da educação especial face ao ano passado. O Ministério da Educação não considerou o levantamento do número de alunos com necessidades educativas especiais efectuado pelas escolas.

Segundo dados divulgados pela Federação Nacional de Professores (Fenprof), enquanto em 2000/01 foram colocados 5638 professores de ensino especial, este ano esse número é de 3042, o que representa uma redução de 46 por cento.

Em 2000/01 existiam 98 667 alunos com necessidades educativas especiais na educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário. Números que tornam necessários 14 914 professores de educação especial, muito acima dos 5638 docentes colocados em 2000/01.

O facto de o levantamento feito pelas escolas em Maio passado não ter sido tomado em consideração pelo Ministério da Educação levou a uma situação em que, já depois de iniciado o ano lectivo, há professores a serem colocados.

Exemplo disso é uma decisão do Tribunal de Menores

de Évora que obrigou à colocação de um professor de educação especial, depois de um processo movido pela família de uma criança de nove anos com

Se os alunos com necessidades educativas especiais são excluídos da escola, serão, mais tarde, excluídos da sociedade

multideficiências, aluna do 1.º ciclo. A Fenprof defende a criação da figura administrativa de professor de educação especial e a abertura de lugares nos quadros das escolas para que a «educação especial seja um direito dos alunos com necessidades educativas especiais». Actualmente, funciona por destacamentos, o que dá origem a «grande instabilidade ao corpo docente e às famílias de alunos com este tipo de necessidades, pois não têm a garantia de que os seus filhos tenham um professor de educação especial».

A Fenprof refere ainda vários paradoxos a nível da educação especial, designadamente o facto de nas escolas profissionais não existirem professores de educação espe-

cial, quando muitos jovens com estas necessidades são, precisamente, encaminhados para aquelas escolas.

Verdes promovem audiência parlamentar

Esta segunda-feira, o grupo parlamentar do partido «Os Verdes» reuniu à mesma mesa professores, sindicatos, organizações de deficientes e associações de pais para debater o ensino especial. O objectivo desta audiência parlamentar foi conhecer a actual situação, através dos relatos de quem lida com o problema, e apresentar propostas e iniciativas parlamentares que respondam aos problemas.

«Muitas escolas não estão organizadas e ajustadas a crianças com deficiências motoras e há crianças com variados tipos de deficiência inseridas em turmas com demasiados alunos», criticou a deputada Isabel Castro. A deputada ecologista lembrou que «se os alunos com necessidades educativas especiais são excluídos da escola, serão, mais tarde, excluídos da sociedade».

O corte na colocação de professores do ensino especial neste ano lectivo originou, nos últimos meses, manifestações de protesto e circulação de abaixo-assinados, organizadas pelos sindicatos.



A exclusão na escola pode levar à exclusão na sociedade

Produtores de batata e vinho manifestam-se Em defesa da agricultura

Mais de 60 produtores de batata e representantes de Juntas de Freguesias do Concelho de Chaves, participaram, no passado dia 16, na cidade de Chaves, numa reunião para analisar os problemas da presente campanha, preços e escoamento do produto.

Os participantes no debate, promovido pelo Conselho Agrícola do Distrito de Vila Real, esboçaram um quadro difícil: com uma produção acima do normal, os produtores de batata defrontam múltiplos problemas, desde a «entrada indiscriminada de grandes quantidades de batata nas nossas fronteiras, sem qualquer fiscalização» à baixa de preços na produção e, consequentemente, a

quebra do rendimento dos agricultores.

Os participantes na reunião defenderam ainda a necessidade de criação da Organização Comum do Mercado (OCM) da batata, com vista à criação de instrumentos reguladores neste sector, que «minimizem os efeitos das crises cíclicas em anos de superprodução», tanto mais que se prevê um agravamento da situação com a adesão à União Europeia de vários países grandes produtores.

Os produtores de batata exigem um preço justo à produção, tendo em conta os seus elevados custos e a qualidade do produto, e mecanismos de fiscalização que permita «evitar a entrada de batata a granel de vários países da UE».

Reclamam a revisão dos instrumentos de regulamentação, numa perspectiva de «defesa e salvaguarda da produção agrícola da região e do país». E ainda que o governo discuta, com os parceiros sociais, uma proposta para a criação da COM da batata.

Hoje, do cruzamento do Parô para o mercado municipal de Gouveia, a Associação Distrital dos Agricultores da Guarda organiza uma concentração e desfile com tractores, em defesa da vitivinicultura nacional.

Os agricultores da Região Demarcada do Dão exigem respeito pelo sector vitivinícola e a revogação da lei da taxa de alcoolémia, que pretendem alterar para 0,2.

Direcção não respeita decisões de Reuniões Gerais de Alunos

Estudantes contra privatização de AE do Técnico

Os alunos do Instituto Superior Técnico contestam a Associação de Estudantes da sua instituição: a privatização da Secção de Folhas foi anulada em duas RGAs, depois do processo ser encetado pela direcção da AE sem que os estudantes tivessem sido consultados.

A direcção da AE afirma que a Secção de Folhas (área de venda de fotocópias e sebatas, de sua propriedade) não é viável e que a única solução é despedir os funcionários e instalar no seu lugar um balcão de venda de uma empresa privada, que entretanto já começou a trabalhar naquelas instalações.

Foi um movimento constituído por um grupo de alunos do IST, o «Ponto de Fuga», que alertou para a situação. «A alegada falta

de viabilidade económica da Secção de Folhas é contraditória com o facto de esta ser, desde há muitos anos, um dos principais sustentos da associação», afirmam num dos seus comunicados.

Os preços das fotocópias já aumentaram 20 por cento

«Só durante a gestão de mais de um ano da actual direcção é que surgiram prejuízos, dívidas exorbitantes e máquinas paradas por falta de assistência técnica», explicam. «Curiosamente, é a direcção que criou todos estes problemas que

pretende encerrar a Secção de Folhas e despedir todos os trabalhadores.»

Decisões da RGA

As consequências já se fizeram sentir. Alguns professores recusam-se a disponibilizar sebatas para serem copiadas por privados e dizem que irão exigir direitos de autor. Querem a parte nos lucros que irão ser obtidos por uma empresa privada, que beneficia com o seu trabalho. Mas o que os estudantes sentem mais directamente é a diferença de preços das fotocópias, que aumentaram 20 por cento.

Em resposta a esta situação, na última RGA (Reunião Geral de Alunos), realizada na semana passada, foi decidido anular todo o pro-



Durante anos a Secção de Folhas foi o principal sustento da AE, mas agora a direcção pretende encerrá-la



Montar uma tenda para ter aulas foi a forma de protesto encontrada pelos estudantes de Belas-Artes

Alunos de Belas-Artes têm aulas em tenda

Os estudantes dos 1.º e 2.º anos da faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa estão a ter aulas numa tenda no relvado da Cidade Universitária da capital. Trata-se de mais um protesto contra a falta de condições materiais naquela instituição, promovido pela Associação de Estudantes e aprovada em Reunião Geral de Alunos (RGA), na Assembleia de Representantes e na Assembleia Geral de Escola.

«Ter aulas em tendas ou nas actuais instalações não é afinal tão diferente», comenta a AE, que conta com o apoio dos professores. O protesto iniciou-se na segunda-feira e prolonga-se até amanhã.

Os problemas da Faculdade de Belas-Artes são muitos. Os estudantes apontam alguns: «Desde paredes

de onde caem bocados, buracos no tecto por onde chove, até oficinas de tecnologias onde os alunos inalam fumos tóxicos dos plásticos, gravura e fotografia e onde respiram resíduos de pedra, gesso e serradura, não existindo qualquer sistema de extração do ar.»

Mas há mais: a sobrelotação permanente das salas obriga os alunos a assistir às aulas no chão e nos corredores; é impossível trabalhar em regime de ateliers abertos, com todas as turmas a dividir os mesmos espaços; e não há condições para abrir salas de estudos.

Porto protesta

Na próxima quinta-feira, a Federação Académica do Porto inicia uma campanha de sensibilização da opinião pública para os

problemas do ensino, sob o lema «Educação à deriva, Portugal sem rumo».

«A campanha será muito mais virada para a opinião pública, procurando alertá-la para os nossos principais problemas, uma vez que os estudantes já estão sensibilizados, dadas as dificuldades que enfrentam no seu dia-a-dia», afirmou, à Lusa, Hugo Neto, presidente da FAP, adiantando que serão colocados cartazes e distribuídos panfletos em grandes pontos de circulação, como hipermercados e estádios de futebol.

Os estudantes do Porto protestam contra a lei de financiamento, o insucesso escolar, a alta taxa de abandono do ensino superior, a falta de investimento na Acção Social Escolar e a dificuldade de emprego para os recém-licenciados.

cesso de extinção da Secção de Folhas, nomeadamente o despedimento colectivo dos funcionários.

Na ocasião, os estudantes votaram também pela criação de uma comissão que ficará encarregue de averiguar detalhadamente as causas que levaram à má situação financeira da Secção de Folhas, bem como apontar possíveis soluções para a sua reestruturação, tendo em conta os recursos humanos e materiais em causa. Esta comissão deverá apresentar um estudo de viabilidade

de económica e financeira da secção até ao fim do mês de Novembro.

Foi ainda decidido retomar a produção de sebatas através do material actualmente existente.

O processo

Esta RGA foi a segunda a decidir anular a decisão da direcção da AE de encerrar a Secção de Folhas e despedir os seus funcionários. No dia 25 de Setembro, foram entregues mais de 700 assinaturas à

Mesa da Assembleia-Geral para que se realizasse uma RGA que discutisse o assunto no dia 3 deste mês. Perante a recusa da Mesa em convocar a reunião, os alunos proponentes seguiram os estatutos e convocaram-na por si. Na data prevista, os estudantes reuniram-se e suspenderam as decisões da direcção da AE.

No entanto, e apesar da decisão da RGA, os trabalhadores ainda não foram notificados da anulação do despedimento colectivo. E o tempo continua a passar.

Pela paz e contra o terrorismo

JCP condena ataques contra o povo afegão

A Comissão Política da JCP condenou publicamente os ataques desencadeados pelos Estados Unidos contra o Afeganistão e o seu povo, numa nota de imprensa enviada na semana passada.

Os jovens comunistas consideram que «o combate ao terrorismo é necessário», mas combatendo as suas raízes e segundo as regras do direito, nomeadamente o direito internacional e as liberdades cívicas de cada país. E apontam as causas do terrorismo: a pobreza e os conflitos regionais.

«Está mais que claro que não é uma escalada de guerra, decidida e executada pela administração norte-americana, com o apoio activo da Grã-Bretanha, que poderá enfrentar eficazmente o problema do terrorismo internacional», afirma a JCP.

«Não são os terroristas, supostamente responsáveis pelos trágicos acontecimentos de dia 11 de Setembro nos EUA, que estão ou irão sofrer com estes bombardeamentos. Muito pelo contrário, é a população civil que está a sofrer com os ataques, desde logo com a tragédia humanitária junto às fronteiras do Afeganistão, somando a isto as centenas de civis que já morreram vítimas desta escalada de guerra», salienta.

Preocupações

A JCP chama a atenção para o facto do regime talibã ter surgido com a conivência e o apoio dos Estados Unidos, no quadro da luta anti-soviética. «Na realidade, os governantes dos EUA já nos habituaram a usar capas ditas humanitárias, de defesa da liberdade e da democracia, para reforçar o seu poderio económico e as suas posições estratégicas, afirmando arrogantemente a sua hegemonia planetária», acusa.

Os jovens comunistas mostram a sua preocupação pela possibilidade desta escalada de guerra se alastrar a outros países, «decidindo a administração norte-americana quais os próximos países a bombardear, o que representaria uma clara violação das regras de convivência internacional e da Carta das Nações Unidas».

A JCP opõe-se igualmente ao envolvimento de Portugal na escalada da guerra, criticando a atitude de «claro alinhamento do Governo português com as decisões e acções da administração norte-americana, ao invés de apoiar o combate a todas as formas de terrorismo e à luta pela paz».

• Margarida Folque
texto

• Jorge Cabral
fotos

Governo abandona o processo de reestruturação da Cristalaria na fase crucial da sua recuperação



Trabalhadores querem produzir

Se a luta se mantiver viva, terá resposta!



O veredicto

«O patronato e o Governo são responsáveis pela gravíssima situação de instabilidade vivida pelos cerca de 400 trabalhadores das empresas Mandata e Mortensen e pela situação de insegurança que se gerou nas respectivas famílias», sentenciou o Tribunal de Opinião realizado na Marinha Grande, dando como provadas as acusações feitas ao patronato, ao Governo e à Câmara marinhense.

Assim, e tendo em conta, as situações de «grande imoralidade e injustiça» criadas aos trabalhadores das empresas Mandata e Mortensen, o Tribunal deliberou:

- condenar o patronato a pagar os salários em atraso e a claramente disponibilizar-se para, na base em propostas sérias, que tenham em conta os direitos adquiridos dos trabalhadores, «encontrar soluções para a viabilização e a retoma imediata da laboração das empresas», abandonando, de vez a intenção de despedir cerca de 200 trabalhadores;

- condenar o Governo a avançar, no imediato com «medidas excepcionais que permitam a retoma imediata da laboração» para, a curto prazo e «com ponderação», se encontrarem as melhores formas de viabilização das duas empresas, no respeito pelos direitos adquiridos;

- reconhecer aos trabalhadores a legitimidade para lutar até verem garantidos os seus direitos e a sobrevivência das empresas;

- apelar a todos os marinhenses e aos trabalhadores portugueses para que «redobrem» a sua solidariedade para com esta luta.

O Tribunal de Opinião, realizado na sexta-feira passada, sobre as empresas Mandata e Mortensen, deu como provadas todas as acusações que ali foram feitas ao patronato e ao Governo e denunciou, com veemência, a intervenção policial que se abateu sobre os trabalhadores. A Câmara Municipal da Marinha Grande, por sua vez, é acusada de «apatia» e de «se ter demitido» de procurar soluções para os problemas.

Na mesa, presidida pelo apresentador Cândido Mota, encontravam-se três trabalhadores das empresas em luta, Sérgio Moiteiro, do Sindicato dos Vidreiros, e Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP.

A assistência, que enchia por completo a Praça Stephens, na Marinha Grande, seguia com atenção os testemunhos, sem medo da chuva que caía intensa pouco antes do Tribunal ter início.

Constituída, maioritariamente, por marinhenses solidários com a luta dos vidreiros (alguns sem salários há quatro meses), a assistência integrava personalidades de vários sectores e pontos do país, incluindo deputados do PCP e do BE, únicos partidos que aceitaram o convite para assistir ao «juízo». O Partido «Os Verdes» enviou uma mensagem de solidariedade.

«A gestão do patronato é, há vários meses, ruínoza e incoerente»

e da Mortensen tentam chamar a atenção para a situação dramática em que se encontram e para a necessidade de medidas que salvaguardem os postos de trabalho e o direito ao salário que, neste momento, está a afectar particularmente a Mortensen mas atinge também já a Mandata, onde, nos últimos meses, se verifica uma gestão completamente «ruínoza» e «incoerente».

Processo suspenso

Na verdade, o processo de recuperação, que teve início com o acordo entre o Governo - através das instituições que tutela - e o patronato, envolvendo medidas de reestruturação com a garantia de um financiamento de 800 mil contos pelas empresas de capital de risco, foi suspenso a meio do processo, lançando abruptamente a empresa em crise.

Como solução para «a agonia» em que a empresa entrou, o Governo propôs, em Abril, a redução de cerca de 100 postos de trabalho e, em Junho, os salários começaram a deixar de ser pagos na totalidade. Entretanto, perante a indefinição do Governo e do IAPMEI, a administração disse, em Setembro, não se comprometer a pagar os salários desse mês e informou que ia «pôr o forno à brasa», o que se concretizou no dia 12 de Outubro. Ou seja, os trabalhadores vão deixar de poder produzir vidro, como queriam.

Na Mortensen, foi em Junho que o patronato propôs a redução de 120 postos de trabalho. Os trabalhadores continuaram, porém, a laborar, ainda que sem receber qualquer salário, procurando, ao mesmo tempo, encontrar junto do Governo as melhores soluções para viabilizar as duas empresas e garantir os seus direitos fundamentais. Sérgio Moiteiro - a primeira voz a levantar-se em Tribunal -, acusa o Governo de, como parte interessada no processo de reestruturação da Cristalaria, o ter abandonado «na fase crucial da sua recuperação». Ao patronato acusa-o de gestão ruínoza. Assim, a manterem-se estes comportamentos, são o Governo e o patronato «os responsáveis pelo eventual encerramento das duas empresas».

A Câmara Municipal, por seu lado, permanece indiferente aos problemas que se vivem nestas empresas e chega a caluniar os trabalhadores que não entendem o seu comportamento. Sérgio Moiteiro lamenta, por fim, que a resposta do Governo à luta dos trabalhadores seja a força da intervenção policial, enquanto deixa impunes «os principais prevaricadores da lei».



Centenas de pessoas acompanharam e aplaudiram as condenações saídas do Tribunal de Opinião que decorreu na Marinha Grande sobre as empresas Mandata e Mortense, esta última já com quatro meses de salário em atraso. As acusações foram dirigidas particularmente ao patronato e ao Governo mas a Câmara socialista da Marinha Grande também não ficou impune, sendo fortemente criticada pelos insultos que dirigiu aos trabalhadores

Há muita unidade e força

Maria Raquel, de 42 anos, trabalha na Mortensen, onde é delegada sindical, e está a sentir bastantes dificuldades, pois na sua casa há quatro meses que não entra um tostão. Já vendeu o carro e se tem comida em casa é porque o filho, já casado, está a ajudar. Tem uma filha com 18 anos que ia mas já não vai para a universidade, pois «é impossível pagar tudo».

Mas não é só ela que tem problemas. Uma colega sua, por exemplo, teve de ser internada em psiquiatria no Hospital de Leiria, devido aos problemas da empresa. Entretanto saiu mas, ao ver que a situação estava pior do que pensava, recuou e teve de ir para Coimbra.

Houve também um caso de tentativa de suicídio... O que vale é a grande unidade que existe entre os trabalhadores que, afinal, pouco sabem sobre o futuro da empresa, já que o patrão nada lhes diz. E quando pedem explicações... acontece o que aconteceu na quinta-feira: o patrão chama a polícia de intervenção e os trabalhadores são tirados à força da empresa. Insiste, porém, em destacar um aspecto muito positivo da luta: a unidade e a força dos trabalhadores, que não revelam cansaço.



Não vou parar!

Maria José Marques da Silva Gomes, de 54 anos, é viúva e trabalha na Mandata. Diz que, por enquanto, os trabalhadores apenas têm em dívida 75 por cento do salário. Desde Junho que «lhes estão a tirar» 5% do ordenado e no mês de Setembro apenas pagaram 41%. Embora isso coloque problemas, as suas preocupações principais vão para a recuperação da empresa, pois a administração já colocou o forno a meio gás.

Quanto a perspectivas... «não tem certeza de nada» pois, para ter certezas quanto à empresa, era necessário haver uma boa administração. E isso «neste momento não têm». Só vê «falta de interesse, de iniciativa e de dinamismo», o que lhe causa «desconsolo».

No meio desta situação, muitos trabalhadores já foram obrigados a ir para a suspensão, pois há famílias «que necessitam daquele ordenado para se manterem». Ela, por seu lado, não está disposta a ceder. Vai lutar até ao fim, para manter a fábrica em laboração.

Segundo Maria José, a administração parece estar à espera das soluções dos trabalhadores através das lutas. E assim os trabalhadores vão continuar lutando, sempre lutando.



Câmara demitiu-se

Sérgio Moiteiro, que pertence à direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, promotor do Tribunal de Opinião sobre as empresas Mandata e Mortensen, faz um balanço positivo da iniciativa. Considera que esta colheu uma adesão muito alargada, sendo inúmeras as manifestações de solidariedade que chegaram aos trabalhadores, agora com forças renovadas para prosseguir a luta.

Reitera as condenações feitas ao patronato e ao Governo mas também em relação à Câmara, designadamente ao seu presidente, afirma que os trabalhadores não percebem o seu comportamento e repudiam com veemência a acusação que estes lhes fez de «cobardes» e «manipulados pelo PCP».

A verdade - diz - é que a Câmara socialista e o seu presidente têm-se demitido de procurar soluções para as empresas e não percebem o seu comportamento e repudiam com veemência a acusação que estes lhes fez de «cobardes» e «manipulados pelo PCP». Aliás, quando era a CDU e o PCP que estavam à frente do município, numa outra altura de grandes dificuldades para os trabalhadores vidreiros, o então presidente da Câmara CDU sempre acompanhou os trabalhadores e defendeu os seus interesses, participando, inclusive, nas marchas que realizaram e na sua deslocação a Lisboa.

Vêm as despesas não vêm as receitas

O secretário-geral da CGTP não aceita a «lógica simplista de deixar destruir o aparelho produtivo», pois a verdade é que «não há crise económica», o que há é «graves e complexos problemas estruturais». Entretanto, a direita apenas analisa o Orçamento do Estado pelo lado das despesas, razão por que «a solução» vai sempre no sentido de «cortar na questão social, da flexibilização do trabalho, da moderação salarial».

«Nunca discutem as receitas, nem os camiões de materiais da construção civil ou de alimentos que todos os dias entram em Portugal vindos de Espanha sem pagar impostos!» Isto «é que devia ser discutido», diz Carvalho da Silva, criticando, ainda, o Governo por não ter valorizado, como devia, a Reforma Fiscal.

Apelando, por fim, à continuação da «onda de solidariedade» para com os trabalhadores vidreiros da Marinha Grande, este sindicalista garantiu que «se a luta se mantiver viva, ela terá resposta».

Como que ouvindo o apelo de Carvalho da Silva, já a luz do dia começava a faltar, os testemunhos prosseguiram, apontando o dedo aos mesmos responsáveis: patronato, Governo, Câmara Municipal. Mas a tónica das intervenções caiu incisiva sobre duas questões: a repressão policial que se abateu sobre os trabalhadores em luta, vivamente condenada, e a importância fundamental da organização sindical para os trabalhadores que, na Marinha Grande, «têm nela uma das suas mais nobres tradições».

NAO à guerra

A pretexto do terrorismo bombardeia-se o povo afegão e põe-se em causa no Ocidente os direitos dos trabalhadores

Vem aí o Estado policial

No Afeganistão, a guerra flagela a população civil; na Alemanha, serve de pretexto ao regresso ao Estado policial - denuncia o *Monitor*, magazine do 1.º canal da TV alemã.

Os bombardeamentos contra a população civil no Afeganistão, a espionagem total dos cidadãos na Alemanha agora transformados em potenciais criminosos sob o manto da luta contra o terrorismo, e uma entrevista com a escritora indiana Arundhati Roy sobre as semelhanças entre Bush e Ben Laden, foram os temas centrais da emissão de 18.10.2001 do *Monitor*. O texto integral, fotografias e vídeos da equipa dirigida pelo jornalista Klaus Bednarz estão acessíveis na internet (www.monitor.de).

A reportagem do jornalista Jo Angerer - autor de «Tudo começou com uma mentira»,

Bombas de fragmentação são condenadas internacionalmente desde 1997

um trabalho sobre a agressão da NATO contra a Jugoslávia igualmente apresentado pela ARD e que o *Avante!* (22.2.2001) descreveu pormenorizadamente - começa por assinalar que as imagens que nos têm sido apresentadas sobre o Afeganistão sugerem «uma guerra limpa e de precisão contra os talibãs e Osama Ben Laden».

A realidade é bem diferente, refere o jornalista, citando o caso da pequena aldeia Khorum. «Aqui não existem quaisquer instalações dos talibãs nem de Ben Laden; aqui só há 200 mortos. A aldeia foi bombardeada por engano com uma bomba de precisão. Um erro de

planificação, lamenta o Ministério da Defesa dos EUA.» E o *Monitor* prossegue com novas imagens: «Isto não são terroristas, mas pessoas a fugir. São vítimas da guerra enfraquecidas pela fome e pela doença. Desde que se desenhou a ameaça da guerra e começaram os bombardeamentos aéreos, esta gente está isolada da ajuda internacional e exposta às cada vez mais cruéis armas americanas.»

A descrição dos factos dispensa comentários: «Do porta-aviões Enterprise levantam voo bombardeiros em direcção ao Afeganistão. Cada bombardeiro transporta 94 minas antipessoais e antitanque extremamente explosivas. Depois de lançadas, fragmentam-se e o terreno fica todo minado. O emprego destas bombas é condenado internacionalmente desde 1997. A sua proibição já foi ratificada por 142 estados. Os Estados Unidos recusam-se a assinar a proibição do empre-

Um osso aos cães

O *Spiegel*, no relato «Guerra na escuridão» (15.10.2001), apresenta o testemunho do médico Wilhelm Kemmer, membro da organização humanitária alemã «Hammer Forum», sobre a distribuição de alimentos.

Recordando que «os destinatários das bombas e das refeições vegetarianas agradeceram inesperadamente tais presentes juntando e queimando os pacotes lançados sobre as províncias de Vardak, Ghazni e Loghar», o médico salienta, indignado que «o lançamento de alimentos pelos americanos é uma verdadeira idiotice. Na capi-

tal afegã há alimentos e água suficientes. Os verdadeiros necessitados - as colunas de refugiados que desde o início dos bombardeamentos fazem crescer o exército de milhões de esfomeados - não recebem nada. E todos os outros se sentem humilhados. Segundo as regras orientais, os afegãos só tocariam naquilo que um avião inimigo lança em caso de extrema necessidade.»

Kemmer acrescenta ainda que «para eles (afegãos) este gesto é uma ofensa terrível, como se fossem cães a quem se atira um osso».

go de minas. Estas bombas CBU-89 da força aérea dos EUA são sobretudo um perigo para a população civil. Por isso, a organização «Human Rights Watch» protesta contra o seu emprego, e o dirigente daquela organização norte-americana esclarece: «Estas bombas de fragmentação têm

uma grande margem de erro. Muitas não explodem ao tocar o solo e transformam-se assim em minas antipessoais. Quando alguém se aproxima delas e as toca então explodem.»

Justiça e liberdade para quem?

A entrevista com a escritora indiana Arundhati Roy, que nas últimas semanas rompeu com o tabu da vassalagem perante os EUA, ao analisar num extenso artigo no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* a política terrorista de Washington, merece destaque.

Interrogada sobre as razões que a levaram a comparar Bush e Ben Laden, Arundhati Roy respondeu: «Eu já estou farta de ser confrontada com mentiras e propaganda e por isso creio que um (Ben Laden) foi criado pelo outro (Bush). Não se trata tanto de uma comparação pessoal. Eles são por assim dizer os presidentes do conselho de administração de duas firmas. A alternativa que nos pretendem impor de estar com os EUA ou com os terroristas não é aceitável. Sobre esta operação que inicialmente foi designada por «justiça infinita» e depois por «liberdade dura-

doura», nós no terceiro mundo perguntamos: justiça infinita para quem? A nossa experiência mostra que justiça infinita para alguns significa injustiça sem limites para outros, e que a liberdade duradoura para poucos significa eterna escravatura para a maioria. Estamos a viver não só uma guerra aérea e terrestre mas também uma guerra de propaganda.»

A escritora deixa no ar uma questão pertinente: «Os americanos lançaram bombas e 37 000 pacotes de alimentos, depois de os terem filmado e de terem apresentado o seu conteúdo à imprensa mundial: manteiga de amendoim, compota de morango, feijões, garfos e facas de plástico, um guarda-roupa e uma bandeira americana. Imaginemos agora o contrário: o Afeganistão bombardeia Nova Iorque e diz, nós não temos nada contra as pessoas de Nova Iorque mas apenas contra o seu governo, temos porém de bombardear a cidade. E despejam-se juntamente com as bombas alguns pacotes contendo pão com azeitonas e uma bandeira do Afeganistão. O que é que aconteceria? Como superar a revolta e o sentimento de humilhação?»



Berlim manifesta-se pela paz e reforça votação no PDS, o único partido do Bundestag a condenar a guerra dos EUA e da NATO contra o Afeganistão

PDS sobe em Berlim

As eleições de domingo, em Berlim, ficaram marcadas pelos resultados do Partido do Socialismo Democrático (PDS), que sobe de 17,7 para 22,6 por cento, o que é considerado um reforço do movimento da paz na Alemanha.

Na parte oriental da cidade o PDS passa de 40 para 48 por cento (maioria absoluta de mandatos), e na parte ocidental sobe de 4,1 para 6,8 por cento.

Da esquerda à direita, a vitória do PDS é atribuída à sua consequente posição contra a guerra. Gabi Zimmer, presidente do PDS, afirmou na TV que «o PDS foi o único partido no Bundestag a dar voz a milhões de pessoas que estão contra esta guerra como instrumento da luta contra o terrorismo», e que «uma tal guerra só vai reforçar o terrorismo e os terroristas».

Para a democracia-cristã, estas eleições foram um autêntico desastre. Nunca na história da Alemanha Federal um partido tinha perdido 17 por cento do eleitorado entre duas eleições. A CDU baixa de 40,8 para 23,7 por cento. O SPD, por seu turno, passa de 22,4 para 29,7 por cento, enquanto os liberais sobem de 2,2 para 9,9 por cento. Estes dois partidos ultrapassam a democracia-cristã pela extrema-direita e conseguem mesmo retirar votos aos neofascistas republicanos, que baixam também de 2,7 para 1,3 por cento.

O insuspeito *Züddeutsche Zeitung* (18.10.2001) salienta que, desde que domina a sensação de que Schröder se lançou na competição com Tony Blair, a antiga palavra de ordem da esquerda alemã e da social-democracia de que «nunca mais haja guer-

ra» passou a significar para o SPD que «nunca mais haja guerra sem nós».

Os Verdes também perdem votos, baixando de 9,9 para 9,1 por cento. É a décima sétima derrota consecutiva dos Verdes desde que Fisher decidiu apoiar a agressão contra a Jugoslávia. A perda de votos, desta vez, só não foi maior porque a direcção do partido em Berlim e o próprio conselho federal têm vindo a expressar cada vez mais dúvidas e a distanciarem-se da orientação militarista de Fisher. Alguns jornais anunciam que a coligação Verdes/SPD já só está dependente do número de vítimas no Afeganistão.

O PCP saudou os resultados eleitorais do PDS, considerando que «premeiam a força que se tem batido com coragem pelos interesses dos trabalhadores, a democracia e a paz».

Métodos da GESTAPO na ordem do dia

O trabalho do *Monitor* alerta para a destruição do «Estado de direito» através das medidas que estão a ser tomadas pelo ministro do Interior alemão, Otto Schily, um antigo advogado de defesa dos terroristas da RAF: «O que se está a preparar no Ministério de Schily não é a luta contra o terrorismo, mas a destruição da democracia e da liberdade e não a sua defesa.»

Segundo os jornalistas da ARD, «no futuro será permitido à polícia criminal federal (BKA), aos serviços de espionagem política interna (Verfassungsschutz), aos serviços secretos (BND), trocarem informações sobre tudo o que sabem sobre os cidadãos, o que até agora é proibido na Alemanha devido à experiência da GESTAPO no III Reich». O responsável dos dados sobre os cidadãos, Thilo Weichert, confirma que segundo a vontade do ministro do Interior os serviços de espionagem política interna poderão controlar todos os trabalhadores de fábricas e serviços públi-

cos (hospitais, indústria farmacêutica, caminhos-de-ferro...).

Trata-se com toda a evidência de desenterrar as antigas medidas aplicadas pela PIDE e pelo fascismo português no sector da função pública, mas estendidas agora na Alemanha também ao sector privado.

O ex-ministro do Interior do governo de Helmut Schmidt, o liberal Gerhard Baum, confirma que nos anos setenta esta prática custou a perda do emprego e a interdição profissional a muita gente, pois «centenas de milhares de candidatos à função pública estiveram sistematicamente sujeitos ao parecer da Verfassungsschutz».

«Quando olho para estas medidas verifico que significam no seu conjunto o cercar sem limites dos direitos de cidadãos insuspeitos, e que nem sequer contribuem para o combate eficaz contra o terrorismo. Trata-se de uma alteração qualitativa do Estado de direito até hoje nunca vista e sem precedentes na história da Alemanha Federal» - afirma Baum.

**NÃO
à guerra**

EUA inquietos com a aproximação do Ramadão

Mais bombas sobre o Afeganistão

Os EUA intensificam os ataques a Cabul. Do périplo asiático de Colin Powell terá emergido a necessidade de terminar os bombardeamentos até ao Ramadão.

No fim-de-semana, entre 75 a 90 aviões participaram diariamente nos bombardeamentos ao Afeganistão. Nos dez dias anteriores, a média diária foi de 15 a 20. A par do início das intervenções no terreno, esta escalada parece apontar para a necessidade de concluir as operações militares até 17 de Novembro, data prevista para o início do Ramadão, o mês sagrado dos muçulmanos.

«O Ramadão é um período religioso muito importante e devemos tê-lo em conta», afirmou o secretário de Estado norte-americano no regresso a Washington após visitar o Paquistão e a Índia e de se ter encontrado na cimeira de Xangai com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Hasan Wirayuda.

Embora Powell tenha remetido para o Pentágono a decisão do que «se deve fazer à medida que se aproxima o período do Ramadão», é evidente que a pressão dos muçulmanos não pode ser ignorada. «Espera-se e deseja-se que esta campanha termine antes do mês do Ramadão, e confia-se que se restrinjam (as operações militares) durante o mês do Ramadão, porque o contrário teria, seguramente, alguns efeitos muito negativos no mundo muçulmano», afirmou o presidente paquistanês, Pervez Musharraf, em declarações à CNN. Por seu turno, em Xangai, o representante da Indonésia - o maior país muçulmano do mundo - alertou que prolongar a guerra para além de 17 de Novembro poderia

Segundo a ONU, os ataques já provocaram milhão e meio de refugiados

criar «uma situação extremamente volátil», susceptível de provocar «explosões no mundo muçulmano».

Para além da questão religiosa, os EUA debatem-se com outro problema, porventura mais premente: a chegada do terrível Inverno afegão, mais ou menos coincidente com o Ramadão.

Tudo somado, mais a crescente tensão em Caxemira e o

potência do planeta ainda não atingiu os seus alegados objectivos, mas provocou já uma catástrofe humanitária. Segundo os cálculos das Nações Unidas, os ataques ao Afeganistão terão provocado já cerca de um milhão e meio de refugiados.

Sucedem-se entretanto os «erros», como os dois bombardeamentos a posições da Aliança do Norte; o ataque a um hospital em Herat que terá feito uma centena de mortos (Washington não confirma nem desmente); a destruição de armazéns de víveres; destruição de aldeias; ataques a zonas residenciais em Khair Khana confirmados pela ONU; e tudo o mais que

mação de um governo de unidade onde teriam lugar os talibãs «moderados»; outros ainda defendem o reforço da Aliança do Norte como núcleo central do futuro poder a instalar em Cabul. Na verdade, o que está em discussão são os interesses dos EUA, da União Europeia, da Rússia, do Paquistão, da Índia... sendo que cada um dos intervenientes está interessado em reforçar as suas posições, e apostado em impedir que os restantes o façam em tão estratégica região.

Nesta cruzada dita contra o terrorismo, cada um pensa em si. Os afegãos não passam de uma paisagem incómoda.



O povo afegão é quem importa menos nesta guerra onde se disputam interesses de todos os matizes

desescalabro em que mergulhou o Médio Oriente com a invasão dos territórios palestinos por Israel, o resultado que se obtém na cena política internacional é explosivo.

Cada um por si

O tempo urge. Ao fim de três semanas de bombardeamentos a um dos países mais pobres do mundo, a maior

o bloqueio informativo imposto pelos EUA impede de confirmar.

No campo diplomático a situação não é melhor. Os esforços para pôr de pé um governo alternativo aos talibãs esbarram nas contradições dos interesses em presença. Uns advogam que o antigo rei, exilado em Roma, deve desempenhar um papel aglutinador das diferentes etnias afegãs; outros insistem na for-

Solidariedade com Cuba

Cerca de 100 delegados, representantes de 24 países europeus, reuniram-se em Salónica, Grécia, nos dias 13 e 14 de Outubro, numa acção de solidariedade com Cuba.

«Num momento tão trágico para a humanidade repudiamos o terrorismo venha ele de onde vier», afirmaram os delegados, lembrando o texto da última Cimeira Ibero-Americana que se realizou no Panamá. «Cuba não é um Estado terrorista. Pelo contrário, é uma vítima dos bloqueios criminosos, de acções terroristas, sabotagens e atentados que custaram a vida a mais de três mil dos seus filhos» sublinharam.

No final do encontro os delegados apelaram à União Europeia para que celebre um protocolo de cooperação com Cuba e que aprove um voto de condenação ao bloqueio cubano. Exigir a libertação dos cinco cubanos presos em Miami, levar a cabo petições conjuntas, trabalhar contra a desinformação e difundir a verdade sobre Cuba, foram as exigências dos delegados presentes no encontro.

Entretanto, em Portugal, realizou-se um debate de solidariedade com Cuba que contou com a participação de Miguel Urbano, Urbano Tavares Rodrigues, General Vasco Gonçalves, Modesto Navarro,

Rosa Coutinho e com o embaixador de Cuba em Portugal, Reinaldo Calviac.

Na iniciativa, as cerca de 140 pessoas presentes manifestaram o seu apoio contra o terrorismo e exigiram que se ponha cobro às acções terroristas dirigidas contra Cuba. «Que sejam presos e julgados pelas autoridades norte-americanas os responsáveis morais e materiais destes atentados! Que seja posto termo ao bloqueio a Cuba, condenado pela Assembleia Geral da ONU, causador de grande sofrimento ao povo cubano», referia o documento «Contra o Terrorismo e a Guerra», da Associação de Amizade Portugal-Cuba.

• Pilar del Rio

Chamam-lhe estadista

Chamam-lhe estadista e no entanto não percebo porquê. É verdade que já não está escondido como nas horas que se seguiram ao atentado contra as Torres Gémeas de Nova Iorque, nem fala em «cruzadas», nem de «justiça infinita», nem de Ben Laden vivo ou morto, mas continua a ditar ao mundo a sua consigna bélica. Ele e o seu governo, ou ele e os seus assessores, os que confundem justiça com vingança, os que, como Herodes, mandam liquidar todo o ser vivo garantindo assim que entre as vítimas estejam também os culpados. Magnífico exemplo este: talvez algum dia governe em Espanha um émulo de George Bush que decida acabar com a ETA de uma vez por todas arrasando o País Basco. Seguramente que se bombardearem muito e repetidamente, para além do espectáculo de fogos de artifício que as televisões nos oferecerão à hora de jantar, também destruirão os *zulos* (prisões subterrâneas), os seus guardas e as famílias dos seus guardas, sem medir se são galgos ou podengos.

Não posso ser objectiva. Vi crianças mutiladas e ouvi o relato dos sobreviventes dos bombardeamentos no Afeganistão no mesmo noticiário em que os nova-iorquinos falavam de perder o medo e continuar a disfrutar da vida. Também soube que os habitantes do Sul de Manhattan voltam aos seus apartamentos, regressam aos benefícios da cultura e da tecnologia, gozam do privilégio de expressar os seus sentimentos e de confiar no futuro. Nada disso têm os homens e mulheres do Afeganistão, condenados desde antes de nascer a habitar uma terra árida e a sofrer todo o tipo de atropelos, seja os infligidos pelos ditadores que aos molhos lhe nascem no seio ou os que, aos molhos, a má política cria de fora, como esse tal Ben Laden. E quando saquearem o gás e o petróleo que existe no subsolo dessa zona, as vítimas que vi carregar colchões e raiva continuarão instaladas no desespero e na miséria, porque só contam com o apoio firme das moscas.

O presidente dos Estados Unidos da América do Norte não é um estadista, porque os estadistas estendem pontes em vez de as derrubar, como fazem os terroristas. O homem de Estado sabe prevenir os riscos dos seus e os dos outros, respeita as suas leis e as leis internacionais, fortalece alianças contra os malfeitores, entende o mundo e compreende que o fogo que se atija acaba por devorar a lenha toda. O homem de Estado não manda mensagens enganadoras como diz que fazem os terroristas, nem amordaça meios de comunicação, nem compra vontades com dólares, porque essas vontades vender-se-ão amanhã a outros. O exercício de confusão criado pelo governo dos Estados Unidos é uma armadilha. Oxalá não seja a nossa sepultura. Para muitos já o está a ser.

Registos

«Os EUA querem o petróleo da região [Ásia Central] e farão acordos com quaisquer governos que estejam dispostos a colaborar connosco, como os governos do Azerbaijão, Cazaquistão e Turquemenistão que estão longe de ser exemplares no que toca aos direitos humanos e à democracia.»

Michel Klare, em entrevista à Radio Free Europe/Radio Liberty, 28 de Maio de 2001

[No meu livro] «defendo a tese de que o actual interesse dos EUA no Afeganistão faz parte da política de segurança em relação ao petróleo.»

idem, ibidem

«O principal oleoduto da Rússia passa pela Tchetchénia e Daguião. Apesar da condenação do terrorismo islâmico, os beneficiados indirectos da guerra tchetchena são os conglomerados petrolíferos anglo-saxónicos que estão a lutar pelo controlo dos recursos petrolíferos e dos corredores dos oleodutos que saem da bacia do mar Cáspio.»

Michel Chossudovsky La Jornada, México, 23 de Setembro de 2001

«Numa ironia cruel, enquanto a jihad islâmica - caracterizada pela administração Bush como «uma ameaça para os EUA» - é acusada pelos assaltos terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono, estas mesmas organizações constituem um instrumento central na operações de espionagem e militares nos Balcãs e na antiga União Soviética.»

idem, ibidem

«De acordo com a versão oficial da história, a CIA ajudou os mujahedines durante 1980, ou seja, depois do Exército soviético ter invadido o Afeganistão, a 24 de Dezembro de 1979. Mas a realidade, mantida em segredo até agora, é completamente diferente: de facto, foi a 3 de Julho de 1979 que o presidente Carter assinou a primeira directiva para a ajuda secreta aos opositores do regime pró-soviético em Cabul. E nesse mesmo dia, eu escrevi uma nota ao presidente em que lhe explicava que na minha opinião essa ajuda iria levar à intervenção militar Soviética.»

Zbigniew Brzezinski, antigo conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, em entrevista a Le Nouvel Observateur (France), 15 a 21 de Janeiro, 1998

«Essa operação secreta foi uma excelente ideia. Teve o efeito de levar os russos para a armadilha do Afeganistão e você quer que eu esteja arrependido?»

idem, ibidem

«Penso que a evidência é esmagadora. A administração Bush pretende usar o ataque ao World Trade Center como uma oportunidade para usar as forças militares dos EUA como polícias do oleoduto, provocando cisões entre o governo do Paquistão e os talibãs e os militantes islâmicos que apoiam Ben Laden. Se o conseguirmos, o caminho para o projecto do oleoduto do Afeganistão fica livre, e as bases para a futura penetração na rica região petrolífera das antigas repúblicas soviéticas ficam estabelecidas.»

Jon Flanders, webcast news, num artigo sobre o livro «Resource Wars», de Michel Klare, sobre as reservas energéticas na Ásia Central e no Cáucaso

Tribunal Europeu condena Grã-Bretanha

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos condenou na passada semana o governo britânico por dois casos relacionados com norte-irlandeses implicados em actos terroristas.

Os juízes europeus deram assim razão a um membro do Sinn Fein, braço político do Exército Republicano Irlandês (IRA), General O' Hara que denunciou o facto de ter permanecido seis dias e 13 horas numa prisão em Belfast, destinada a terroristas em 1985. Os magistrados recordarão que a detenção durante mais de quatro dias de pessoas suspeitas de terrorismo era incompatível com a exigência de um controlo jurídico curto. Além disso, o tribunal considerou que o governo britânico tinha violado uma segunda disposição da Convenção Europeia de Direitos Humanos no caso de Thomas Brennan, que foi privado do direito de consultar um advogado durante os primeiros dias da sua detenção.

Solana no Médio Oriente

O Alto Representante da União Europeia para a política externa, Javier Solana, efectuou esta semana uma deslocação a Israel, ao Egipto e à Jordânia para discutir a situação na região. Solana, que viajou acompanhado do enviado europeu ao Médio Oriente, Miguel Angel Moratinos, iniciou a digressão em Telavive. Terça-feira deslocou-se ao Cairo, e na quarta-feira à Jordânia, afirmou um porta-voz da representação diplomática. Solana e Moratinos encontraram-se, no Cairo, com o presidente Hosni Mubarak e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Ahmed Maher, com quem abordaram os últimos desenvolvimentos nos territórios palestinos e em Israel, segundo a mesma fonte.

Orçamento comunitário para 2002

Os eurodeputados iniciaram esta semana em Estrasburgo, o debate sobre o Projecto de Orçamento dos Quinze para 2002, que ascende a cerca de 90 milhões de euros (18 mil milhões de contos).

Em termos percentuais, 43 por cento das verbas comunitárias destinam-se à política agrícola comum, 35 por cento à política regional, 6 por cento às investigações, energia, indústria, ambiente, mercado interno e outras políticas, 5,5 por cento às despesas administrativas, 5 por cento à cooperação com os países terceiros e 0,5 por cento às chamadas outras políticas. O financiamento dos programas de reconversão das frotas pesqueiras portuguesa e espanhola, que operam nas águas marroquinas, constitui um dos pontos a ser discutido no Parlamento Europeu.

Inglêses, franceses e alemães ponderam uma participação suplementar nas operações dos EUA no Afeganistão

Terrorismo e euro na ordem de trabalhos

Os chefes de Estado e de Governo dos Quinze reunidos em Gand, na Bélgica, debatem a questão do terrorismo e a actual situação económica.

«Expressamos o nosso mais firme apoio às acções militares que começaram a 7 de Outubro e declaramos que estas acções são legítimas, segundo a carta das Nações Unidas», declarou o primeiro-ministro belga, Guy Verhofstadt. Na Cimeira de Gand, os Quinze afirmaram também a necessidade de «agir sob a égide da ONU para ajudar à emergência de um governo estável, legítimo e representativo de toda a população afegã», num «polimento» de um texto prévio que exprime, com uma linguagem explícita, o desejo do derrube do governo talibã.

Mas a reunião começou com um sinal de divisão entre os parceiros europeus. França, Reino Unido e Alemanha realizaram uma minicimeira a três, para discutir as possíveis contribuições dos seus países para as operações militares no Afeganistão, antes do encontro dos Quinze, o que foi visto com desconfiança.

António Guterres, primeiro-ministro de Portugal,

antes do início da Cimeira de Gand desvalorizou a «minicimeira» dos três países afirmando que: «uma coisa quero dizer com muita clareza, é que só vale o que for decidido por todos os membros da União Europeia. É bom que eles compreendam que isso em nada altera a determinação de Portugal em exprimir as suas posições», afirmou, acrescentando só aceitar trabalhar a Quinze «porque é a Quinze que faz sentido definir uma posição».

Em termo de conclusão, a UE procurou transmitir uma mensagem de confiança na situação económica da Europa, considerando que as bases são sólidas, apesar das repercussões da luta antiterrorista. Também foi feito o ponto de situação no processo de introdução das notas e moedas do euro, tendo havido indicações de que praticamente todo o calendário está a ser cumprido de modo a que tudo esteja pronto a 1 de Janeiro de 2002.

«Os Quinze afirmaram a necessidade de agir sob a égide da ONU»



Os Quinze apelidaram de «legítima» a campanha pela criação de um governo pós-Taliban

Fontaine alerta UE

A presidente do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine, deixou um alerta relativamente à possibilidade dos ataques norte-americanos ao Afeganistão se estenderem a outros países, afirmando que a «nível pessoal», lhe parece «perigoso alimentar a eventualidade de ataques passíveis de atingir outros países». «Quaisquer ameaças latentes susceptíveis de serem entendidas como unilaterais (...) não poderiam senão aumentar os ressentimentos colectivos e levar à dissociação da união internacional subsequente aos atentados de 11 de Setembro», argumentou.

Fontaine aludiu ainda à

situação no Médio Oriente, considerando que «enquanto persistir o conflito israelo-palestino, o terrorismo internacional continuará a encontrar voluntários», e referiu que «esta escalada não têm outra saída que não seja a política». Lançou por isso um apelo aos Quinze para que ponderem «o aumento do número de peritos europeus incumbidos de acompanhar a situação em matéria de segurança».

Segundo a presidente do Parlamento Europeu, Yasser Arafat ter-lhe-á manifestado esse desejo, num encontro que mantiveram em Dublin, referindo que os observadores europeus no terreno «são já importantes moderadores».

Protestos antiguerra

A realização da Cimeira foi contestada por vários milhares de pessoas que se manifestaram pacificamente no centro de Gand, em marchas pacíficas, contra a guerra e contra a globalização. Um grupo de cerca de 200 pessoas, simpatizantes da associação «Pink and Green», concentrou-se frente à estação ferroviária central da cidade. Por seu lado, cerca de dois mil jovens responderam ao apelo da Resistência Internacional, movimento de esquerda, concentrando-se no outro lado da cidade.

Ao mesmo tempo que a manifestação dirigia para o centro de Gand, membros dos dois principais sindicatos belgas, juntaram-se ao protesto.

NATO na barra do tribunal

Portugal, tal como os restantes membros da NATO, poderá vir a ser julgado pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Em causa estão os bombardeiros da Aliança Atlântica à Televisão de Belgrado em 1999, durante a guerra do Kosovo, que provocou 16 vítimas mortais.

França, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Polónia, Espanha, Turquia, Reino Unido e Portugal podem vir a sentar-se no banco dos réus e responder pelos crimes de atentado à liberdade de expressão, direito à vida e direito de recurso efectivo.

Nos tribunais sérvios corre já o processo do antigo director da estação televisiva. É acusado de, sabendo da proximidade dos bombardeamentos, não ter ordenado a evacuação do edifício. Este ataque foi descrito pela Amnistia Internacional, como crime de guerra.

A Jugoslávia e a Rússia tentaram já levar o caso a tribunal das Nações Unidas, mas a Procuradora do Tribunal Penal Internacional, Carla del Ponte, disse então não haver matéria para o julgamento.

A primeira audição do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos foi marcada para ontem.

A «pré-cimeira» das grandes potências

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu chamam a atenção para o profundo significado da realização da denominada «pré-cimeira» entre chefes de Estado ou de Governo da Alemanha, França e Grã-Bretanha, que antecedeu a reunião do Conselho Europeu informal de Gand.

Tal facto vem confirmar as preocupações há muito manifestadas pelo PCP de que as grandes potências da União Europeia pretendem assumir o comando da política «europeia», impondo aos pequenos e médios países os seus ditames.

Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu salientam que tal «pré-cimeira»

se enquadra na procura da «oficialização» de um comando político com peso exclusivo ou dominante das grandes potências - o «núcleo duro», a «vanguarda» ou o «centro de gravidade» - de que a Cimeira de Nice foi um passo significativo.

Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu criticam frontalmente esta situação, que exige uma forte reacção do Governo português no sentido da afirmação da soberania de Portugal e a firme recusa de uma posição de submissão aos interesses das grandes potências, e não a desvalorização de tal iniciativa como fez o primeiro-ministro português.

Bruxelas processa Portugal

A Comissão Europeia decidiu apresentar queixas contra Portugal no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, por violação das regras de liberdade de prestação de serviços de segurança privada.

De acordo com um comunicado divulgado esta semana em Bruxelas, a «lei portuguesa estipula que só as empresas com um certo volume de capital e de escritórios em Portugal estão autorizados a fornecer serviços de segurança, independentemente de as

empresas respeitarem os critérios de estabelecimento exigidos noutro Estado-membro».

Neste sentido, a Comissão «considera que estas medidas violam tanto o Tratado da CE, no que respeita à liberdade de prestações de serviços, como a Directiva relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais».

Entretanto, a eurodeputada do PCP, Ilda Figueiredo, já comentou esta decisão afirmando que «é lamentável que o Conselho persista em manter uma proposta Directi-

va que defraude as expectativas dos trabalhadores da União Europeia. Quando se conhece o comportamento do patronato de muitas empresas, designadamente multinacionais, que decidem a sua reestruturação, deslocalização ou mesmo encerramento parcial ou total, lançando centenas ou milhares de trabalhadores no desemprego só para diminuir os custos e aumentar os lucros», conclui a eurodeputada.

A Comissão Europeia decidiu também levar a tribunal a França, Alemanha,

Itália e Holanda por violação de liberdade de prestações de serviços e de estabelecimento.

Propostas do PCP

- A referência à fase de planificação no âmbito da definição de consulta, o seu alargamento à evolução económica e financeira da empresa e à obrigação de procura de acordo sobre as questões objecto de informação e consulta dos trabalhadores.

- O prolongamento da consulta em casos especialmente graves; alargamento da noção de violação grave das obrigações de informação e consulta dos trabalhadores.

- A supressão do direito do empregador reter informações particularmente sensíveis.

- A obrigação para os Estados-membros promoverem o diálogo social nas Pequenas e Médias Empresas.

Bruxelas minimiza crise

Apoio limitado à aviação

A União Europeia decidiu limitar a ajuda às companhias aéreas. Assim, estarão apenas abrangidos os quatro dias posteriores aos atentados de 11 de Setembro.

Os responsáveis pela Economia e Finanças da UE referiram a necessidade de «actuar de forma restritiva, por forma a evitar uma reestruturação encoberta das companhias aéreas». Pretende-se assim que as ajudas governamentais não serviram para equilibrar as finanças de algumas companhias aéreas, sob a «capa» de ajuda à crise provocada pelos atentados.

A Comissão evidenciou a diferença entre países como a França, disposta a minimizar a crise no sector, e outros, como a Alemanha, que desde o início se mostram reticentes em conceder ajudas avultadas às companhias em dificuldade. Durante a reunião os governos da Finlândia, Dinamarca, Holanda, Reino Unido, Espanha e Alemanha afirmaram que respeitarão os quatro dias de ajuda definidos, enquanto a França soli-

citou alargar a ajuda a oito dias. Irlanda, Itália e Portugal defenderam um período intermédio.

Loyola de Palacio, vice-presidente da Comissão Europeia, reagiu às posições da França referindo que a Comissão precisa de «dados muito objectivos» para permitir compensações superiores aos quatro dias definidos. «Não se pode abrir uma porta que não se sabe onde nos levará», avisou.

A Comissão Europeia pretende negociar com os Estados Unidos um acordo sobre o transporte aéreo transatlântico que evite a distorção concorrencial resultante da aprovação por parte da administração norte-americana de um pacto de ajuda directa às companhias aéreas. No entanto a maioria dos Estados europeus não aceitaram renunciar aos seus acordos bilaterais com os Estados

Unidos, retirando poder negocial à Comissão.

Iberia despede 3 mil trabalhadores

A espanhola Iberia vai despedir cerca de três mil trabalhadores, para além de reduzir em cerca de 11 por cento o seu número de horas de voo, devido ao abrandamento da procura após os atentados contra os Estados Unidos. A maior companhia do sector em Espanha havia adiantado anteriormente que os despedimentos seriam «a última alternativa» a tomar, caso fosse necessário reduzir as despesas.

Ao decidir efectuar os despedimentos, a Iberia seguiu o exemplo da maioria das suas congéneres europeias e norte-americanas, na tentativa de diminuir as despesas e adequar a sua oferta à menor procura existente no mercado.

Entretanto, a TAP-AIR Portugal já afirmou que «os despedimentos não estão no horizonte» da companhia, tendo implementado recentemente uma taxa adicional para os passageiros e carga transportados.



● Ilda Figueiredo

A centralização do poder na União Europeia

A pretexto do necessário combate ao terrorismo, intensificam-se as medidas e acções que, na prática, podem pôr em causa não apenas os esteios fundamentais da soberania de cada país da União Europeia, mas também os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Enquanto a guerra prossegue com todo o seu cortejo de mortes, destruição de zonas habitadas e agravamento de uma enorme tragédia humanitária dos desalojados e refugiados afegãos, já profundamente debilitados com o tenebroso regime dos Talibã e o do governo que os antecedeu, fica claro que este não só não é o caminho para combater o terrorismo, como, pelo contrário, agrava os problemas e cria maiores condições para alastrar o caldo de cultura favorável ao seu florescimento.

Os desafios que estão criados são muito sérios e merecem uma reflexão profunda para além do contínuo matraquear em torno da ideologia dominante da generalidade da comunicação social. A necessidade de pôr cobro a uma guerra que nunca devia ter começado, exige de todos os que estão empenhados na paz um protesto veemente perante a tragédia humanitária que EUA e Grã-Bretanha estão a provocar, com o apoio mais ou menos envergonhado de muitos outros países, designadamente na Europa. É fundamental ter em conta que, simultaneamente com a guerra, que apenas chega até nós de forma filtrada e parcial, as grandes potências não perdem tempo na sua ânsia de tomar o controle do poder, seja relativamente aos pequenos e médios países, seja quanto aos direitos dos cidadãos.

As preocupações que manifestámos, designadamente aquando do Tratado de Nice, com a pretensão das grandes potências da União Europeia de assumirem o comando

político, transformando-se no «núcleo duro», tiveram a sua primeira tentativa na chamada «pré-cimeira» entre chefes de Estado ou de Governo da Alemanha, França e Grã-Bretanha que precedeu, na semana passada, a reunião informal do Conselho Europeu de Gand, na Bélgica. As palavras titubeantes do Primeiro-ministro português não dão qualquer tranquilidade quanto à posição portuguesa nas negociações que a Presidência belga pretende lançar, no final do ano, para nova revisão do Tratado da União Europeia, a concluir até 2004.

Que os federalistas não desistem de criar uma federação europeia, reduzindo países, como Portugal, a uma pequena província lusitana, na versão actualizada dos romanos ou do que tentou Napoleão, que as grandes potências querem ser o «centro de gravidade» de toda a política europeia, creio que está cada vez mais claro, incluindo em Portugal. Veja-se como se insiste na ratificação do Tratado de Nice mesmo sabendo que está ferido mortalmente pelo NÃO do povo irlandês.

Que a pressão é manifesta para avançar rapidamente, e em força, também o confirmam vários relatórios em preparação no Parlamento Europeu, com destaque para as propostas de Jo Leinen e Mendéz de Vigo sobre o futuro da União e a de Carlos Carnero González sobre a personalidade jurídica da União Europeia. Por ambas perpassam as mesmas tendências que visam, no fundamental, criar uma Convenção, onde estejam representados apenas os que defendem o federalismo, para avançar rapidamente na revisão do Tratado e na elaboração de uma Constituição Europeia que dote a UE de personalidade jurídica para se substituir aos Estados membros nas decisões políticas essenciais.

UE alerta contra bioterrorismo

O comissário europeu da Saúde e Protecção do Consumidor, David Byrne, exortou esta semana os Quinze a iniciarem uma «revisão urgente» aos sistemas de alerta da UE contra eventuais ataques bioterroristas à cadeia alimentar.

«A experiência dos últimos anos com a febre aftosa e a peste suína clássica ilustram os enormes estragos que a introdução de um vírus na cadeia alimentar pode produzir», afirmou o comissário, destacando a «necessidade de se estar em alerta para a eventualidade de um atentado deste género».

Byrne apresentou os planos

da Comissão durante um conselho de ministros da Agricultura da UE, que decorreu terça-feira no Luxemburgo. «A produção alimentar e os sistemas de distribuição também revelaram-se vulneráveis à eventualidade de um atentado bioterrorista. Não podemos ignorar esta ameaça», acrescentou o comissário. «Não é uma iniciativa alarmista, porém não podemos escapar à realidade de que os nossos sistemas de produção agrícola e alimentar podem ser vulneráveis», adiantou.

Neste sentido, Byrne pediu aos estados-membros da UE que detectem possíveis lacu-

nas no sistema, nomeadamente os relacionados com as acções de prevenção de doença, detenção, alerta e erradicação. «Temos que começar a agir rapidamente, e estar em estado de prontidão para responder a um potencial ataque», concluiu o comissário.

A UE já está a aplicar um rigoroso sistema de controlo das importações para evitar a entrada de qualquer foco de doença animal. Porém, de momento, a prioridade é prevenir e responder a qualquer tipo de ameaça bioterrorista, incluindo os ataques com vírus destinados ao gado europeu.

Pela paz no Médio Oriente

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu congratulam-se com a atribuição do Prémio Sakharov a Izzat Ghazzawi e a Nurit Peled-Elhanan, propostos pelo Grupo da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL), o qual os deputados do PCP integram.

Izzat Ghazzawi, palestino, e Nurit Peled-Elhanan, israelita, são dois activistas na luta por uma paz justa e duradoura no Médio Oriente. Tal

atribuição será uma forma de homenagear e de solidariedade para com o povo palestino e o movimento da paz em Israel.

Os deputados do PCP no PE acompanham com profunda preocupação a situação dramática e insuportável em que vive o povo palestino em resultado da brutal repressão e da guerra desencadeada pelo governo de Israel e de décadas de ilegal ocupação israelita dos territórios árabes.

Condenando firmemente uma tal política, os deputados do PCP ao PE consideram que a União Europeia e os seus Estados-membros devem assumir as suas responsabilidades e intervir para que sejam implantadas as resoluções das Nações Unidas que exigem a retirada de Israel dos territórios ocupados desde 1967 e reconheçam o direito do povo palestino ao seu próprio estado independente e soberano, com capital em Jerusalém Leste.

Bielorússia

● Luís Carapinha

União com a Rússia é a prioridade

No rescaldo das eleições presidenciais de 9 de Setembro na Bielorrússia dois factos emergem: a vitória clara do presidente Lukachenko e o revés da política americana de ingerência no país que culminou com o fiasco do «cenário jugoslavo» ensaiado na antiga república soviética.

Com uma abstenção de apenas 16%, Lukachenko foi reeleito à primeira volta com cerca de 75% dos votos, enquanto o principal candidato da oposição, apoiado pelo Ocidente, Gontcharik recebeu 15%. A vitória do presidente bielorusso, eleito pela primeira vez em 1994, era previsível mas a sua ampla expressão superou o esperado.

As reacções oficiais dos países ocidentais, fielmente reproduzidas pelos principais media, não surpreenderam. A OSCE fala em fraude e sentença que as «eleições não foram democráticas». Os EUA, que antecipadamente tinham declarado não acreditar que as eleições

pudessem ser livres e honestas, anunciaram naturalmente no dia seguinte ao escrutínio não reconhecer como tal os resultados eleitorais.

A verdade é que apesar de todos os meios empregues para a constituição de uma frente antipresidente, os EUA sabiam à partida que a recandidatura de Lukachenko sairia vitoriosa, essencialmente, porque o presidente goza da aprovação da maioria da população do país: «O presidente Lukachenko conserva um apoio substancial», advertia *The Wall Street Journal* de 31.08.01 e acrescentava em jeito de justificação: «o fluxo financeiro que corre do Ocidente é só uma pequena parte da soma despendida para o derrube de Milosevic» porque, explica o WSJ, «no país não há um conflito étnico como nos Balcãs capaz de jogar com os sentimentos mais profundos e não existem investimentos estrangeiros como na Ásia Central susceptíveis de afectar interesses financeiros». Apesar dos *handicaps* mencionados o WSJ não deixa de confessar a ingerência ociden-

tal nos assuntos internos do país: «A comunidade internacional (...) concedeu recursos para a realização de programas democráticos na Bielorrússia. Algumas organizações não governamentais financiam programas de intercâmbio dirigidos às organizações da oposição no seio da juventude (...) o movimento juvenil "Zubr" inspirado no movimento jugoslavo "Otpor" é um exemplo disso.» *The Guardian* (14.09.01) britânico refere que os EUA gastaram 50 milhões de dólares só nos últimos dois anos com o financiamento de organizações da oposição bielorrussa.

E por «pequena» que seja, comparada com a Jugoslávia, onde sabemos que a agressão imperialista não olhou a meios, a «ajuda» ocidental não se restringe ao financiamento de movimentos e partidos da oposição, entre eles a Frente Nacional Bielorrussa de cariz pró-fascista, cujo líder está actualmente asilado nos EUA, sindicatos (Gontcharik preside à Federação de Sindicatos bielorrussos), órgãos de comunicação social e organizações informais.

O financiamento deste tipo de organizações insere-se numa estratégia subversiva mais ampla de isolamento político, pressão económica e guerra permanente de contra-informação.

Perante a improbabilidade de uma vitória nas urnas, o imperialismo tentou a transposição para o país do «cenário jugoslavo» que conduziu ao poder Kostunica na república balcânica, no mínimo como forma de retirar legitimidade às eleições e a partir daí desenvolver uma nova campanha de agitação interna e descrédito internacional da Bielorrússia. Assim, *The New York Times* de 29.08.01 apelava à UE que «preste ajuda aos que conduzem a luta contra a última ditadura da Europa» e aconselhava uma «campanha coordenada dos EUA e UE idêntica à que impediu Milosevic de vencer as eleições na Jugoslávia de forma fraudulenta». Internamente, o plano culminaria com a organização em Minsk de manifestações «espontâneas» de protesto encabeçadas pelo candidato derrotado nas quais seria exigida a anulação das eleições ou a realização de uma segunda volta. O plano fracassou completamente. Na noite das eleições e no dia seguinte somente algumas centenas de pessoas saíram às ruas de Minsk, capital do país. Mesmo no seio da minoria crítica do presidente foram muitos os que se recusaram a embarcar na perigosa aventura de perverter a vontade popular.

Mas, afinal, o que está por trás desta ofensiva antibielorrussa que leva o país a ser apelidado nos *media* americanos de «última ditadura europeia» e Colin Powell a acusar o regime bielorrusso de violação permanente dos direitos do homem?

Basta olhar para a maioria dos países da CEI para perceber que o carisma populista e estilo autoritário do presidente bielorrusso não afligiriam os EUA se não existissem motivos substanciais de inquietação. De facto, a principal razão é que 10 anos após a implosão soviética, a Bielorrússia não permitiu ao Ocidente a consumação de uma frente Báltico-Mar Negro de cerco à Rússia, ao invés, Minsk foi o iniciador da criação da União da Bielorrússia e Rússia. Esta é uma opção nacional coerente, fruto de uma política que, no essencial, preservou a segurança do país nos domínios político, económico e militar. Política que tem defendido, como afirmou Lukachenko no encerramento da campanha eleitoral, o direito à escolha de uma via de desenvolvimento independente para a Bielorrússia e combatido a hegemonia de uma única potência, o desrespeito dos interesses nacionais e o uso da força na resolução das questões internacionais. A Bielorrússia proclama o princípio da coexistência justa e pacífica dos povos.

Até o jornal do governo russo, *Rossiskaia Gazeta*, em 22.09.01, reconhece que a maioria do povo do país vizinho não tencionava afastar Lukachenko porque no país existe uma situação económica e social relativamente estável, são pagas as pensões de reforma a horas, não existe um fosso entre pobres e ricos e a política económica do país





Apesar das cumplicidades antigas, Lukachenko é hoje apoiado pelos comunistas

não conduziu ao empobrecimento generalizado da população.

Na escalada militarista e neofascista do imperialismo, assente no paradigma do pensamento único do sacrossanto mercado neoliberal, o exemplo bielorusso é tratado como um desafio e ameaça aos seus interesses vitais. Nesta batalha, a luta das forças do progresso por uma alternativa justa não é possível sem a resistência anti-imperialista.

A esquerda bielorrussa, em que se destaca o Partido Comunista da Bielorrússia apoiou a recandidatura do presidente. Na sua declaração de voto o PCB caracteriza Lukachenko de verdadeiro patriota e salienta o seu papel na defesa da economia do país e defesa dos direitos sociais da população. O PCB realça a importância da constituição da união com a Rússia. Também o PCFR, o PCU (Ucrânia) e a União dos Partidos Comunistas (UPC-PCUS), movimento que junta 19 partidos comunistas em toda a ex-URSS, apoiaram o presidente bielorusso. Numa visita à Bielorrússia, Ziuganov, presidente do CC do PCFR e do Conselho da UPC, declarou que a vitória de Lukachenko corresponde aos interesses fundamentais dos povos de ambos os países. Na sua opinião, a criação da união é o caminho de saída para a actual situação existente nos dois países que qualifica de ausência de perspectiva histórica. Sem se referir directamente ao Partido dos Comunistas da Bielorrússia, o outro PC existente na república (que ao contrário do PCB não está representado no parlamento) que apoiou o candidato da oposição, Ziuganov criticou a sua posição, afirmando que aqueles que se aliam às forças nacionalistas e pró-ocidentais cometem um grande erro. Simonenko, líder do PCU, o maior partido ucraniano, declarou em Minsk que os comunistas ucranianos vêem na Bielorrússia um exemplo de sistema de governo que ajudaria o seu próprio país a sair da profunda crise económica.

Nas primeiras declarações, após serem conhecidos os resultados eleitorais, Lukachenko reafirmou a prioridade da união com a Rússia. Já foram formados o conselho de estado supremo e comité permanente da união, a assembleia parlamentar dos dois países reúne regularmente e foi aprovado um orçamento próprio para os diversos programas em curso. Até 2005 os países terão uma moeda única e está em elaboração a base constitucional da união, preven-

do-se que depois da sua aprovação seja eleito o respectivo parlamento.

O caminho não tem sido, contudo, linear e isento de profundas contradições. Na Rússia, a «quinta coluna» que permanece fortemente instalada no comando dos principais recursos do país, é hostil à concretização de uma união de estados de direitos iguais com a Bielorrússia. As economias dos dois países caminham em sentidos diferentes. A grande oligarquia russa, essencialmente cosmopolita e antipatriótica, vê-se mais senhora dum espaço próprio de cultura descartável e fronteiras maleáveis e indefinidas no âmbito da divisão interna de tarefas da globalização imperialista, do que confinada a uma união entre estados que poderá fazer ressurgir o «fantasma» da URSS. Estas tendências ganharam nova visibilidade à luz da ofensiva planetária do imperialismo americano catapultada pelos atentados de 11 de Setembro nos EUA.

A luta pela união dos dois povos, vital para a defesa dos seus interesses profundos, em que a direcção bielorrussa tem demonstrado tanto empenho, exige desta paciência e capacidade de destreza e manobra entre o essencial e o secundário. No final de Setembro, pouco depois do parlamento russo ter aprovado, com os votos contra dos comunistas e sob o protesto de quase metade das assembleias regionais do país, a proposta governamental de introdução da propriedade privada na terra, Lukachenko afirmou que a Bielorrússia continuará a defender a propriedade do Estado sobre a terra. Por outro lado, anunciou que o país liberalizará sectores da economia de forma a captar o investimento estrangeiro em prol dos interesses nacionais.

Alguns círculos europeus referem-se em surdina ao fracasso da política americana de curto prazo na Bielorrússia e apontam como «contraproducente a continuação da política de isolamento» de Minsk (*The Guardian*, idem). Os resultados eleitorais bielorrussos e a reafirmação das linhas essenciais de orientação interna e externa que não se incompatibilizam com a abertura ao exterior dentro do espírito de interesses recíprocos, colocam novamente a Bielorrússia na senda de um caminho difícil mas ímpar no quadro da CEI e da Europa. O que não deve ser entendido como sinal de fraqueza.

O desfecho é imprevisível. Mas é aos povos que cabe a última palavra.

Defesa Nacional e Forças Armadas

• Rui Fernandes

Os disparates continuam e os problemas também

E conhecida a inaptidão do PS para lidar com a instituição militar e os militares. Inaptidão esta agravada substancialmente com as opções políticas que guiam a sua governação e que são, claro está, o pior de tudo.

Na verdade, pode ter-se boas intenções, bons projectos, e ser-se desajeitado. Mas quando a más opções se junta a falta de jeito, é um descalabro.

Um Oficial Superior do Exército, com responsabilidades nas OGFE, foi preventivamente preso. A justiça dirá se é ou não culpado. O MDN vem à televisão e, a propósito do caso, diz que «se tem de pensar todo o sistema dos Estabelecimentos Fabris». O que tem uma coisa a ver com a outra? Que o Governo queira avançar no sentido da eliminação de alguns sectores e privatizar outros, é uma coisa. Agora que queira aproveitar a boleia de um caso para justificar as suas opções é outra coisa. Para já fica o ridículo e a intenção.

Pega-se no jornal «Público» de 13/10 e a página 14 surge o título «Forças Armadas sem homens para responder às ameaças».

Começa a ler-se a notícia e em destaque é dito que «a Armada já está em dificuldades para garantir a segurança a depósitos de armamento NATO e no Exército fala-se em «quartéis quase vazios»». Pois é! E há quanto tempo alerta o PCP para a situação? Há muito!

O PS decidiu cortar no número de incorporações de SMO's. Ora, sendo um facto que a esmagadora maioria dos jovens que optam pelo regime de contrato são oriundos do SMO, se cortam na fonte de abastecimento os níveis baixam. Se ainda por cima os incentivos para os contratados são baixos e não são cumpridos, o granel instala-se.

E que importa isto ao PS? Nada! O que importa é ser popularucho em tempos de acalmia e ser popularucho outra vez em tempos de menor acalmia, ou seja, não estranharíamos que agora, em nome da crise internacional, o Governo fizesse uma Portaria a repor os níveis do SMO.

Mas não pode passar em claro uma referência à Armada que, quando da revisão da Lei do Serviço Militar, não assumiu com vigor a defesa de um caminho estruturante e credível, colando-se, no essencial, às opções governamentais. Agora está a receber o troco.

Passemos a mais uma cena do quotidiano. O Alm. CEMA vem à televisão falar da urgência na aquisição de novos submarinos que estão previstos começarem a chegar (?) em 2007, quando os actuais terminam (ainda não terminaram?) a sua vida em 2005, o que provoca um hiato de 2 anos.

Dois dias depois o MDN vem à televisão dizer que «por razões de ordem externa (pasmem-se) a urgência está na aquisição de helicópteros».

A pressão do CEMA significa que sabe bem que a aprovação da Lei de Programação Militar (LPM), com os votos do PS e do PP, por si só não significa nada e quer mesmo é que o contrato do *leasing* seja fechado, não vá a revisão da LPM no próximo ano pregar alguma partida.

As afirmações do MDN são o cúmulo da incoerência verbal. A urgência dos helis são por razões de ordem externa? É fantástico! E afinal os submarinos não são urgentes?

Por fim, e a merecer atenção máxima, a notícia que dá conta que estarão em curso estudos para alterar legislação no sentido de permitir às FA's actuar internamente no combate ao terrorismo.

Depois das alterações à Constituição já consumadas, das medidas de aceleração da construção do Exército europeu; de outras medidas que estão na forja no que respeita às áreas da Justiça e da Administração Interna, seja no âmbito nacional como no âmbito europeu, o Governo PS pretende abrir a porta à utilização das FA's no plano interno, coisa da competência das Forças de Segurança e dos seus Corpos Especiais.

Na verdade, o terrorismo serve para muita coisa mas nunca serve os trabalhadores, os povos, a democracia, a liberdade. E quando os direitos, liberdades e garantias começam a ser sacrificados em nome da segurança, o terrorismo já está a somar pontos. E quando começam a ser sacrificados a despropósito, então a coisa complica-se. Porque a questão é, em última análise, esta: grandes preocupações com a legislação e pouca preocupação com os meios.

«Nada vai ser igual depois do dia 11 de Setembro.» Esta tem sido uma frase repetida quase todos os dias.

É bom que a percebamos em todo o seu alcance e significados, sob pena de «presos» à gestão conjuntural perdermos o sentido estratégico dos processos.



• Gustavo Carneiro
texto

Adão Barata, presidente da Câmara de Loures, ao *Avante!*

«Poucos se podem orgulhar

de cumprir metas tão ambiciosas»

Com o mandato a terminar e com a preparação das eleições autárquicas a entrar na sua fase decisiva, Adão Barata fala de um concelho de Loures cada vez melhor, com uma série de grandes obras realizadas e outras em projecto. E também do difícil relacionamento com o Governo e com a oposição.

Disseste no teu discurso na sessão de apresentação de candidatos que «poucos se podem orgulhar de, com objectivos e metas tão ambiciosas, atingir tão elevada concretização». Porém, também dizes que, do que vinha no programa, fez-se 80 por cento...

Referia-me, no fundamental, a áreas e intervenções concretas da responsabilidade da administração central, cujas acções incluímos no nosso programa, por se tratarem de investimentos fundamentais para a melhoria do nosso concelho. Justas reivindicações pelas quais continuaremos a lutar.

Mas houve igualmente algumas intervenções que não dependem da administração central, muito poucas, que ficaram por concretizar. Como é sabido, tivemos que

do, e que condicionou fortemente a nossa actividade e a nossa intervenção.

Mas quero que fique claro que nunca nos desculpámos com estas realidades para justificar a nossa postura e a nossa intervenção concreta na resolução dos problemas das populações. Por isso reafirmo que julgo que poucos poderão orgulhar-se de ter atingido as metas que atingimos em Loures, tendo como base um programa realmente ambicioso.

Quais as principais diferenças entre Loures de 1997 e 2001?

A nossa intervenção caracteriza-se fundamentalmente pela constante disponibilidade e empenhamento na procura de soluções integradas, de qualidade e, como já referi, de grande ambição, que não podem ser puramente balizadas pelos períodos eleitorais de quatro anos.

O trabalho que desenvolvemos ao serviço das populações é um trabalho constante, de perseverança, planeado a longo termo e com objectivos bem definidos. O desenvolvimento não se compadece com práticas eleitoralistas centradas apenas no espaço dos mandatos legais. Propomos



O Parque da Cidade garante à população um espaço verde no centro de Loures.

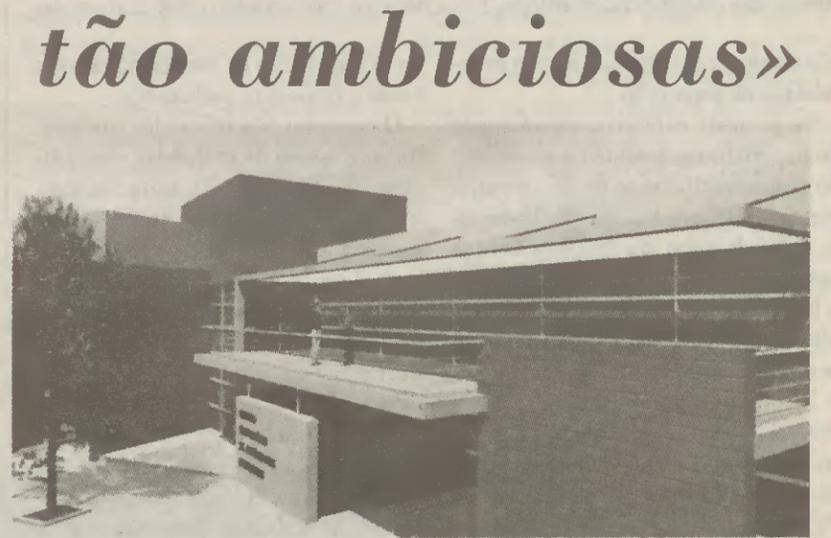
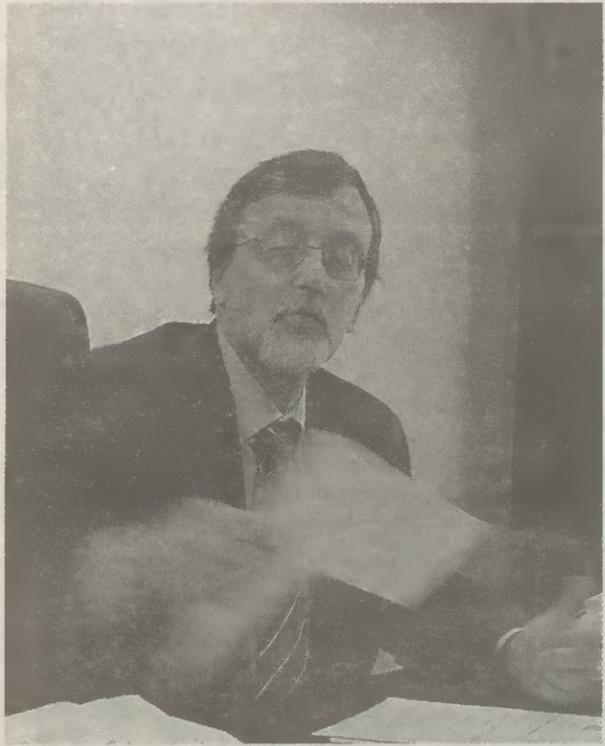
enfrentar diversas e grandes contrariiedades ao longo do actual mandato. Desde logo, não iniciámos o mandato ao mesmo tempo que todos os outros municípios portugueses, dado o processo desencadeado a seguir à votação pelo PS. Apenas em Abril entrámos efectivamente em «velocidade de cruzeiro», portanto praticamente quatro meses depois de todos os outros.

E depois houve Odivelas...

Sim, depois, todo o processo de criação do novo Município de Odivelas, que ainda não está sequer totalmente resolvi-

soluções que ultrapassam, pela sua dimensão e complexidade, essa visão e recusamo-nos a gerir em função dessa realidade.

Julgo mesmo que a grande virtude da CDU é essa gestão consistente, coerente, com programas e com ideias, que é reconhecida como uma gestão de qualidade mesmo por adversários, e que tem contribuído de forma decisiva, ao longo destes 25 anos, não apenas para a inegável melhoria das condições de vida mas também para a consolidação de uma forma diferente de fazer política, em defesa dos interesses das populações.



No Parque Urbano de Santo António dos Cavaleiros será construído um centro comunitário (na foto) e piscinas

E essa nova política materializa-se em quê?

Por exemplo em obras como o Parque Urbano de Santa Iria da Azóia, o primeiro a ser construído em Portugal sobre um aterro sanitário controlado - também ele o primeiro do país -, o Parque da Cidade em Loures, mais de 4,5 hectares de área verde no centro da cidade que a qualificam e possibilitam um espaço de lazer de inquestionável qualidade a todos os cidadãos, o investimento no tratamento de esgotos, com a construção de estações de tratamento e redes de drenagem que a muito curto prazo abrangerão os 100 por cento da população, o abastecimento de água de qualidade a todos, um sistema de remoção, transporte e tratamento de resíduos sólidos de qualidade superior, são apenas alguns exemplos dos grandes investimentos que concretizámos.

Mas posso referir-te ainda outros aspectos, como a rede viária concelhia, de qualidade assegurada por uma intervenção permanente ao nível da sua qualificação pelo município, que envolveu mesmo intervenções em vias nacionais, face ao manifesto desinteresse dos organismos do Governo. Crescemos em termos de áreas verdes disponíveis em todas as freguesias do concelho, desenvolvemos um programa de valorização do parque escolar do 1.º ciclo do Ensino Básico, trabalhamos ao nível do ensino pré-escolar para dotar o concelho das escolas necessárias...

E ao nível da cultura, também...

Construímos a Casa da Cultura na Apelação, instalámos o Museu de Cerâmica de Sacavém nas antigas instalações da Fábrica da Loiça daquela cidade, preservando uma memória e um património colectivos de inegável valor, desenvolvemos o Museu Municipal da Quinta do Conventinho, um espaço nobre de promoção da cultura e da vida «salvoia»,

estamos a terminar a obra da Biblioteca Municipal José Saramago em Loures, possuímos uma vasta e intensa intervenção de promoção da cultura, do lazer e do saber desenvolvida com os jovens, menos jovens e com os idosos, desenvolvemos um processo de modernização administrativa, visando melhorar o relacionamento com todos os munícipes.

Muitos outros exemplos poderia dar-te. Nas áreas da saúde, da habitação, do ambiente, do desenvolvimento económico, da cultura, do desporto e da juventude.

Uma ideia que passa nas tuas intervenções é a de que Loures está preparada para enfrentar a recessão, estando estruturado para o desenvolvimento e bem balanceado para o futuro. Que queres dizer com isto?

Exactamente o que disse. O concelho de Loures possui excelentes condições para prosseguir o seu esforço de desenvolvimento económico, assente numa estrutura empresarial dinâmica, interessada e plena de capacidade, que oferece grandes perspectivas de desenvolvimento e o consequente aumento da oferta de emprego.

Posso dizer-te, em apenas alguns números, que no concelho de Loures existem em laboração mais de seis mil empresas, e que, segundo os dados oficiais que recebemos mensalmente, estão a ser criadas em cada mês que passa cerca de cem novas empresas. Julgo que estes números ilustram bem a dinâmica vivida a este nível em Loures, e que quis sublinhar naquela minha intervenção.

Este é, igualmente, o resultado de uma gestão eficaz, voltada para a satisfação dos anseios e aspirações de todos, onde o progresso, o desenvolvimento e o bem-estar são, efectivamente, o objectivo essencial que nos propomos atingir.

«Precisamos de meios para trabalhar»

Já definiram os principais eixos de intervenção, mas alguns deles correspondem a áreas que estão fora – total ou parcialmente – das competências autárquicas. O que pretendem fazer?

Eu entendo que o que deve presidir à gestão municipal é, acima de tudo, o espírito do serviço público em favor da resolução dos problemas das populações. É um facto que existem, em Portugal, terrenos de intervenção delimitados entre a administração central e a administração local. Mas esse facto não deve impedir a concretização dos investimentos necessários em parceria e cooperação, sem a qual muito dificilmente conseguiremos concretizar o grande objectivo do desenvolvimento.

Estamos dispostos, sempre o afirmamos, a cooperar com a administração central, com o Governo, em todos os domínios da nossa realidade. Mesmo em áreas da competência do Governo. O que nos preocupa é a resolução dos problemas, mais do que a definição das competências.

Estamos disponíveis para estudar com o Governo as soluções adequadas para os problemas, estamos mesmo disponíveis para nos substituímos ao Governo sempre que tal se revele mais útil para a satisfação das necessidades e anseios das populações – como no caso dos pavilhões gimnodesportivos nas escolas sob responsabilidade do Ministério da Educação –, mas têm que nos ser dados os meios indispensáveis para esse efeito. É assim que entendemos um relacionamento institucional são e produtivo.

No que respeita à educação e saúde, já afirmaste várias vezes a total disponibilidade municipal de cooperação com o poder central para a melhoria e ampliação da rede de equipamentos...

Sim, mantemos toda a disponibilidade para estudar em parceria com o Governo as soluções para os problemas da educação, aos níveis que correspondem às suas responsabilidades próprias, e da saúde, esta totalmente da responsabilidade do Governo, como temos vindo a afirmar e reafirmar insistentemente.

As carências são graves?

Sim, são graves. Ao nível da educação, faltam escolas em diversas freguesias do concelho, outras escolas precisam urgentemente de ser substituídas, e ainda outras carecem de grandes intervenções de manutenção e reparação. Faltam pavilhões gimnodesportivos em quase todas as escolas – muito para além dos seis que estamos a construir. Esta é uma realidade que a própria comunidade educativa do concelho, com a qual mantemos as melhores relações, não se cansa de denunciar, reivindicando a melhoria substancial das condições do ensino. Estamos, naturalmente, ao seu lado, e disponíveis, como atrás afirmo, para estabelecer todas as parcerias adequadas à superação dos problemas. Precisamos é dos meios.

E na saúde é igual?

Na saúde, a situação não é melhor. Faltam centros e extensões de saúde, algumas das extensões existentes funcionam em muito más condições de acesso, quer físico quer aos serviços de saúde propriamente ditos por parte dos utentes, e falta o Hospital/Maternidade há tanto tempo reivindicado e, também há muito tempo, prometido.

Temos, uma vez mais, demonstrado a nossa total disponibilidade para apoiar o Governo na superação das dificuldades. Cedemos terrenos no valor de milhões de contos para a instalação de centros e extensões de saúde e para o Hospital e estamos preparados para estudar outras formas de colaboração. Falta, ou tem faltado até agora, vontade política do Governo em avançar decisivamente para a resolução dos problemas.

Estou convicto, no entanto, que estamos a dar nos últimos meses passos mais consistentes no sentido da inversão desta situação. Porém, não gostaria de deixar de referir que não estão ainda concretizados quaisquer compromissos sólidos e objectivos, que tardam a surgir, mantendo uma situação de profunda injustiça a este nível para a população do nosso concelho, que não entende por que razão é votada ao mais profundo desprezo pelo governo em matéria de qualidade dos serviços.

«O PS tentou impedir-nos de cumprir o programa»

Como foi a relação da autarquia com o poder central ao longo deste mandato? Lembra-me do processo do concelho de Odivelas...

Em termos institucionais, o relacionamento da autarquia com o poder central nem sempre tem sido fácil, nem sempre tem decorrido da forma mais adequada ao equilíbrio que tem que existir na relação entre os dois níveis do poder.

Devo dizer-te que o que existe no concelho de Loures se deve, no fundamental, à capacidade de concretização, reivindicação e negociação que a Câmara Municipal vem revelando.

O ideal era que o Governo tivesse para com o município o mesmo posicionamento institucional que nós fazemos questão de manter com as freguesias. Independentemente da força política maioritária, mantemos sempre o mesmo tipo de relacionamento com todas, trabalhando para que possam concretizar as suas funções e obrigações próprias. É desta forma que entendo o relacionamento institucional...

Mas o Governo não age assim...

... e só lamento que raramente o Governo tenha revelado um posicionamento semelhante. Quanto a Odivelas, já o afirmei muitas vezes: nunca fomos contra a criação do novo município de Odivelas – a proposta inicial, aliás, foi nossa, do PCP. O que contestei, desde o início, foi a forma encontrada no plano jurídico legal para a concretização da criação do novo município. Essa forma é que me parece que foi muito negativa, com prejuízos evidentes para todos, incluindo as populações de Odivelas.

E a relação, no seio da autarquia e nos outros órgãos municipais, com os partidos da oposição? Estavam empenhados na resolução dos problemas do concelho ou serviam outros interesses?

Em primeiro lugar, a Câmara Municipal de Loures caracteriza-se pelo facto de todas as forças políticas nela representadas terem assumido, no presente mandato, responsabilidades de gestão directas. Quer o PS quer o PSD assumiram pelouros ao longo do actual mandato, pelo que não podem dizer que não participaram activamente na gestão do município. Julgo não existirem muitas câmaras municipais no país onde esta realidade seja praticada.

Sim, mas como era a acção desses partidos?

Os eleitos do PS na Assembleia Municipal, particularmente na segunda metade do mandato, ao procurarem dificultar a gestão municipal, recusando aquilo com que antes se haviam comprometido ao viabilizar o Plano de Actividades da Câmara Municipal, preferiram trilhar o caminho do confronto político em vez de zelar, como deveria ser o seu dever, pela concretização dos investimentos que são necessários ao bem-estar de todos. Tentaram impedir que concretizássemos os compromissos assumidos com a população, mas julgo que mesmo assim não foram bem sucedidos.

Lamento profundamente que esta situação tenha sido criada pelos membros da Assembleia Municipal do PS, mas estou seguro de que a população de Loures dará a resposta adequada a este comportamento.



Quinta do Mocho, operação de realojamento da Câmara, garantiu a 680 famílias condições dignas de habitação

Sem barracas em 2004

A erradicação das barracas e a legalização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal são claramente prioridades. O que está e o que falta ser feito nesta matéria?

Estas são áreas de grande importância e significado para todos nós, e às quais vimos dando, efectivamente, uma atenção muito especial.

Relativamente à erradicação das barracas no nosso concelho, assumimos em 1993 um compromisso sério com os nossos munícipes, que apontava para a total erradicação das barracas até ao ano de 2004. Penso que o trabalho até agora desenvolvido a este nível, nos permite manter como realista aquela meta temporal, e que iremos cumprir integralmente o compromisso assumido.

Mas associado a esta questão, é imperioso que sejam estabelecidos novos programas deste tipo para a recuperação do parque habitacional degradado que não são barracas, pois milhares de cidadãos vivem em condições degradantes e humilhantes em casas aparentemente «normais», cujas condições têm no entanto paralelos muito significativos com as barracas. Também para estas situações urge encontrar soluções como as que fomos capazes de construir para as barracas, e também aqui estamos disponíveis para cooperar com a Secretaria de Estado da Habitação uma vez garantidos os meios indispensáveis.

Muitos bairros foram legalizados neste mandato...

Sim, estamos efectivamente a desenvolver um importantíssimo trabalho de legalização de todas as situações ainda existentes no concelho. Este é, também, um terreno extremamente complexo, de resolução naturalmente difícil, e que envolve particularmente duas partes que têm que se envolver directamente na sua resolução: o município e os proprietários dessas áreas.

Importa sublinhar a este nível, que no concelho de Loures foram já dados passos muito importantes para a superação destas situações. Quero destacar, por exemplo, que mais de 90 por cento da área do concelho ocupada por AUGI está, neste momento, infra-estruturada, isto é, possui redes de água e esgotos, iluminação, recolha de resíduos sólidos, infra-estruturas de telecomunicações e rede viária adequada.

Mas ainda falta...

Sim. Falta ainda um longo caminho. Falta, por exemplo, acordar a cedência de espaços para equipamentos sociais imprescindíveis à qualidade de vida nestes locais e falta agilidade em alguns aspectos da burocracia associada a estes processos de legalização. Quer num caso quer no outro, a competência para a intervenção do município é muito escassa: no primeiro é exclusiva responsabilidade dos proprietários encontrarem os acordos necessários à cedência dos terrenos indispensáveis; no segundo, compete ao Governo enquadrar de forma diferente os mecanismos legais aplicáveis, que hoje dificultam grandemente a evolução dos processos.

Mas também a este nível não posso deixar de referir uma situação particular que afecta muitos cidadãos. Existem AUGI que, pela sua localização actual, são considerados de «manutenção temporária», ou se quisermos, não legalizáveis, pelas condições do PDM ou por se encontrarem em zonas geologicamente perigosas ou em leitos de cheia. Quase quatro dezenas destas áreas não são passíveis de legalização.

E o que se pode fazer nesses casos?

É necessário ponderar urgentemente uma solução adequada para esta realidade. E neste caso particular, a intervenção do Governo é igualmente imprescindível, sendo necessário o desenvolvimento de programas de realojamento noutros locais para todas as situações que vierem a confirmar-se como de inviável legalização.

Por último, importa referir que a Câmara Municipal de Loures criou, na sua estrutura orgânica, um serviço específico para tratar desta realidade, que está já a desenvolver um trabalho de extrema importância no que respeita à aceleração destes processos.

- Lígia Calapez
texto
- Jorge Cabral
fotos

Homenagem a um escritor de combate

«Um escritor de combate.»
Esta a forma como o escritor Urbano Tavares Rodrigues apresentou Orlando da Costa, na homenagem aos seus 50 anos de vida literária que, no passado dia 18, teve lugar na Biblioteca-Museu República e Resistência. Uma ideia que seria ainda reforçada na intervenção do historiador António Borges Coelho.

Foi em 1951 que Orlando da Costa publicou o seu primeiro livro. «Um belo livro de poemas», que se inseria «no quadro ideológico do neo-realismo», nas palavras de Urbano Rodrigues. Neo-realismo «com características muito próprias», ponto de partida para uma permanente «renovação e busca de novos processos narrativos». Uma «linguagem não linear, renovada de romance para romance».

A preocupação de «dar voz ao povo» marca toda a obra do escritor, perseguido, desde os seus primeiros passos na vida literária, pela censura. Uma perseguição que o viria mesmo a afastar da poesia («houve um período de grande luto em relação à poesia», como disse o próprio Orlando da Costa), mas nunca da incontornável determinação em reflectir a dura realidade da época. Do assassinato político, em «Podem chamar-me Eurídice», ao envolvimento de toda uma geração de jovens na resistência anti-fascista, com «Os netos de Norton».

Literatura muito rica, em que, nas palavras de Urbano Tavares Rodrigues, emerge também «a dimensão filosófica, da política aos afectos, à ligação ao divino».

Foi um período terrível Um período sem liberdades

A década de 50 «foi um período terrível, um período sem liberdades. Com a Pide, a censura». Em breves palavras, o historiador Borges Coelho lembrou o contexto em que Orlando da Costa ini-

ciou a sua vida literária. E a sua militância. Era a guerra-fria e, em 1952, o Pacto Atlântico reuniu em Lisboa, dando assim o seu apoio ao regime fascista.

Companheiros de curso e de luta, são múltiplas as histórias para contar. Do MUD Juvenil, das lutas pela paz. E os episódios significativos. Reveladores de tempos idos.

Como a história comum de uma distribuição de papéis, pela libertação de um dirigente comunista preso. Após a distribuição, na zona Oriental de Lisboa, Chelas, Borges Coelho e Orlando da Costa foram-se afastando pela linha férrea e subiram, atentos, a calçada da Picheleira, numa época em que, à noite, as ruas da capital estavam despovoadas. Olhando em frente, repararam entretanto num pequeno grupo formado por um guarda nocturno e alguns polícias. Tentam passar discretamente. Eis senão quando «o despertador do Orlando começa a tocar desastinado!». Marcando o período exacto de uma distribuição clandestina, que bem poderia ter acabado mal...

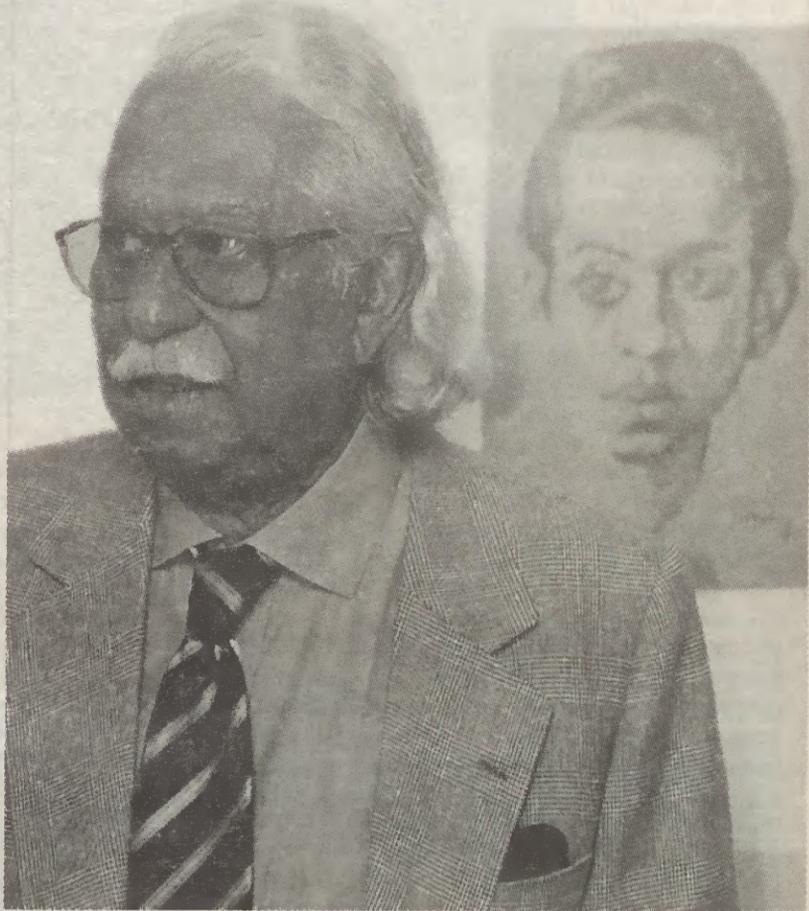
Uma pequena história a testemunhar de como a literatura e a intervenção política se foram entrecendo nestes cinquenta anos de vida literária.

Esta militância, reflectida na obra literária, foi particularmente valorizada por Borges Coelho. Os livros de Orlando da Costa são «livros marcados pela vivência da luta», sublinhou, referindo «as imagens recorrentes da estrada, da caminhada, da aurora». E lembrando a presença da luta dos povos coloniais, da mulher, «também como companheira de luta, para além da amada», dos que «ficaram pelo caminho», como José Moreira, tipógrafo do *Avante!* assassinado pela Pide.

Uma poesia «voltada para o mundo», num momento em que a convicção era de que «o céu se ganhava lutando na terra». Uma literatura virada para o mundo do trabalho que, «não sendo o nosso, era aquele a que, pelas nossas ideias, estávamos associados». Por tudo isto, e durante décadas, Orlando da Costa foi «um poeta amordaçado». Um silêncio «marcado pela Pide».

Um silêncio que é essencial não volte a acontecer.

Esta exposição foi inicialmente apresentada por iniciativa do Museu do Neo-realismo, em Vila Franca de Xira, em Outubro do ano passado. O Museu da República e da Resistência mostrou-se interessado. Fiquei rendido ao convite porque penso que a minha actividade de cidadão e de escritor corresponde a esses desígnios. Sobre tudo da resistência. De modo que não me sinto aqui deslocado



Orlando da Costa 50 anos de vida literária

Passaram-se cinquenta anos muito mais depressa do que eu pensava. Tenho, por um lado, o contentamento de sentir que algo do que eu desejava se foi cumprindo. E um descontentamento por chegar a esta idade talvez sem ter feito muitas coisas que gostaria de ter feito.

Procurei sempre ter um respeito particular pela realidade ética e estética. Mantenho as grandes motivações literárias iniciais. Hoje não sou neo-realista. Outros caminhos diferentes e novos se foram abrindo. Mas a componente ideológica manteve-se.

Memória e esquecimento

São notas para uma reflexão sobre o 40.º aniversário do fim da II Guerra Mundial – um escrito de Orlando da Costa, datado de 85. Mantém hoje reforçada actualidade.

«Porque não bastam quatro décadas de memória e esquecimento e cinquenta milhões de sepulturas antigas, alguém terá de repetir hoje, como quem torce dois fios distantes num só, **porquê** essa guerra começou, **porquê** essa guerra acabou e **porquê** o mundo pacífico continua ameaçado.

As derrotas são um desfecho, tal como as vitórias o são. Não bastou arrear a bandeira do nazifascismo nas fronteiras

de um país, nem hastear bandeiras da democracia nas fronteiras dos outros – esse espectáculo de grande dignidade não pode reduzir-se ao merecimento dos sobreviventes.

Os que entretanto cresceram e os que nasceram depois, são herdeiros, cúmplices ou responsáveis dessa memória e esquecimento, que se apagam ou reacendem como o fogo na lenha da lareira, consumindo-se para o mal ou bem das comunidades. As cinzas, antes que sejam cinzas, aquecem quaisquer mãos que se lhes estendam solidárias e, em nome da paz verdadeira, as remexam com amor».

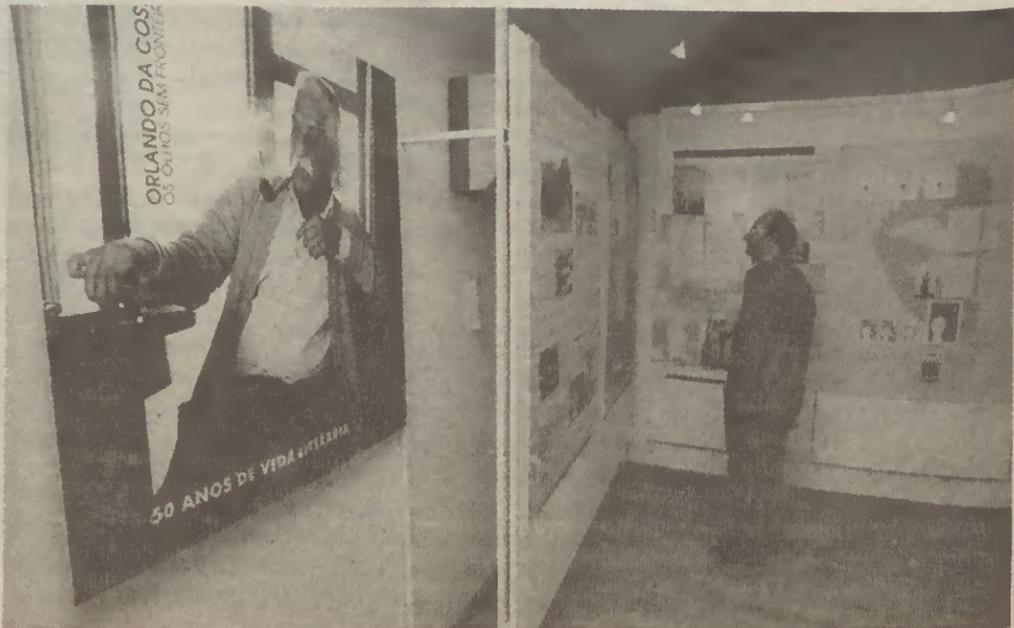
Há mil cores na pele do teu rosto
Há mil olhos já refeitos do desgosto
Há mil vozes que enfrentam a sorte
De mil gestos teus de estátua e morte

Há mil festas e gatilhos na memória
Há mil tiros que ensaiam a história
Há mil letras rescritas em voz alta
Para a última emboscada que faltal

Há mil flores nas mil secas sem gado
Há mil campas nos cemitérios ao lado
Fulas e filhos de cabo-verdianos

Balantas, mandingas, manjacas, papéis
Há mil mortos de guerrilha sem anos.
Há mil armas, há mil livros nos quartéis

Poema dedicado a Amílcar Cabral
– Quatro anos depois in «Canto Civil» 3



Comunicação

• Francisco Silva

Não entendam mal quem estas linhas escreve. Desde sempre me pronunciei por ser a crítica não apenas uma actividade necessária mas, mais ainda, uma atitude que deve enformar em permanência as diversas avaliações a que submetemos as nossas acções, nomeadamente as situadas na área da Internet. E quando me refiro à crítica estou a pensar no que nela tem de constitutivo o seu dever considerar sempre o outro lado, o lado do avesso, o lado negativo, das questões. Sob pena, não o tendo em conta, de crítica não o ser. Como consequência - inevitavelmente -, também estou a pensar no efeito da crítica sobre a eficácia dos processos de compreensão e de análise dos impactos dessas mesmas questões. Por isso, tal como não podia deixar de o ser, são as indispensáveis visões críticas sempre bem-vindas e estimulantes. E conducentes, elas mesmas de serem criticadas... e assim indefinidamente. Assim se pode e vamos progredindo.

Todo este prólogo, talvez a parecer descabido, para dizer que sim, é verdade, serem passíveis de utilização a bel-prazer e a favor dos que mais podem as técnicas de encaminhamento pelo interior do manancial de informação disponível na web. Estas ferramentas informáticas, sejam os sites e portais de entrada - normalmente pré-fixados pelo nosso forne-



A parada subiu

cedor de serviços Internet, o nosso ISP⁽¹⁾ -, ou os motores de busca - que, pode-se desconfiar, nos destinam o resultado das buscas de acordo com os critérios de quem os disponibiliza -, ou ainda as hiperligações previamente estabelecidas - que nos indicam os caminhos de navegação através das árvores informativas -, podem colocar os utentes menos avisados (ou pelo menos enquanto são menos avisados) à mercê dos profissionais dos modos de mais eficazmente os condicionar através das mensagens e de ambientes informativos adequados aos interesses de quem disponibiliza tais ferramentas.

Mas sempre foi assim através dos tempos, inclusivamente na comunicação não apoiada em tecnologia, na comunicação oral pessoa a pessoa, entre duas ou entre mais pessoas, em situações de reuniões ou de assembleias, ou nos mais diversos arcópagos. O próprio termo demagogia não é de hoje. E também é certo ter esta situação ir-se tornando progressivamente mais aguda, digamos assim, à medida que o panorama dos meios de comunicação foi evoluindo. Tal aconteceu principalmente a partir do momento em que os meios de comunicação «eléctricos» entraram no palco permitindo viagens quase instantâneas dos sinais e uma penetração sem igual nas sociedades - por isso acabou por aparecer a tal metáfora da aldeia global! Mais, quanto a condicionamentos maléficos da opinião pública, a rádio foi mesmo considerada como um seu privilegiado instrumento. Um instrumento sem o qual, por exemplo, Hitler nunca teria conseguido, dizem, arregimentar as massas da forma como o fez, não tivesse ele podido dispor da rádio para a difusão do seu inflamado arengar.

Quanto aos condicionamentos, aquilo a que se está a assistir com a Internet e a web é a um adaptar de actuações

já conhecidas, por parte de quem nelas opera. Partindo-se das actuações já testadas em outros meios de comunicação, vai-se à procura de efeitos equivalentes tendo em conta - por vezes nem tendo assim tanto em conta - as características do novo meio de comunicação. E do tacteio próprio da procura do adaptar ao novo vão surgindo também inovações mais radicais. É a história de certo modo a repetir-se sempre que surge um novo meio de comunicação.

Nesse sentido, sendo certo que o fornecedor de acesso, quando o instala, deixa as coisas preparadas de modo a que o utente se depare com o ecrã de abertura que ele pretende, nomeadamente a *home page* do portal por onde pretende que aquele se encaminhe, não é menos verdade que o utente pode alterar o ecrã da abertura para aquele que preferir ou mesmo para nenhum. Pode também, em qualquer altura, ir para outro site e continuar a partir dali. Pode ainda fazê-lo a partir da lista dos sites preferidos. Uma situação que não piorou em relação à rádio e à TV, meios onde também pode escolher o canal pretendido. Só que no caso da web a escolha é mais diversificada. E indo o utente para os seus sites e portais preferidos, também os resultados da procura através dos «motores de busca» ou das navegações através das hiperligações poderão resultar mais de acordo com as suas necessidades.

Com a Internet subiu outra vez a parada, é verdade - tanto para o lado de quem fornece a informação como para o lado de quem a procura. O utente também tem de construir o seu caminho. Andando, desenrascando-se, emancipando-se.

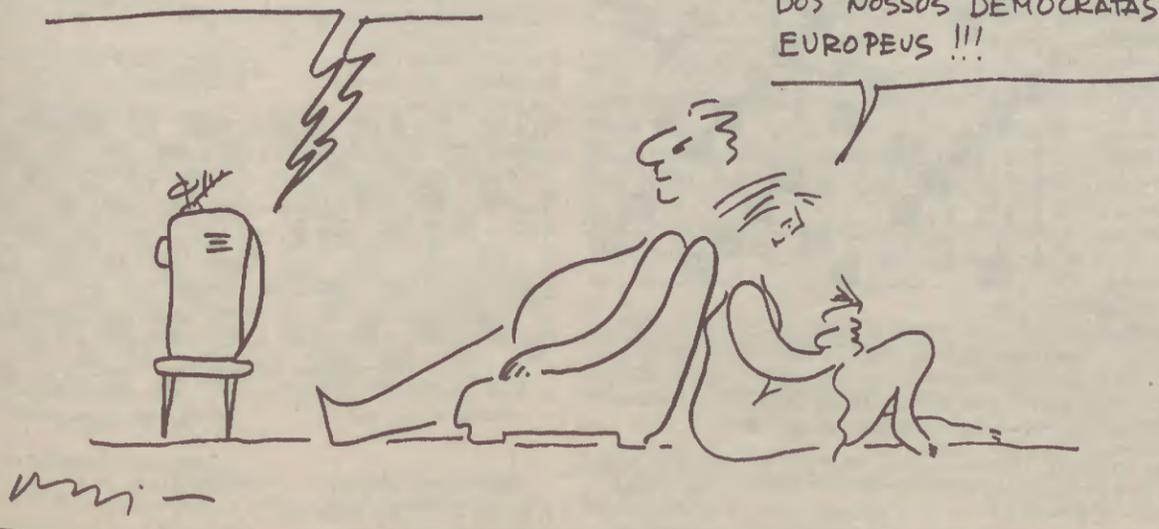
(1) ISP - Internet Service Provider

Cartoon

• Monginho

A UNIÃO EUROPEIA
ESTA' JA' A TRABALHAR
NA FORMAÇÃO DE
UM NOVO GOVERNO
NO APE GANISTÃO!...

E' IMPRESSIONANTE
A EFICIÊNCIA
DOS NOSSOS DEMOCRATAS
EUROPEUS !!!



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Haikais

- 1
O teu nome
astralmente
natural.
- 2
Deita a cabeça
no peito. Dorme.
Dá-me notícia.
- 3
Quando te vejo
é como se me visse
ao espelho.
- 4
Lembra-te
metade da cama vagou
toda a noite.
- 5
Minha mão no teu seio
então o sábio disse:
o infinito é redondo.
- 6
Pentear-se, perfumar-se.
De facto, ele
já vinha a caminho.
- 7
Tenta escrever
uma carta de amor.
A quem? Ninguém, se for o preço.
- 8
Não saibas
como vai ser.
E viverás.
- 9
Para quem o amanhã
foi ontem, nunca
o ontem será amanhã.
- 10
Tudo é vão
menos
julgar que não.
- 11
A torrada, o galão.
Os louros
na testa do dia.
- 12
Jamais frequentados
de um sorriso. Lábios
frios.
- 13
Partido.
Respiração
da História.
- 14
Cantam os amanhã. Só que
às vezes parecem
um tanto afónicos.
- 15
Sem o trabalho
nada existe. Nem
os deuses.
- 16
O barco afundou-se quando
o porão
ia cheio de rosas.
- 17
Ali semeia.
Ali se nasce.
Ali se.
- 18
Poesia. Helicóptero
donde desce a corda
para o naufrago.
- 19
O dia
à tua espera.
Não demores.

Religiões

• Jorge Messias

Como seria de esperar foi pouco significativa a resposta ao apelo ao voluntariado lançado pela hierarquia católica. Nos grandes problemas sociais, um desempregado católico é igual a um desempregado agnóstico ou ateu. Precisa de pagar a casa e de educar os filhos. Precisa de salário e habitação. E a noção de solidariedade cristã, ligada à proposta de voluntariado gratuito, nunca poderia recolher grande acolhimento entre uma sociedade educada numa perspectiva de propriedade privada e de sucesso pessoal. A sociedade que a igreja apadrinhou.

Perante estas dificuldades, a igreja viu-se obrigada a recuar para uma versão menos ambiciosa de voluntariado. Voluntário será agora, para efeitos legais, todo aquele que, sem perda de direitos ou de salários, cumpra um horário normal mas em funções indiferenciadas, no exterior da empresa que o emprega. O empresário paga-lhe o salário, as despesas de deslocação, o subsídio de refeição, os descontos para a segurança. Não tem, no entanto, direito a qualquer regalia. Por acordo estabelecido com o patrão irá, em certo dia do mês, limpar matas, pintar muros ou levar refeições a idosos.



Cruz e encruzilhada (4)

Receberá a classificação de voluntário. Durante essa jornada solidária, o administrador trabalha em pé de igualdade com o seu motorista, com o pedreiro, com o porteiro ou com o pintor. Sentam-se à mesma mesa e tomam, em conjunto, a mesma refeição. No dia seguinte tudo voltará à rotina normal. O chefe é o chefe e o pedreiro, o pedreiro. Mas a memória de alguns ficará marcada pela inesquecível experiência de terem sido iguais, por um dia, ao seu chefe ou ao seu patrão. Ao deslocar para o patronato a organização do voluntariado, a igreja reforça a ligação com o empresariado e faz avançar um passo, entre alguns trabalhadores, a sua imagem de marca. Ainda assim, as empresas portuguesas figuram na cauda das adesões europeias a esta iniciativa. Todas as actuais aderentes estão, aliás, conotadas com o grupo empresarial católico. A TELECOM, de Murteira Nabo, pintou um muro para a AMI (Assistência Médica Internacional), levou algumas crianças com Sida ao Oceanário e foi arrancar raízes de acácias na Serra de Sintra. Outras multinacionais, como a SIEMENS, a IBM, a INOV, a PEC, a DELEUTE ou a EUROSISTEM, tiveram actividades semelhantes e dedicaram-se, por um dia, a tranquilizar passageiros dos comboios, a distribuir refeições aos pobres ou a confortar os peregrinos de Fátima.

Entretanto, todos estes ensaios se revelam desproporcionados face ao gigantismo atingido pelos problemas sociais em Portugal. O voluntariado não é solução credível. Nem é deste modo que a igreja virá, um dia, a passar a ponte. Estranha-se que a hierarquia não tente qualquer acção directa, junto dos tra-

balhadores opção que lhe seria mais vantajosa. E esta céptica estranheza parte do interior da própria igreja.

As dúvidas começam então a esboçar-se. A igreja é poderosa e utiliza sempre a sua força quando se trata da defesa dos seus interesses. Ora, se o episcopado português diverge nalguns aspectos, não há perigo eminente de ruptura hierárquica ou de simples insubordinação. Porquê, então, ficam-se os bispos por propostas vagas e anémicas? Incapacidade de afirmação ou mudança de estratégia global?

A manobra estratégica

Dá que pensar o recente anúncio de Manuel Monteiro acerca de uma próxima constituição de um novo partido democrata-cristão a envolver católicos, grandes empresários e alas da direita tradicional portuguesa. A revelação poderá parecer precipitada e acusar as marcas de uma certa leviandade. Certo é, porém, que a hierarquia não se pronunciou oficialmente sobre a declaração. O que é estranho. Há motivos de preocupação. Caso Monteiro venha a ter razão, todo o longo esforço do episcopado destinado a promover a imagem de uma igreja continuadora do Concílio Vaticano II cairá por terra. A igreja-instituição revelar-se-á como aliada do grande capital e o clero assumir-se-á como corpo político de intervenção materialista na sociedade civil. O inverso da cosmética doutrinal. Expirará, então, o mito de que a igreja não representa para o capitalismo uma verdadeira tábua de salvação.

Pontos Cardeais

Crises

No «Barcelona Meeting Point» - um encontro dos grandes empresários e investidores do sector da construção civil realizado nesta cidade catalã - os agentes desta actividade manifestaram-se optimistas quanto ao que aí vem no próximo ano em matéria de negócios, considerando que a construção civil prosseguirá «em alta» devido à retracção do mercado financeiro, que é como quem diz do investimento na especulação bolsista. «Na actual conjuntura o imobiliário vai tornar-se uma interessante alternativa de investimento, dado que outros sectores, como a bolsa, estão numa fase bastante complicada», afirma taxativamente o director-geral da Associação dos Industriais de Construção de Edifícios, João Pessoa e Costa, no DN.

Ora aqui está a «grande visão estratégica» dos empresários do sector imobiliário português: apostam na deslocação do investimento especulativo em bolsa para a especulação... imobiliária - e é para isso que continuam esperançosamente a construir no próximo ano! O que é preciso é que o dinheiro entre, né? Que o desenvolvimento vá pelo cano abaixo e o mercado habitacional fique ainda mais escandalosamente desregulado e inacessível, isso não interessa.

Ah, grande tecido empresarial português!

Ilações

Fernando Gomes, de novo candidato pelo PS à Câmara Municipal do Porto, afirmou esta semana aos microfones da RDP que «se o PS não conseguir manter ou vier a perder câmaras como Lisboa, Coimbra e Setúbal, isso deverá ser um desastre, de que se devem tirar ilações no interior do PS e do País».

Após ameaçar com as suas «ilações» sabe-se lá quem, dentro do seu próprio partido, Fernando Gomes avançou de peito feito para a intempérie e garantiu que se ele próprio

falhar a maioria absoluta na Câmara Municipal do Porto - o seu «grande objectivo» pessoal nas próximas eleições autárquicas -, considerará isso como «um retrocesso» na sua carreira.

E como é um homem de ilações, já tirou antecipadamente a que ele próprio aplicará, em caso do tal «retrocesso». Pelo que avisou: «Mas não deixarei por isso de assumir a presidência da Câmara.»

É assim mesmo! Tirar ilações é sempre bom... desde que aplicadas aos outros...

Desafios

O ministro das Finanças, Oliveira Martins, lançou um desafio «a todos os partidos com assento parlamentar e a todos os parceiros sociais para contribuírem positivamente» para o Orçamento de Estado de 2002. Muito abrangente, o ministro especificou: «Somos obrigados a pôr o que nos une acima do que nos separa. Não podemos desperdiçar esta oportunidade.»

Olhando para o Orçamento que o Governo apresentou e, sobretudo, ponderando as reacções que obteve, temos uma ideia clara de quem está a ser «desafiado» pelo ministro: não é certamente o patronato, que já manifestou o seu «apoio moderado» ao orçamento (portanto, a sua «contribuição positiva» está garantida), mas as centrais sindicais e a generalidade dos partidos da oposição, que já se manifestaram contra (embora por razões diferentes).

Como é que se pode «unir» a satisfação do patronato e dos grandes grupos económicos (a cujos ditames e exigências o Governo cedeu em toda a linha neste Orçamento) com a mais que legítima insatisfação de todos os outros parceiros, ostensivamente penalizados a favor dos primeiros?

É óbvio que a única «união» aqui presente é a do Governo com os interesses do capital. «Oportunidade» que, mais uma vez, o Executivo do engenheiro Guterres não «desperdiçou»...

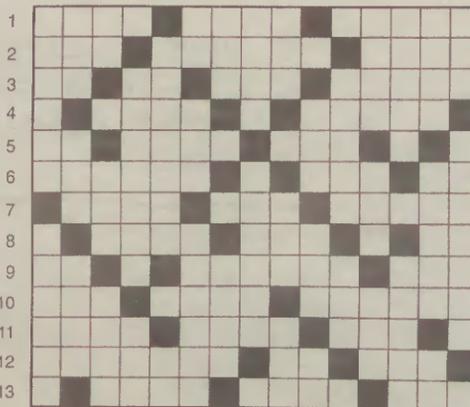
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Gigante mitológico que quis escalar o céu e destronar Júpiter; fuma; carecido. 2 - Nome próprio masculino; leitão; reduzir a gelo. 3 - Pedra de anolar; sorri; espaço de 12 meses; grande recinto onde antigamente, em Roma, se realizavam jogos públicos. 4 - A parte amarela do ovo; planta espinhosa. 5 - Designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc.; abertura na terra; sinal radiotelegráfico internacional para pedir socorro. 6 - Soleira da porta; certamente; atmosfera. 7 - Prenda; bílis; peça de ferro em que o cavaleiro apoia o conto da lança, quando a eleva horizontalmente para investir. 8 - Cura; vaso de pedra para líquidos; prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações. 9 - Existes; planta leguminosa que dá o pau-brasil; tumba. 10 - Chiste (fig.); dividir ao meio; claridade precursora do nascer do sol. 11 - Camareiras; ave pernaltá, da família dos cultrirostros; interj. imitativa de pancada ou designativa de procedimento rápido, decidido. 12 - Rapagão; a si mesmo; prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção. 13 - Grande cão de fila; parte do membro inferior ou posterior dos animais vertebrados, que tem por esqueleto o fémur e que vai desde o joelho até ao tronco; órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina.

VERTICAIS: 1 - Caixa de rufo; gergelim. 2 - O m.q. eiró; como assim? (interj.); vestuário de mulher, que fica da cintura para baixo. 3 - Planta liliácea da China; duas vezes; folha de ferro delgada, laminada e estanhada, também chamada folha-de-flandres. 4 - Enfeitar; ponto cardeal oposto ao norte. 5 - Que ou o veículo que tem dois motores; pêlo de alguns animais, em especial do carneiro. 6 - Naquele lugar; insignificância; o que trata da abegoaria. 7 - Vazia; escasso. 8 - Sólido de base circular ou elíptica, terminando em ponta; observação. 9 - Argola; o m.q. lírio; costume. 10 - Prep. que indica várias relações, como companhia, modo, oposição, etc.; camareira; pref. de origem latina que exprime a ideia de separação, afastamento, extracção. 11 - Unir por casamento; fulgor. 13 - Actuar; anuência; chefe político no Oriente. 13 - Tardio nos movimentos; costurar. 14 - Pau roliço e comprido com que se impelem as bolas do bilhar; acender; terceira nota da escala musical. 15 - Declamo; relativo a génio.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Titã; local; fuma; 2 - Mq; r; anol; c; 3 - Arg; 4 - Arg; 5 - Arg; 6 - Arg; 7 - Arg; 8 - Arg; 9 - Arg; 10 - Arg; 11 - Arg; 12 - Arg; 13 - Arg; 14 - Arg; 15 - Arg. VERTICAIS: 1 - Arg; 2 - Arg; 3 - Arg; 4 - Arg; 5 - Arg; 6 - Arg; 7 - Arg; 8 - Arg; 9 - Arg; 10 - Arg; 11 - Arg; 12 - Arg; 13 - Arg; 14 - Arg; 15 - Arg.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

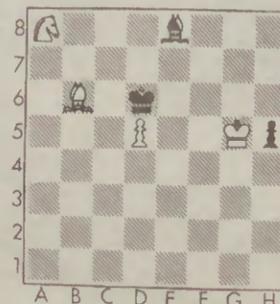


Xadrez

DCCCXVIII - 25 DE OUTUBRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X36

Por: A. Troitzki
«Deutsche Schachzeitung», 1912

Pr.: [3]: Ph5 - Bc8 - Rd6
Br.: [4]: Pd5 - Ca8 - Bb6 - Rg5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO [N.º 2001X36/A.T.]

1. Bg1, Bf7; 2. Bh2+, R:d5; 3. Rf6, Bg6; 4. Rg7, Bc6; 5. Cg7+ e.g.g.

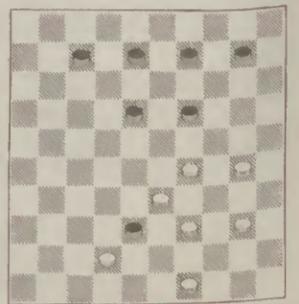
A. de M. M.

Damas

DCCCXVIII - 25 DE OUTUBRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001B36

Por: P. van DIJK
NL, 1971

Pr.: [7]: 7-8-9-10-18-19-38
Br.: [7]: 29-30-33-39-40-42-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO [N.º 2001B36/P. van D.]
1. 39-34, (38:47=0); 2. 29-23, (47:44);
3. 23:5=0, (44:35); 4. 5:1, (35:24); 5. 34:30,
(-); 6. 1-40+3, ... (44-50/44-6); 4. 5:1, (-);
5. 49-44 [ou 1-6, conforme a DPr.] +

A. de M. M.

Reuniões e outras actividades do PCP

Lisboa
Plenário do Sector de Empresas da Amadora: hoje, 25, às 18h30, no CT da Amadora (Av. da República, 20-2.º).
Reunião de Reformados bancários: Hoje, 25, às 14h30, no CT Vitória.
Noite de Fados, promovida pela Comissão de Freguesia de S. Jorge de Arroios: sábado, 27, às 22h00, na Escola 14 (Largo do Leão). Inscrições até sexta-feira, 26, para o tel: 213307000, cam. Luísa Mota.
Reunião da Célula da RTP: segunda-feira, 29, às 21h00, no CT Vitória.
Reunião do Sector da Comunicação Social: terça-feira, 30, às 21h00, no CT Vitória.
Reunião do Sector das Artes e Espectáculos: terça-feira, 30, às 18h30, no CT Vitória.
Plenário da Célula da Carris: quarta-feira, 31, às 18h00, no CT Vitória, para discutir situação política, social e da Carris e o reforço e dinamização da organização do Partido. Com a participação de Jerónimo de Sousa.
Jantar Comemorativo da Revolução de Outubro, do Sector de Transportes: sexta-feira, 9 de Novembro, às 20h00, no CT Vitória, com a participação de Francisco Lopes. Preço: 2000\$00.
Passeio-convívio cultural da organização da Ajuda, com almoço de São Martinho no restaurante Ponte d'Asseca, em Santarém: domingo, 11 de Novembro, com partida da Calçada da Ajuda, junto ao n.º 226, às 07h30. Preço previsto: 5750\$00.

Marinha Grande

Lançamento do livro de Joaquim Gomes: sábado, 27, às 21h00, no Auditório do Museu do Vidro.

Vila Franca de Xira

Plenário de militantes da Freguesia de Vila Franca de Xira: sexta-feira, 26, às 21h00, no CT.

Juventude CDU



Guimarães

Concurso de Pesca no Rio Couros (junto ao Shopping): sábado, 27, às 15h00.

Inscrições no CT do PCP, em Guimarães.

Setúbal

«À Conversa com Carlos Sousa», candidato à Presidência da Câmara Municipal: hoje, 25, às 22h00, no Conventual Bar, Festa da Juventude CDU, com animação de rua, poesia, concerto musical: sábado, 27, na sede concelhia da candidatura CDU.

Vila Franca de Xira

Concerto Juventude CDU Sábado, 27, às 21h00, no G. D. Povoense

Tempo Antena do PCP na RTP1 sexta-feira, dia 26 a seguir ao Telejornal

CDU apresenta candidatos

No Faial
 Hoje, 25, às 21h00
Apresentação pública dos candidatos da CDU
 aos órgãos autárquicos do Faial com a participação de António Bulcão e José Decq Mota

No Montijo
 Sexta-feira, 26, às 21h00
Apresentação pública dos candidatos da CDU
 à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia do Montijo na Sala de Sessões da Assembleia Municipal, com a participação de Afonso Luz e José Casanova

Na Nazaré
 Sexta-feira, 26
Apresentação pública dos candidatos da CDU
 à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Freguesias da Nazaré com a participação de Arnaldo Miranda

Em Benavente
 Sexta-feira, 26, às 20h00
Apresentação pública dos candidatos da CDU
 aos órgãos autárquicos do concelho de Benavente no restaurante «O Miradouro» com a participação de Jorge Cordeiro

Nas Caldas da Rainha
 Sábado, 27
Apresentação pública dos candidatos da CDU
 à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Freguesias de Caldas da Rainha com a participação de Odete Santos

Em Ferreira do Zêzere
 Domingo, 28, às 13h00
Apresentação dos candidatos da CDU
 aos órgãos municipais de Ferreira do Zêzere num almoço-convívio de candidatos e apoiantes da CDU no restaurante «Ponte do Zêzere» Participam Linda Silva e Morais e Castro

Em Reguengos de Monsaraz
 Sábado, 3 de Novembro, às 17h30
Apresentação pública dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho de Reguengos de Monsaraz
 no Solar Monsaraz



Carlos Carvalhas

Em Odivelas

Hoje, 25, às 15h30
Visita à CURPIO

Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas (R. Rainha D. Estefânea, Lote 4 - Loja), às 21h00
Festa de apresentação das candidaturas CDU
 aos órgãos autárquicos do concelho de Odivelas nos Jardins do Convento D. Dinis com Natália Santos e João Manuel Tudela

Carlos Carvalhas intervirá cerca das 22h00

Loures

Hoje, 25, às 17h30

Convívio com os trabalhadores da Câmara Municipal, no Refeitório da Câmara

Braga e Viana do Castelo

Sexta-feira, 26, às 16h30

Acção de esclarecimento no centro da cidade de Vizela, às 18h30

Encontro com a população de Barcelos
 na Biblioteca Municipal (antigo Lg. dos Bombeiros)

Carlos Carvalhas intervirá cerca das 19h00 às 20h00

Jantar-convívio de candidatos da CDU

em Santoínho, Darque, Viana do Castelo

Carlos Carvalhas intervirá cerca das 21h45

Almada

Sábado, 27, às 16h00, na Academia Almadense

Sessão Pública de encerramento da

Campanha «100 Mil assinaturas por salários mais justos.

mais qualidade de vida»

com a participação, ainda, de Jerónimo de Sousa e Bernardino Soares

Porto

Domingo, 28, às 15h00

«O Distrito do Porto em Conferência -

A Visão e Propostas da CDU»

no Instituto Superior de Engenharia do Porto

(R. Dr. António Bernardino de Almeida, Asprela, Paranhos).

Com Fernando Moreira, Honório Novo, Ilda Figueiredo, Luís Carlos,

João Torres, Jorge Sarabando, Pimenta Dias, Regina Sardoeira,

Rui Sá, Sérgio Teixeira.

Carlos Carvalhas encerrará a Conferência às 17h30

Seixal

Terça-feira, 30, às 20h30

Jantar de apoiantes da CDU do concelho

no restaurante «Quinta Valenciana»

Carlos Carvalhas intervirá cerca das 22h00

Outras iniciativas da CDU

nómico do Concelho de Coruche: sexta-feira, 26, às 21h00, no Auditório do Museu Municipal de Coruche.

Évora

Apresentação de candidatos da CDU em Vimieiro, concelho de Arraiolos, no Salão de Festas do «Marinheiro»: sábado, 27, às 16h00. Com a participação de Jerónimo Loios, cabeça de lista da CDU à CM de Arraiolos, e Jorge Cordeiro, da Comissão Política do PCP.

Lisboa

Apresentação dos candidatos do PCP à freguesia de Marvila, no domingo, 28, às 16h00, na Casa do Concelho de Cinfães (Rua Fraternidade Operária, 15). Com convívio e animação ao vivo.

Loures

Apresentação da lista de Portela, com jantar: sexta-feira, 26, às 20h30, na Esplanada de Portela, com a participação de Adão Barata, candidato à CM de Loures e Maria Eugénia Coelho, candidata à AM de Loures.
Sessão Pública sobre o Programa Eleitoral da CDU: sexta-feira, 26, na Casa da Cultura de Santa Iria de Azóia.
Reunião da CDU: sexta-feira, 26, às 21h00, em Bucelas.

Visitas de candidatos às freguesias de Sacavém e Frielas: sábado, 27, em às 09h30. Em Santo António dos Cavaleiros, haverá, ainda, distribuição de documentos e encontro com Associação de Moradores, na parte da manhã, nas Torres da Bela Vista, Paradelas; à tarde Cidade Nova e Flamengo.

Visita de candidatos à freguesia de São João da Talha: domingo, 28, também às 09h30.

Sessão pública sobre o Programa Eleitoral da CDU: segunda-feira, 29, às 21h00, em Sacavém.

Reunião de candidatos da CDU: quarta-feira, 31, às 21h00, em São João da Talha.

Mação

Debate sobre «A agricultura e a floresta no desenvolvimento socioeconómico do concelho de Mação»: sábado, 27, às 21h00, no Salão Paroquial. Com a participação de Lucílio Martins, José Ferreira Tão e Carlos Filipe, candidato à AM de Mação.

Oeiras

Debate público sobre «Plano Director Municipal de Oeiras», hoje, às 18h30, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, com Alcino Salvado, candidato à Câmara Municipal de Oeiras pelo Partido Ecológico «Os Verdes», Arnaldo Pereira, cabeça de lista da CDU à CM de Oeiras e actual vereador, José António Tavares da Cruz, cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Oeiras, e Pedro Vieira Talhinhas, candidato da CDU à CM de Oeiras.

Ovar

Colóquio sobre o «Plano Director Municipal e Qualidade de Vida»: sexta-feira, 26, às 21h30, no auditório das novas instalações da Junta de Freguesia de Ovar. Participam Eduardo Anselmo Castro, Helder Ventura, Joana Lima e Daniel Branco.

Palmela

Encontro CDU com Agentes Educativos: hoje, 25, às 18h00, na Casa Mãe Rota dos Vinhos.

Jantar de apresentação de candidatos à Junta de Freguesia de Pinhal Novo: sexta-feira, 26, às 20h00, nos Bombeiros Voluntários.

Encontro CDU com Trabalhadores da Autarquia: terça-feira, 30, às 17h30, no Cine-Teatro S. João, em Palmela.

Seixal

Reunião CDU com dirigentes das Escolas Básicas 1, Jardins de Infância, Apoio Educativo, Delegados Escolares: sexta-feira, 26, às 16h00, no Auditório da Junta de Amora.

Distribuição do Jornal da CDU concelhio: sábado, 27, às 09h00, com candidatos e activistas nos mercados do concelho.

Encontro com a população de Amora, para contributos ao Programa Eleitoral: sábado, 27, às 15h00, no Centro Cultural e Desportivo das Paivas.

Sesimbra

Debate sobre Ambiente e Qualidade de Vida: sexta-feira, 26, às 21h30, na Escola Básica 1,2,3 da Quinta do Conde.

Debate sobre Desenvolvimento Económico - Perspectivas para o Concelho: sábado, 27, às 21h30, no SanaParque, Sesimbra Hotel.

Setúbal

Debate dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho de Setúbal com os professores do concelho: hoje, 25, às 21h30, na Albergaria Laitau, com a participação de Carlos de Sousa, candidato da CDU à presidência da CM de Setúbal.

Carlos Sousa à conversa com os trabalhadores da CM de Setúbal: sexta-feira, 26, às 21h30, na sede concelhia da Candidatura CDU, em Setúbal.

Viana do Alentejo

Reunião plenária da Coordenadora da CDU, para discussão do Programa Eleitoral: sábado, 27, às 18h00. Após a reunião, abertura da Sede de Campanha da CDU em Viana do Alentejo, com a participação de Estevão Pereira, cabeça de lista da CDU à CM de Viana do Alentejo.

Vila Franca de Xira

Conferência de imprensa para apresentação de propostas da CDU relativamente à resolução dos problemas das acessibilidades: hoje, 25, às 17h30, junto aos CTT de Alverca do Ribatejo, com José Neves e outros candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho.

Apresentação da Comissão de Honra de apoio à candidatura de José Neves, candidato à presidência da CM de Vila Franca de Xira: sexta-feira, 26, às 18h30, na Sede da Candidatura da CDU.

Debate sobre as Freguesias de Vialonga e Calhandriz: sexta-feira, 26, às 21h30, na Sede de Candidatura da CDU, em Vila Franca de Xira.

Contacto de candidatos da freguesia e municipais, sábado 27, nas freguesias de: Vialonga, às 09h30; Alverca, às 09h30; V.F.Xira, às 10h00; Cachoeriras, às 15h00.

Distribuição de documentos na Póvoa de Stª Iria: terça-feira, 30, às 17h00.

Debate na Póvoa da Iria sobre Requalificação Urbana: terça-feira, 30, às 21h00, no G.D.Povoense, com José Neves.

Debate sobre Saúde e Acção Social: quarta-feira, 31, às 21h00, na Sede de Candidatura da CDU em Vila Franca de Xira, com José Neves.

ATVer

A Máscara de Zorro, um elenco de luxo para um feliz regresso do espadachim da máscara



O Sono Derradeiro

(Sábado, 27.10.01, RTP-1)

Revisitar, com nova versão, um clássico como **The Big Sleep**, de Howard Hawks, é empresa arriscada a que o realizador britânico **Michael Winner** meteu corajosos ombros. E não se saiu mal: deslocando inteligentemente a intriga para a Inglaterra dos anos 70 (território onde ficou muito mais à vontade para pôr de pé uma produção britânica de luxo), Winner volta a contar-nos este apaixonante enigma de crime, violência e morte descodificado pelo detective privado Philip Marlowe durante a investigação de um caso de chantagem sobre a filha mais nova de um velho e rico general na reserva, que o contrata para o efeito. A história, genialmente criada pelo escritor norte-americano Raymond Chandler, é respeitada ao pormenor (tal como o fizera Hawks), o papel de Marlowe – imortalizado por Humphrey Bogart na primeira versão – é entregue a **Robert Mitchum**, a filha do general – também fixada «para todo o sempre» por **Lauren Bacall** – é interpretada por **Sarah Miles** e o resultado é bastante satisfatório: embora sem fazerem esquecer o par Bogart/Bacall (os mitos são intransponíveis), Mitchum e Miles dão boa conta deste difícil recado com interpretações personalizadas e autónomas (Mitchum dando-nos um Philip Marlowe melifluamente bonacheirão e Sarah Miles uma filha de general explicitamente erótica), enquanto Winner, sem destronar a obra-prima de Hawks, assina um trabalho com qualidade e competência.

Wild Wild West

(Sábado, 27.10.01, SIC)

Os «homens de negro» estão de volta pela mão do mesmo realizador do filme original, **Barry Sonnenfeld**, só que, desta vez, não enfrentam ameaças alienígenas e... fazem uma «viagem no tempo» até ao século XIX, onde são encarregados pelo então presidente dos EUA, **Ulisses Grant**, de capturar um perigoso «inventor» de armas e engenhocas (**Kenneth Branagh**). **Will Smith** empareceira desta vez com **Kevin Kline**. Com tal trio a comédia safa-se e até nos leva a embarcar no estapafúrdio da história.

A Outra Face

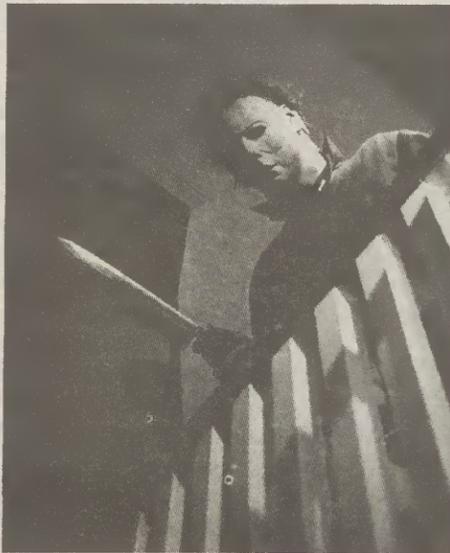
(Domingo, 28.10.01, SIC)

Um polícia do FBI (**John Travolta**) faz uma sofisticada operação plástica para «trocar de rosto» com um perigoso psicopata (**Nicolas Cage**) com o objectivo (e a missão) de penetrar nos meandros da organização criminosa que este último lidera, só que as coisas dão para o torto (como não podia deixar de ser...), os papéis invertem-se, o caçador passa a presa e o agente do FBI vê-se em palpos de aranha para readquirir a sua própria identidade. Uma ideia promissora de que **John Woo**, o realizador, extrai sobretudo um festival de pancadaria com todos os efeitos especiais e a maestria que se lhe reconhece neste campo.

A Máscara de Zorro

(Domingo, 28.10.01, TVI)

Um elenco de luxo (**Antonio Banderas**, **Anthony Hopkins** e **Catherine Zeta-Jones**) para este regresso de grande orçamento às aventuras de Zorro, o espadachim que no México do século XIX castigava os maus e defendia os pobres e oprimidos. Com os meios utilizados, a



Halloween, o Regresso do Mal um filme de culto

qualidade do elenco e a competência da realização de **Martin Campbell**, este regresso às estafadas aventuras do espadachim encapuçado estava fadado para o sucesso. Um bom divertimento.

A Noite da Vingança

(Domingo, 28.10.01, TVI)

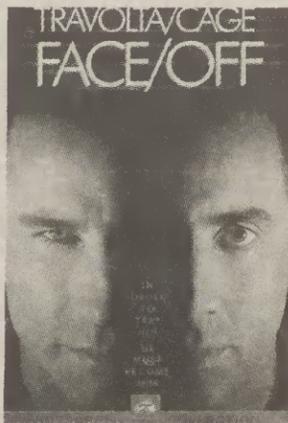
Notável realização de **Roman Polanski**, **A Noite da Vingança** conta-nos, no sufocante espaço concentracionário da residência de praia de um casal isolado pela tempestade, o dramático confronto da mulher (**Sigourney Weaver**) com o presumível torcionário no país da América Latina, e que ela julga reconhecer num amável vizinho que lhes veio prestar auxílio. Perante a estupefacção do marido (**Stuart Wilson**), a mulher amarra o vizinho e procura extrair-lhe a confissão, para legitimar a sua vingança. Um jogo de espelhos moral e um filme de mão-cheia, servido por interpretações de altíssimo nível. De longe, o melhor filme da semana.

Halloween, o Regresso do Mal

(Quarta-feira, 31.10.01, RTP-1)

John Carpenter, hoje reconhecido e inflacionado como um dos grandes criadores do cinema de terror norte-americano contemporâneo, atingiu a celebridade nos anos 70 primeiro com o original **Assalto à 13.ª Esquadra** (talvez a sua obra maior) e, depois, com este **Halloween**, que se transformaria

numa obra de culto, inúmeras vezes imitado e citado e nunca igualado. Esta história de terror é de uma simplicidade apavorante: um demente à solta numa pequena cidade norte-americana entretém-se a matar adolescentes na noite do Halloween – uma festa muito popular nos EUA –, com uma frieza, impunidade e ausência de motivação verdadeiramente arrepiantes. Aliás, a «chave» do cinema de terror de Carpenter assenta, precisamente, nesta ideia linear: a apresentação de crimes brutais e sem motivação aparente, o que os torna muito mais inquietantes. A matriz ficou delineada no supracitado (e particularmente brilhante) **Assalto à 13.ª Esquadra**; **Halloween, o Regresso do Mal** é uma derivação *gore* e psicopata do género.



A Outra Face, um festival de pancadaria numa troca de identidades...



A Noite da Vingança, de Roman Polanski, de longe o melhor file da semana

Quinta, 25

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.00 Pedra sobre Pedra
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.45 Vidas de Sal
17.15 Privilégio de Amar
18.05 Carita de Anjo
18.55 Quebra-Cabeças
19.35 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 Paraíso Filmes
22.30 Grande Informação
23.45 Serviço de Urgência
00.45 24 Horas
01.00 «Saías acima»
(de Gerald Thomas, UK/1968, com Sidney James, Kenneth Hawtrey, Roy Castle. *Comédia*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
12.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 Serviço Público
15.00 Portugalmente
15.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Clube da Europa
20.00 O Espírito da Democracia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.20 História do Jazz (6)
00.10 «Os noivos» (de Ermanno Olmi, Itália/1962, com Carlo Cabini, Lamberto Calmi. *Drama*)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.25 A Viagem
16.35 New Wave
17.10 Um Anjo Caiu do Céu
18.20 A Padroeira
19.10 Ganância

Sexta, 26

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.00 Pedra sobre Pedra
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.45 Vidas de Sal
17.15 Privilégio de Amar
18.05 Carita de Anjo
18.55 Quebra-Cabeças
19.35 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 Segredo de Justiça
23.00 «Morte à Vista»
(Lotação esgotada)
00.50 Histórias da Noite
01.20 24 Horas
01.50 «Todos são Animais»
(de Jeremy Thomas, UK/1998, com John Hurt, Christian Bale, Daniel Benzali. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
12.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 Retratos: «Fernanda de Castro, a Ilha da Solidão»
15.00 Portugal
15.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Programa não designado
20.00 O Espírito da Democracia
20.55 Escândalos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.25 «O Emprego»
(De Ermanno Olmi, Itália/1961, com Loredana Detto, Sandro Panzeri, Tullio Kezich. *Drama*)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
15.25 A Viagem
16.35 New Wave

Sábado, 27

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Comentário não designado
16.30 Danza Café
17.30 Senhora das Águas
18.50 Futebol:
P. Ferreira-Sporting
21.15 Telejornal
22.20 Sábado à Noite
23.20 «Rock de Fogo»
(Longa-metragem)
01.10 24 Horas
01.30 Máquinas
02.10 «O Sono Derradeiro», (de Michael Winner, UK/1978, com Robert Mitchum, Sarah Miles, Oliver Reed. *Policia*).
Ver **Destaque**

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.05 «Quando Troveja»
(de Manuel Mozos, Port/1999, com Miguel Guilherme, José Wallenstein, Raquel Dias, Isabel de Castro, João Perry. *Drama*)
21.00 Horizontes da Memória



A animação infantil pode divertir e também educar



Hora Viva, na RTP2, continua a dar o tempo e a situação do trânsito

20.00 Jornal da Noite
21.15 As Filhas da Mãe
22.10 Porto dos Milagres
23.25 Noites Marcianas
01.00 Jerry Springer Show
01.45 Os Sete Magníficos
02.45 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.40 Dona Anja
15.30 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 Big Brother
00.10 Ally McBeal
01.10 Última Edição
02.00 «Preso no Espaço»
(de Robert Munic, EUA/1996, com Arye Gross, Jeff Speakman, Jeffrey Meek. *Ficção*)
04.00 Os Segredos de Verónica

17.10 Um Anjo Caiu do Céu
18.20 A Padroeira
19.10 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.15 As Filhas da Mãe
22.10 Porto dos Milagres
23.25 Noites Marcianas
01.30 Jerry Springer Show
02.15 Espaço Cinema

▼ TVI

08.30 Animação infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.40 Dona Anja
15.30 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
18.00 Big Brother
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 Big Brother
00.10 «A Última Caminhada»
(de Tim Robbins, EUA/1995, com Susan Sarandon, Sean Penn, Robert Prosky. *Drama*)
03.30 Os Segredos de Verónica

21.30 Bombordo
22.00 Programa não designado
22.30 Jornal 2
23.25 O Lugar da História
00.20 Britcom
01.20 «A Circunstância»
(de Ermanno Olmi, Itália/1973, com Loredana Savelli, Gaetano Porro, Raffaella Bianchi. *Drama*)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Mundo VIP
16.00 «Meu Pai, o Herói»
(de Steve Miner, 1994, com Gérard Depardieu, Laura Hutton, Dalton James. *Comédia*)
18.00 «Wild Wild West»
(de Barry Sonnenfeld, EUA/1999, com Will Smith, Kevin Kline, Kenneth Branagh, Salma Hayek. *Comédia*). Ver **Destaque**
20.00 Jornal da Noite
21.15 «Um Homem não é um Gato» (de Marie Brand, Port/2001, com São José Correia, José Henrique Neto, Manuel João Vieira)
23.25 Identidade Perigosa
01.45 «Sob Pressão»
(de Craig R. Baxle, 1997, com Charlie Sheen, Mare Winningham, David Andrews. *Thriller*)

▼ TVI

08.00 Animação
10.45 Top Rock
12.00 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 4º a Fundo
14.45 Contra-Ataque
15.30 «Anjos da Casa»
(de Robert King, EUA/2000, com Patrick Warburton, David Alan Grier, Britney Irvin)
17.45 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Concurso «Survivor»
23.45 «O Acidente» (de Chuck Bowman, EUA/1997, com Donna Bullock, Matt McCoy, Bonnie Root, Teddi Siddall. *Drama*)
01.45 «Grottesco» (de John Paul Davidson, Ing/1997, com Alan Bates, Theresa Russell, Sting, John Millis)

Domingo, 28

- ▼ RTP1**
 07.30 Infantil/Juvenil
 12.00 Felicity
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Made in Portugal
 15.30 «Supernan 2: A Aventura Continua» (Aventura)
 18.00 Imagens
 18.30 Domingo Desportivo
 20.00 Telejornal



«Porto dos Milagres» aproxima-se do fim

- 21.10 O Sabotador
 22.10 «Cúmplice à Noite» (de Mike Figgis, EUA/1997, com Wesley Snipes, Nastassja Kinski, Ming-Na Wen. *Comédia*)
 00.00 24 Horas
 00.20 «Uma Dádiva da Vida» (de Robert Markowitz, EUA/1997, com Jamie Lee Curtis, Alan Bates, Kate Eisenberg. *Drama*)

- ▼ RTP2**
 07.00 Euronews
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.30 Horizontes de Memória
 12.00 Verdaderamente Insólito
 12.30 Palácio de Cristal
 13.30 «Quem Sai aos Seus»
 14.00 Desporto 2
 18.15 Amazônia, Último Aviso
 19.15 Onda Curta
 19.45 Oh Baby (1) (Estreia)
 20.30 Artes e Letras
 Grupo Puzzle
 21.30 In a Land of Plenty (Estreia)
 22.30 Jornal 2
 23.25 Travessa do Cotovelo
 00.30 «A Arvore dos Tamancos» (de Ermanno Olmi, Itália/1978, com os camponeses da região de Bergamo. *Drama*)
 03.30 2010

- ▼ SIC**
 08.00 SIC a Abrir
 12.00 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 «Inimigo Público nº 1: O Pai» (Longa-metragem)
 15.50 «O Pai da Noiva II» (de Charles Slyer, 1995, com Steve Martin, Diane Keaton, Martin Short, Kieran Culkin. *Comédia*)
 17.40 «A Outra face» (de John Woo, 1997, com John Travolta, Nicolas Cage, Joan Allen, Gina Gershon. *Thriller*. Ver *Destaque*)
 20.00 Jornal da Noite
 21.30 O Espírito da Lei
 22.30 Herman SIC
 00.45 «Um Ninja Americano» (de Sam Firstenberg, 1987, com Michael Dudikoff, Steve James, Larry Poindexter. *Ação*)
 02.45 Os Sete Magníficos
 03.30 Portugal Radical



Um Homem Não é Um Gato – o novo telefilme da SIC

- ▼ TVI**
 08.30 Animação
 10.00 Cerimónias Religiosas
 13.00 TVI Jornal
 13.45 Lux
 14.45 «Depois de um Milagre» (de Daniel Petrie, EUA/1998, com Roma Maffia, Moira Kelly, Christina Pickles)
 16.30 «Uma Boneca de Sonho» (de Mark Rosman, EUA/2000, com Tyra Banks, Lindsay Lohan, Jere Burns, Anne Marie Loder)
 18.30 Big Brother
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Filha do Mar
 21.50 Nunca Digas Adeus
 22.50 «A Máscara de Zorro» (de Martin Campbell, EUA/1998, com Antonio Banderas, Anthony Hopkins, Catherine Zeta-Jones. Ver *Destaque*)
 00.50 «A Noite da Vingança» (de Roman Polanski, EUA/1994, com Sigourney Weaver, Ben Kingsley, Stuart Wilson. Ver *Destaque*)

Segunda, 29

- ▼ RTP1**
 07.30 Infantil/Juvenil
 09.30 Praça da Alegria
 12.00 Pedra sobre Pedra
 13.00 Jornal da Tarde
 13.55 Emoções Fortes
 15.45 Vidas de Sal
 17.05 Privilégio de Amar
 18.00 Carita de Anjo
 18.55 Quebra-Cabeças
 19.30 Regiões



«Porto dos Milagres» aproxima-se do fim

- 20.00 Telejornal
 21.00 A Senhora das Águas
 22.00 Sorte Grande
 23.00 Jogo Falado
 00.30 24 Horas
 01.00 «Paixões Fatais» (de Stewart Main, NZ/1993, com Jennifer Ward-Lealand, Kevin Smith, Lisa Chappell. *Drama*)

- ▼ RTP2**
 07.00 Hora Viva
 09.45 Euronews
 12.00 Espaço Infantil-Juvenil
 14.00 Universidade Aberta
 14.30 O Lugar da História
 15.30 Euronews
 17.00 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Rotações
 19.30 A Ciência do Segredo (1) (Estreia)
 20.00 O Espírito da Democracia
 20.55 Jack and Jill
 22.00 Acontece
 22.30 Jornal 2
 23.25 Os Sopranos
 00.20 Electric Money

- ▼ SIC**
 08.00 Buçaré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.10 A Próxima Vítima
 15.00 A Viagem
 16.15 Um Anjo Caiu do Céu
 17.15 A Padroeira
 18.00 New Wave
 19.00 Ganância
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 As Filhas da Mãe
 22.15 Porto dos Milagres
 23.15 D. Flor e Seus Dois Maridos
 00.15 Noites Marcianas
 02.25 Jerry Spinger Show

- ▼ TVI**
 08.30 Animação Infantil
 11.30 Big Brother

Terça, 30

- ▼ RTP1**
 07.30 Infantil/Juvenil
 09.30 Praça da Alegria
 12.00 Pedra sobre Pedra
 13.00 Jornal da Tarde
 13.55 Emoções Fortes
 15.45 Vidas de Sal
 17.15 Privilégio de Amar
 18.05 Carita de Anjo
 18.55 Quebra-Cabeças
 19.35 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.00 A Senhora das Águas
 22.00 Liga dos Campeões (Resumo)
 23.30 Bull
 00.30 24 Horas
 01.00 «Refém de Boa Vontade» (de Stephen Frears, UK/1984, com John Hurt, Tim Roth, Laura Del Sol, Terence Stamp. *Policia*)

- ▼ RTP2**
 07.00 Hora Viva
 09.45 Euronews
 11.00 Espaço Infantil-Juvenil
 14.00 Travessa do Cotovelo
 15.00 Portugalmente
 15.30 Euronews
 17.00 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Bombordo
 19.30 Turna das Ciências
 20.00 O Espírito da Democracia
 20.50 Por Outro Lado
 22.00 Acontece
 22.30 Jornal 2
 23.20 EXD
 23.50 Artes de Palco «Cirque Ingéniex»
 01.30 O Legado

- ▼ SIC**
 08.00 Buçaré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 A Próxima Vítima
 15.15 A Viagem
 16.15 Um Anjo Caiu do Céu
 17.15 A Padroeira
 18.00 New Wave
 19.00 Ganância
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 As Filhas da Mãe
 22.15 Porto dos Milagres
 23.15 D. Flor e Seus Dois Maridos
 00.15 Noites Marcianas
 01.30 Jerry Springer Show
 02.15 Os Sete Magníficos

- ▼ TVI**
 08.30 Animação Infantil
 10.40 Chiquititas
 11.30 Big Brother
 12.00 Filha do Mar
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Big Brother
 15.40 Mundo de Fantasia
 17.45 Big Brother
 19.00 Anjo Selvagem
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Filha do Mar
 22.00 Big Brother
 01.50 A Juíza
 02.50 «Jornada Espacial» (de Richard Pepin, EUA/1997,

Quarta, 31

- ▼ RTP1**
 07.30 Infantil/Juvenil
 09.30 Praça da Alegria
 12.00 Pedra sobre Pedra
 13.00 Jornal da Tarde
 13.55 Emoções Fortes
 15.45 Vidas de Sal
 17.15 Privilégio de Amar
 18.15 Carita de Anjo
 19.05 Bar da Liga
 19.15 Futebol: F.C.Porto-Roseborg
 21.00 Telejornal
 22.40 A Senhora das Águas (Resumo)
 23.40 Liga dos Campeões (Resumos)
 00.40 Andrómeda
 01.30 24 Horas
 02.00 «Halloween, O Regresso do Mal» (de John Carpenter, EUA/1978, com Donald Pleasence, Jamie Lee Curtis, Nancy Loomis. *Terror*. Ver *Destaque*)

- ▼ RTP2**
 07.00 Hora Viva
 09.45 Euronews
 11.00 Espaço Infantil-Juvenil
 14.00 Por Outro Lado
 15.00 Portugalmente
 16.30 Euronews
 17.00 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Onda Curta
 19.30 Gente da Cidade Porto
 20.00 O Espírito da Democracia (último)
 20.50 Edifícios, Pontes e Túneis (1) (Estreia)
 22.00 Acontece
 22.30 Jornal 2
 23.25 Serviço Público
 00.20 Sinais do Tempo
 01.10 Onda Curta Especial

- ▼ SIC**
 08.00 Buçaré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 A Próxima Vítima
 15.15 A Viagem
 16.15 Um Anjo Caiu do Céu
 17.15 A Padroeira
 18.00 New Wave
 19.00 Ganância
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 As Filhas da Mãe
 22.15 Porto dos Milagres
 23.15 D. Flor e Seus Dois Maridos
 00.15 Noites Marcianas
 01.30 Jerry Springer Show
 02.15 Os Sete Magníficos



- 19.00 Ganância
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 As Filhas da Mãe
 22.15 Porto dos Milagres
 23.15 D. Flor e Seus Dois Maridos
 00.15 Noites Marcianas
 02.25 Jerry Springer Show
 03.05 Os Sete Magníficos

- ▼ TVI**
 08.30 Animação Infantil
 10.00 Chiquititas
 10.30 Big Brother
 12.00 Filha do Mar
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Big Brother
 17.50 Mundo de Fantasia
 19.00 Anjo Selvagem
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Filha do Mar
 22.00 Nunca Digas Adeus
 23.00 Big Brother
 00.20 «Jovem Procura Companhia» (de Barbet Schroeder, EUA/1992, com Bridget Fonda, Jennifer Jason Leigh, Steven Weber. *Thriller*)

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto
 Correia da Fonseca

Conversa falhada

Desde os tempos mais remotos do «Travessa do Cotovelo», quando ainda confiado a Maria Lúcia Lepecki e a Maria João Seixas, que tomei o hábito que quase sempre me foi agradável não perder o programa. Mais tarde, por uma razão ou por outra, o agrado foi-se diluindo e acabou por se sumir quase completamente quando da gestão de Rita Ferro, se gestão é palavra consentida na circunstância. Agora, está naquela cadeira Suzete Abreu, que na minha infinita ignorância eu só conhecia pelo benfiquismo. Embora eu sempre considerasse que de Rita para Suzete sempre haveria algum progresso, a verdade é que só no domingo passado voltei à «Travessa». E não, confesso, tanto por causa da própria Suzete Abreu (ou de Mário Zambujal, residente no programa, que bem me merece olhos e ouvidos), como pelo tema anunciado, que seria o da imagem no processo de comunicação, o que logo me sugeria TV e seus arredores imediatos. Escrevi «seria» e na

exemplos e talvez tendo dado ainda muitos mais se lhe tivessem dado tempo para tanto. Não deram, tal como acabaram por não aceder ao que ele pedira por mais de uma vez: que ali também se falasse da Net e, por consequência (suponho eu), dos seus efeitos comunicacionais, informativos e formativos. Tanto quanto pareceu, havia ali quem há muito tempo não falava lá em casa e ali tinha dificuldade em estar um pouquinho a ouvir. Sucede, não é por mal, mas é inevitável que seja a eficácia do programa (e portanto nós, telespectadores) a suportar o dano provocado por tanta sofreguidão. E bem tentou Suzete Alves injectar um pouquinho de ordem, talvez de respeito, na conversa: foi em vão. Ficou assim por abordar um ponto fundamental da provável ementa deste «Travessa do Cotovelo».

O outro bioterrorismo

É verdade que fiquei frustrado pelo resultado final do programa, bem abaixo do que eu inicialmente esperava e até do que os minutos iniciais permitem esperar. A questão é esta: «em cima da mesa», como agora muito se diz pelo menos na televisão, estava a máquina que permite condicionar as cabeças da generalidade das gentes; estava por isso a possibilidade teórica e pelo menos mínima de lançar avisos nítidos aos que constantemente são manipulados, sublinhando-se naturalmente o mais importante. Não seria decerto a sonhada oportunidade de «avisar toda a gente», mas pelo menos a de avisar as centenas de espectadores que ao fim das noites de domingo persistem em assistir a «Travessa do Cotovelo» e não ao «Herman Sic», aos filmes mais ou menos analgésicos da RTP 1 ou da SIC. E, afinal, muito, quase tudo, se perdeu no labirinto dos fragmentos desencontrados ou nas interrupções por vezes um pouco malcriadas e sempre indesejáveis. Entenda-se: não é pecado mortal contribuir para um conjunto de ideias esfarrapadas, e se calhar é assim que geralmente se conversa nos bares. Mas o bar da «Travessa» não é um bar como os outros, bem se sabe, além de que está mais instalado em casa de cada telespectador do que podem supor alguns participantes no programa. E, em verdade, para ouvir inutilidades mesmo que não muito tolas nem preciso de ligar o televisor. Dito isto, é preciso sublinhar que nenhum daqueles participantes me pareceu tonto e que ouvi com maior ou menor prazer os farrapos proferidos por Mário Zambujal, José Rapazote, Inês Pedrosa, até por Marina Tavares Dias. Só que tudo ou quase tudo se dissolveu em falas várias antes de se integrar em conversa que é uma outra coisa. E assim se perdeu o pequenino ensejo de denunciar aos intoxicados, ao menos um pouco, os caminhos da toxicidade (in)formativa que vai tomando conta deles – esse outro bioterrorismo que envenena o futuro.

verdade foi, embora em medida bem menor que a da minha expectativa, mas isso não foi talvez culpa de ninguém, aconteceu. Ainda assim, sobretudo nos primeiros minutos da emissão falou-se de TV, principalmente embora não apenas graças às intervenções de José Rebelo, o jornalista e sociólogo que conhecem do «Acontece» os telespectadores que têm o hábito saudável de ver este programa. Aliás, José Rebelo teve mais uma vez intervenção importante. Abordou designadamente a questão central da impostura mediática assente na imagem e por isso à partida ganhadora da credibilidade da generalidade do público ainda instintivamente vinculado à aparente certeza de «ver com os seus olhos». É claro que há outras muitas e eficazes maneiras de enganar e que todas elas são sabiamente utilizadas pelos profissionais da mentira, especialidade que fez medonhos progressos desde os tempos do velho Goebbels. Mas parece ainda não haver nada tão forte e convincente como a imagem, desse facto dando José Rebelo alguns

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Nem pensem!

Com naturalidade, a notícia no DN anunciava que «FBI encara recurso à tortura», explicando que os «investigadores do FBI, "frustrados" com os métodos habituais para obter confissões [de presumíveis terroristas], pensam recorrer a outras práticas: uso dos "soros da verdade", formas de pressão ou a extradição de suspeitos para países «cujos serviços de segurança utilizam habitualmente "abordagens mais pesadas"», enquanto já corre nos EUA a ideia de «o Supremo Tribunal poder rever as liberdades e direitos dos prisioneiros em casos de terrorismo».

Curiosamente, ainda não vimos nenhum dos apologistas da «grande democracia norte-americana» reagir a tais perspectivas. Devem continuar assoberbados pela «cruzada da cruzada» (antiterrorista, pois claro) que os dirigentes dos EUA, manifestamente, impuseram ao mundo, com o propício concurso dos canalhas que engendraram as atrocidades do dia 11 de Setembro. Mas deviam inquietar-se, os apologetas: não é de somenos – seja a que pretexto for – alienar os direitos e as liberdades dos cidadãos, legitimar a tortura e dar rédea solta aos torcionários numa democracia representativa onde já é tão débil e contingente o primado da justiça. A própria história recente dos EUA o demonstra, com os devastadores efeitos do maccarthismo na sociedade e nas instituições norte-americanas durante o terceiro quartel do século XX. Para além do clima de delação e medo então instalado no grande país e das dezenas de milhares de cidadãos com as vidas arbitrariamente destruídas ou vilipendiadas, a «caça às bruxas» (nessa altura comandada por um bando de sociopatas que tinha por figura de proa Edgar Hoover, o criptoascista que mandava precisamente no FBI) fez estragos gravíssimos na cultura e no próprio desenvolvimento dos EUA. Isto cerceando as liberdades em nome... da liberdade. Entretanto, é inquietante a naturalidade com que notícias destas já circulam pelo órgãos de comunicação ocidentais sem resistência, contestação ou denúncia, só porque se referem aos EUA. Afirmassem um décimo disto as autoridades cubanas ou chinesas, vietnamitas ou venezuelanas – para nos atermos aos países que, em contextos diferentes, ainda erguem a voz ou batem o pé aos EUA – e o que não iria por aí de democrática indignação, a começar pelas próprios responsáveis editoriais dos órgãos que, tão candidamente, difundem estes novos anseios do FBI.

Porém, grave, grave é a perversão securitária que vai fazendo caminho pelo mundo ocidental sob batuta dos EUA. O pretexto do combate ao terrorismo está a escancarar as portas a todas as arbitrariedades do poder instituído – de que esta pretensão do FBI é apenas, mas já, um aforamento –, vendendo a ideia de que os Estados precisam de mãos livres para proteger os seus cidadãos «agora e no futuro», nem que isso signifique coarctar direitos e liberdades individuais e colectivas duramente conquistadas pela Humanidade no quadro de uma luta que, afinal, é sempre a mesma e sempre o será – a que opõe, em latência ou activamente, os grandes usufrutuários do poder (e, por isso, seus ferozes detentores) às grandes massas da população e povos que tudo produzem e nada repartem. E venha o primeiro que demonstre o contrário.

É neste quadro que os atentados nos EUA deram ao imperialismo a inesperada «legitimidade» de pôr em marcha mecanismos repressivos locais e globais impensáveis antes deles. Detentor do poder – e portanto dos conceitos que o regulam e legitimam – o imperialismo já esboça a tentativa de, sem reboço ou contestação, meter no mesmo saco do «perigo terrorista» os factores da Al Qaeda e a liberdade de informação, o totalitarismo fundamentalista e o direito à contestação, tudo se encaminhando para, em nome deste «combate» pela «sobrevivência dos valores ocidentais», se criar uma tabela normativa onde se confundam, na indiscutível profilaxia antiterrorista, protestos sociais e atentados à segurança, greves reivindicativas e sublevações à ordem estabelecida, livre arbítrio e traição, luta pela justiça e conspiração, etc., etc., etc., até à suprema ironia de que, afinal, quem estava certo era o Huxley com o seu Admirável Mundo Novo.

Quer isto dizer que se não deve extirpar, urgentemente, o terrorismo sociopata que emergiu em 11 de Setembro?

Por amor de todos os deuses que quiserem: nem pensem obrigar-nos a dizer que **sim**, sepultando o direito de dizer **não** ao terrorismo fundamental: esse mesmo – o imperialismo.

Concentração em Lisboa

Contra a guerra e o terrorismo

«Contra a guerra e o terrorismo» é o lema da manifestação convocada para a próxima terça-feira, em Lisboa. Com uma concentração marcada para as 18 horas, no Largo Camões, segue-se o desfile até à Praça da Figueira.

A iniciativa contra a guerra é convocada por um conjunto de organizações que, em reunião realizada na sede do Conselho Português para a Paz e Cooperação –

CPPC, elaboraram também um «Apelo contra a guerra».

São promotores deste movimento, a Associação de Amizade Portugal-Cuba,

APRODIH – Associação Portuguesa para a Defesa dos Direitos Humanos, CNA – Confederação Nacional da Agricultura, CGTP-IN, Confederação dos Quadros Técnicos, CPPC – Conselho Português para a Paz e Cooperação, Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, FAR – Frente Anti-Racista, MDM – Movimento Democrático de Mulheres, Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, SIESI – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, SOS-Racismo, SPGL – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, STAL – Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais, USL – União dos Sindicatos de Lisboa e a Voz do Operário.

as organizações que subscrevem o Apelo convocam a manifestação de dia 30 de

Outubro. E exortam todos «a defender o bem supremo da humanidade, a paz e a amizade entre os povos». Na perspectiva de

«A guerra não é solução para enfrentar o terrorismo», diz o Apelo

que «a guerra não é solução. A paz é a condição mínima para a sobrevivência da humanidade».

Começando por frisar que a guerra «não é solução para enfrentar o problema do terrorismo, que inequivocamente repudiamos», o Apelo defende que cabe à ONU dirigir esse combate e lembra que «a filosofia das nações Unidas é permitir que os problemas existentes se resolvam por meios políticos em detrimento dos meios militares».

CGTP defende direitos dos pais

Termina amanhã a campanha da CGTP-IN pela efectivação dos direitos de maternidade e paternidade, que está a ter lugar em todo o País e se iniciou na segunda-feira. Estava prevista para ontem a realização de uma «tribuna pública», no cenário da baixa lisboeta, com a participação de actvistas sindicais de diversos sectores, com o objectivo de alertar e denunciar violações da lei nos locais de trabalho e de fazer uma caracterização global da situação nacional.

Sob o lema «Basta de ilegalidades, é hora de efectivar os direitos», esta campanha é uma reacção ao frequente desrespeito dos direitos de maternidade e paternidade pelas entidades patronais, privando as crianças do acompanhamento parental e dos cuidados de que necessitam.

«A maternidade, associada à precariedade do vínculo laboral, tem sido utilizada para impedir o acesso ou a manutenção do emprego a um número crescente de jovens trabalhadoras. Também são frequentes os casos em que as trabalhadoras grávidas ou puérperas são penalizadas nas remunerações e na carreira profissional», denuncia a CGTP.

Apelo contra a guerra

«É contra a guerra, o terrorismo, a xenofobia e o racismo, pela paz e pelos direitos democráticos» que



Associação de Amizade Portugal-Cuba • APRODIH - Ass. Port. para Defesa dos Direitos Humanos • CNA - Confederação Nacional da Agricultura • CGTP-IN • Confederação dos Quadros Técnicos • CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação • Federação Port. das Colectividades de Cultura e Recreio • FAR - Frente Anti-Racista • MDM - Movimento Democrático de Mulheres • Sínd. Trab. da Função Pública do Sul e Açores • Sínd. Trab. Ind. Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa • SIESI - Sínd. dos Trab. Indústrias Eléctricas • SOS - Racismo • SPGL - Sínd. Professores da Grande Lisboa • STAL - Sínd. dos Trab. Autarquias Locais • USL - União dos Sindicatos de Lisboa • Voz do Operário

JCP alerta para situação no ensino superior

A Organização do Ensino Superior do Porto da JCP criticou a situação vivida nas academias, nomeadamente o financiamento e a Acção Social Escolar, em conferência de imprensa realizada na segunda-feira.

Os jovens comunistas consideram que os recentes cortes orçamentais de 11 milhões de contos «são mais um reflexo da desresponsabilização e pouca importância dada pelos sucessivos governos ao ensino superior, o que se reflecte no dia-a-dia dos estudantes».

A JCP refere a degradação das instituições e da acção social escolar,

nomeadamente a falta de pessoal docente e auxiliar, e a falta de salas de aula e de estudo, de laboratórios e residências para os estudantes deslocados. «Isto quando, na União Europeia, são as famílias portuguesas as que mais contribuem para o ensino dos seus filhos», comenta.

As consequências dos cortes orçamentais já se fizeram sentir pelos estudantes com o aumento generalizado das tabelas de taxas e emolumentos, o crescimento do número de alunos por turma, o aumento dos preços nas cantinas, bares e residências, a diminuição do valor

médio das bolsas de estudo e a redução dos horários de funcionamento das instituições e dos seus serviços.

A Organização do Ensino Superior do Porto acusa ainda o Governo de não se preocupar com as bolsas de estudos, insuficientes para cobrir os custos reais de frequência no ensino superior.

«Junta-se a isto a não resolução de um conjunto mais alargado de questões específicas de cada instituição e a falta de reconhecimento profissional de um número elevado de cursos, bem como a falta de saídas profissionais para os jovens», conclui.

Confederação dos Organismos de Deficientes promove Congresso Nacional

Associativismo e Integração Social são os dois principais temas do 8.º Congresso Nacional dos Organismos de Deficientes, organizado pela Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes – CNOD, e que irá realizar-se dias 27 e 28 deste mês, no Pavilhão do

Alto do Moinho, em Corroios, concelho do Seixal.

Neste Congresso, o maior evento do género realizado em Portugal, será ainda feito um balanço das actividades desenvolvidas pela CNOD no último triénio.

Na última sessão dos tra-

balhos, e de par da aprovação de moções e resoluções, o congresso irá aprovar o Projecto de Teses e respectivas conclusões e serão apresentados os novos órgãos sociais.

O CNOD representa Portugal no Fórum Europeu da Deficiência – FED.

